Festival celebra 10 anos do Sarau-Vá

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

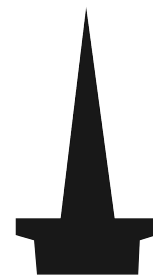
Praça da Bíblia, território icônico de Ceilândia, será palco da festa que contará com shows gratuitos no final de semana. Participam artistas consagrados como Alessandra Leão, Jéssica Caitano e Rapadura Xique-Chico 42

R$1

SEXTA-FEIRA
5 de abril de 2024
Ano 51, nº 16.741
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

Jornal de Brasília

TWITTE/POLICIA FEDERAL

TWITTE/POLICIA FEDERAL

FIM DA LONGA CAÇADA

FUGITIVOS IRIAM ESCAPAR PARA O EXTERIOR

Depois de uma perseguição que durou 50 dias, Rogério Mendonça e Deibson Nascimento foram presos ontem em Marabá (PA), a 1.600 quilômetros de distância de Mossoró (RN) 27

LUIS NOVA/JORNAL DE BRASÍLIA

As marcas da falta de educação

Monumento ao Rei Pelé, que decora o Túnel de Taguatinga, foi alvo de vandalismo. População se revoltou com a atitude e administração da cidade investiga o caso. 2

Nove rodadas cruciais antes do início da Copa América

Times que devem ceder atletas para as seleções precisam somar pontos no começo do Brasileirão 40

Valter Casimiro toma posse na Secretaria de Obras 4

Receita alerta contribuintes para o golpe da malha fina 37

TÚNEL DE TAGUATINGA

Monumento do Rei Pelé é alvo de pichações

População se revolta com a depredação do local, inaugurado há 10 meses

LUÍS NOVA
redacao@grupojbr.com

Uma obra demandada por moradores de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia por anos é atacada por vândalos 305 dias após ser inaugurada. Essa é a realidade do Túnel Rei Pelé, que atravessa o centro de Taguatinga. Após 10 meses de perfeito funcionamento, pichadores e outros irresponsáveis decidiram depredar um monumento comum a todos.

O administrador de Taguatinga, Bispo Renato, define a ação criminosa como revoltante. “Foram anos de espera por uma obra tão importante e o homenageado também é alguém extremamente importante para o futebol e para o Brasil”, destaca o administrador.

Quem olha o monumento percebe cartazes colados em toda extensão da obra, além de pichações e retiradas de textos da placa de inauguração. Após os ataques à arte, o administrador registrou um boletim de ocorrência e o local foi periciado. “A polícia já identificou a empresa que colocou a publicidade e o autor responderá penalmente e civilmente por essa ação”, garante o Bispo Renato.

O auxiliar de pedreiro Vitor Santos, de 25 anos, ficou revoltado com a depredação do monumento. Todos os dias ele passa pelo local e está indignado com a ação criminosa. “O túnel é uma maravilha. Tudo melhorou aqui. Daí vem alguém e destrói... isso não é bom para nós. Essas pessoas têm que ser presas e pagar pelo que fizeram. É muito dinheiro investido e esse dinheiro é do povo”, afirma Vitor.

A funcionária de uma empresa de limpeza, Rosimeire Rodrigues, de 60 anos, acha um absurdo alguém depredar um bem público. Ela adora o túnel e não concorda com o homenageado, mas acredita que é preciso zelar pela obra que é de todos. “É um vandalismo sem explicação. Não deveria ser assim. Nada justifica uma ação dessa. É tão bom ver tudo certinho, tudo limpinho”, afirma Rosimeire.

O túnel Rei Pelé foi inaugurado no aniversário de 65 anos de Taguatinga, no dia 5 de junho de 2023, após mais de três anos de obras. Ele liga a Estrada Parque Taguatinga (EPTG/DF-085) à avenida Elmo Serejo. A obra custou mais de R$ 372 milhões de reais.

LUIS NOVA

Pichar bem público é crime ao patrimônio e, no DF, é considerado uma infração administrativa gravíssima

Lei para combater pichação

Pichar bem público é crime ao patrimônio e, no DF, é considerado uma infração administrativa gravíssima, podendo o autor ser multado em R$ 100 mil por depredação a monumento ou bem tombado, além do ressarcimento das despesas de restauração. Esta penalidade está prevista na Lei Distrital 6.094 de 2 de fevereiro de 2018, de autoria do então deputado Bispo Renato.

RECOMENDAÇÃO

MP alerta PM sobre exames

GUILHERME PONTES
redacao@grupojbr.com

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep), enviou à Polícia Militar do Distrito Federal um documento recomendando que se pare de exigir uma avaliação ginecológica das candidatas em concursos para cargos de oficiais e praças da corporação.

Segundo a Proped, a exigência desse tipo de exame estabelece uma diferença de tratamento dos candidatos com base em gênero.

Segundo o texto de recomendação, “nenhum exame comparável foi exigido dos candidatos aos mesmos cargos, o que constitui discriminação baseada em gênero”. O exame se trata de uma avaliação ginecológica voltado a detectar câncer de colo de útero em estágio precoce.

Segundo uma nota técnica elaborada por peritos da Promotoria Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde, o exame não teria capacidade de detectar a presença do vírus causador do câncer no colo do útero, sendo mais recomendado para a prevenção, não tendo pertinência na avaliação da condição de saúde das candidatas.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que é inconstitucional a vedação à posse em cargo público de candidato aprovado que, embora tenha diagnóstico de doença grave, não apresente sintomas incapacitantes ou restrição relevante.

A recomendação vale para os editais em andamento e também para futuras seleções realizadas pela PMDF. A corporação tem dez dias para informar sobre o cumprimento da medida. O **Jornal de Brasília** tentou entrar em contato com a PMDF, mas não obteve resposta.

Jornal de Brasília
Fundado em 10 de dezembro de 1972

Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SIG/Sul - Qd. 01 - Lote 765
Brasília - DF - CEP.: 70.610-410

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – SEMESTRAL: R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00

Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848

Atendimento ao leitor : (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

CLDF

Começa o debate sobre o PPCUB

Comissão geral tem o intuito de tornar a atualização do plano transparente e participativa

MAYRA DIAS
redacao@grupojbr.com

"A participação democrática é essencial para garantir que o plano reflita os interesses e as necessidades da comunidade, promovendo um desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável", adianta a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania), ao dar início ao debates referentes ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

Ontem, a sessão ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) deu lugar a uma Comissão Geral, dirigida por Belmonte, cujo intuito foi tornar o processo de revisão e atualização do PPCUB transparente e participativo, envolvendo a sociedade civil, os órgãos governamentais e os profissionais da área.

O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB visa preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural de Brasília, garantindo a manutenção das características únicas do projeto original. A proposta destaca que a cidade possui uma riqueza arquitetônica e urbanística que precisa ser protegida para as gerações futuras, garantindo a continuidade de sua identidade e memória.

Entre os pontos sensíveis da proposta, a distrital antecipou a necessidade de destacar o desenvolvimento urbano de Brasília, de forma sustentável, levando em conta o tombamento da cidade, que detém o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Por essa razão, Paula Belmonte reforçou que a realização de uma comissão geral proporcionaria um espaço de diálogo e participação da comunidade, permitindo que os diversos atores envolvidos no tema possam expressar suas opiniões, apresentar propostas e contribuir para a tomada de decisões.

Na avaliação da arquiteta urbanista e Diretora do Patrimônio Cultural do Instituto Histórico Geográfico do DF, Vera Ramos, é preciso um olhar mais cuidadoso para a questão da preservação. "Ao longo dos últimos 16 anos, o processo de elaboração do PPCUB tem sido tumultuado. Várias minutas foram apresentadas e foram retiradas. Nas várias Audiências Públicas, infelizmente por falta de tempo e por ser um texto muito complexo, tem sido apresentado de forma superficial, prejudicando seu entendimento e a percepção do que ele pode de acarretar na vida da população", declarou. "O PPCUB não pode ser considerado um plano de 'preservação', pois, para isso, ela deveria ser priorizada e nortear as ações. Neste PL, o dispositivo relativo ao tema foi isolado em inócuas declarações de princípios e diretrizes sem eficácia legal. Os artigos realmente eficazes estão destinados a uso e ocupação e ao desenvolvimento urbano. Falta instrumento de preservação e detalhamento de como será a fiscalização" finalizou a especialista.

SEDUH/DF

Ricardo Noronha, subsecretário do Conjunto Urbanístico de Brasília: ideia do é trazer as normas urbanísticas para a atualidade, com zelo

Sobre o assunto, o deputado Max Maciel (PSOL) cobrou medidas mais concretas voltadas para a preservação do patrimônio. "A ausência que temos hoje é de medidas mais concretas voltadas para isso, especificamente. Hoje, vemos que as coisas estão sendo feitas de forma muito irregular na cidade, e quanto mais genérico e sem diretrizes, mais o setor privado e o próprio poder público começam a operar fora daquilo que se entende como preservação do patrimônio. Pensar nos elementos que nos levam para essa lógica é importante" ponderou o parlamentar.

> **A proposta deverá ser apreciada no plenário da CLDF no final de junho, depois de passar pelas comissões.**

A promotora de Justiça e Defesa de Ordem Urbanística do DF, Marilda Fontenele, alertou os parlamentares de inconstitucionalidades no texto e possíveis "pegadinhas". "É preciso preservar a cidade sem que ela fique engessada, pois ela precisa se desenvolver. Se faz necessário uma legislação que fixe o uso do solo no conjunto tombado. Brasília tem legislação e o Conjunto Urbanístico é regido pelas Normas de Uso e Gabarito, que, inclusive, são muito desrespeitadas. Quem quer construir, constrói, em lugar inadequado e acima dos limites determinados pela norma", pontuou.

Presente e representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (Seduh), o subsecretário do Conjunto Urbanístico de Brasília, Ricardo Noronha, salientou que a ideia do PPCUB é trazer as normas urbanísticas para a atualidade, com toda a responsabilidade e zelo. "A proposta tem consonância com os direcionamentos feitos pelo Iphan e o nosso foco é a preservação. A gente entende que o uso e ocupação mais bem definido e regrado vai ter um peso nessa preservação", pontuou. "Tratar de usos atuais não é deixar a cidade crescer de forma livre e solta. Estamos tratando esse projeto com muita responsabilidade e empenho", acrescentou Noronha.

A ideia é que, além desta reunião, outros debates aconteçam nos dias 10, 17, 24 de abril e 8 de maio. Na abertura da comissão, Paula Belmonte pediu que os deputados não tenham pressa para votar o projeto.

Segundo previsão do que foi acordado no Colégio de Líderes, a proposta deverá ser apreciada no plenário no final de junho, após passar pelas comissões. Caberá às comissões da Casa debater o assunto em comissão geral. "Deixamos claro que o PPCUB não iria a Plenário enquanto não fosse analisado pelas Comissões e enquanto não fosse exaustivamente debatido com a sociedade, e assim está sendo", disse o presidente da Casa, Wellington Luiz (MDB).

GOVERNO DO DF

Mais infraestrutura e mobilidade

Novo secretário de Obras, Valter Casimiro toma posse e elenca prioridades para sua gestão

Ex-secretário de Transporte e Mobilidade do DF, Valter Casimiro Silveira tomou posse nesta quinta-feira como secretário de Obras. O gestor retorna ao governo, agora com a missão de tocar projetos importantes de infraestrutura como os dos Sol Nascente e a continuidade do Corredor Eixo Oeste e da Avenida Hélio Prates, entre outros.

Além dessas obras, o GDF tem investido na infraestrutura da Superquadra Park Sul (antigo SOF Sul), em projetos de drenagem em Taguatinga, na continuidade da pavimentação em concreto na W3 Sul e também na Epig.

"Temos muita coisa em andamento; e, claro, antes da gestão do governador Ibaneis Rocha, Brasília ficou muito tempo sem fazer obras", explica Valter Casimiro. "Então, até justifica esse canteiro de obras hoje, com essa quantidade de obras. O governador pediu para que priorizasse principalmente as áreas de urbanização nas regiões administrativas, a exemplo do Sol Nascente, da 26 de Setembro, em Vicente Pires, para que a gente possa concluir a urbanização ou iniciar, no caso do Sol Nascente."

Mobilidade

O titular de Obras reforça que o GDF tem trabalhado para garantir mobilidade à população, com a ampliação e construção de faixas exclusivas de ônibus, como a da Avenida Hélio Prates, a ligação da EPTG com a Epig e o projeto do BRT Norte.

"Só neste ano já temos R$ 2 bilhões destinados para a parte de obras, isso junto das outras pastas e empresas vinculadas, como o DER-DF", afirma o secretário. "A ideia é que a gente consiga até o ano que vem o recurso necessário para poder concluir todas as obras que estão em andamento. Pelo menos essas a gente concluir e entregar para a população."

Valter Casimiro assume a secretaria na vaga de Luciano Carvalho, que esteve à frente da pasta entre 2020 e 2024 e fez parte da gestão durante a entrega do Túnel de Taguatinga Rei Pelé, da infraestrutura de Vicente Pires, da primeira etapa da Avenida Hélio Prates, da reforma da W3 Sul, da construção da Viaduto do Sudoeste, da requalificação da Avenida Paranoá, entre outros.

Perfil

Valter Casimiro é formado em ciências contábeis com especialização em administração financeira. Atua como secretário desde 2019. Esteve à frente do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil entre abril e dezembro de 2018. É servidor de carreira do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), onde foi diretor de Infraestrutura Aquaviária e atuou na Diretoria-Geral. Entre 1998 e 2006, ocupou a coordenação administrativa e financeira do Ministério da Previdência Social.

RENATO ALVES/AGÊNCIA BRASÍLIA

Valter Casimiro Silveira atua como secretário desde 2019

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SEGEDAM / DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 18/2024

Processo n.º 033.442/2023-1. Objeto: Contratação de serviços contínuos de limpeza/copeiragem e apoio administrativo, mediante postos de trabalho, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento às dependências da Representação do Tribunal de Contas da União no Estado de Rondônia (REP-RO). Sessão Pública: **22/04/2024 às 14 horas**. Local: sítio www.gov.br/compras. Edital à disposição dos interessados no mencionado endereço ou no sítio www.tcu.gov.br, opção "Transparência e Prestação de Contas".

Mateus Oliveira Teixeira – Agente de Contratação

ELFA MEDICAMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 9.053.134/0001-45 - NIRE 53.300.018.774
Companhia Aberta de Capital Autorizado
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas da **Elfa Medicamentos S.A.** ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada, em primeira convocação, no **dia 26 de abril de 2024, às 10h00,** de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica "Teams", com o link de acesso a ser encaminhado pela Companhia ("Plataforma Digital"), observado o disposto na Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme o § 2º do artigo 71 da Resolução CVM 81, que será considerada como realizada na sede da Companhia a fim de apreciarem e deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia: **EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** • Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, com as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; • Examinar, discutir e votar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; • Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia referente ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** • Aprovar reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a criação de ações preferênciais de emissão da Companhia. **Participação:** A AGOE, será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. **Legitimação e Representação:** Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., para participar da AGOE os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia (mediante Sistema Eletrônico) os seguintes documentos: **(i)** o acionista pessoa física deve apresentar cópia simples do documento de identidade (e.g. Carteira de Identidade Registro Geral – RG, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** o representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social do acionista pessoa jurídica; e (b) ato societário de eleição do representante ou instrumento de mandato evidenciando poderes para participação na AGOE; e **(iii)** acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento deve apresentar cópia simples do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Para participação de acionista por meio de procurador, a outorga de poderes de representação observar o disposto no artigo 126 da Lei das S.A., conforme aplicável. **Sistema Eletrônico:** Mediante a utilização do Sistema Eletrônico, o acionista participará e votará de forma remota na AGOE, que será transmitida ao acionista de forma digital, em tempo real. Para participação pelo Sistema Eletrônico os acionistas deverão utilizar computador/notebook/telefone celular ou equipamento equivalente que possua câmera de vídeo e áudio, observadas as instruções abaixo. A Companhia informa que enviará a todos os seus acionistas, através de e-mail individual, link de acesso ao sistema eletrônico para participação de forma remota à AGOE. Para melhor andamento da reunião, eventuais manifestações de voto por escrito de acionistas participando remotamente deverão ser enviados à Companhia pelo e-mail **marcelo.pratini@grupoelfa.com.br**. A Companhia não se responsabilizará pela conexão e acesso à internet dos acionistas e representantes legais durante a AGOE. **Documentos de Interesse:** Todos os documentos e informações referentes aos assuntos da ordem do dia da Assembleia incluindo, conforme o caso, o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as notas explicativas, estão disponíveis, (i) no website de relações com investidores da Companhia (**https://ri.grupoelfa.com.br**), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), (ii) na sede da Companhia; e (iii) sob a forma eletrônica, por e-mail, mediante solicitação a **marcelo.pratini@grupoelfa.com.br**. Brasília/DF, 05 de abril de 2024. **ELFA MEDICAMENTOS S.A. Norberto Whitaker Sobral Jannuzzi -** Presidente do Conselho de Administração.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.012/2024 - UASG 389320

Nº Processo: 00196.002709/2023-02. **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de orientação trabalhista, por meio do fornecimento de publicações digitais e consultoria sobre legislação trabalhista, previdenciária, tributária e de medicina e segurança do trabalho, para atender as necessidades do Setor de Recursos Humanos do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen. **Total de Item Licitado:** 1. Edital: 05/04/2024 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. **Endereço:** CLN 304 Bloco E - Lote 09 - Asa Norte – Brasília-DF ou https://www.gov.br/compras/pt-br/. **Entrega das Propostas:** a partir de 05/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. **Abertura das Propostas:** 19/04/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras**. Informações Gerais:** O Edital também está disponível no Portal do Cofen: https://www.cofen.gov.br/categoria/licitacoes/.

ROGERIO WOLNEY LEITE
Presidente

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE CONTRATAÇÕES DA ADASA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

A AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - Adasa, por intermédio de seu Serviço de Contratações, torna pública a realização de licitação, pela Lei 14.133/21, na modalidade Pregão, para aquisição de equipamentos de audiovisual dividido em 2 grupos, ambos com participação exclusiva de microempresas, pequenas empresas e microempresários individuais. A sessão virtual de abertura do certame será realizada no dia **17 de abril de 2024**, às **10:00h**, por meio da Plataforma do Sistema de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br/. Processo SEI 00197-00002975/2023-16. Valor estimado: R$ 54.666,33 (cinquenta e quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos), sendo GRUPO 1: R$ 38.579,60 (trinta e oito mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta centavos), e GRUPO 2: R$ 16.086,73 (dezesseis mil oitenta e seis reais e setenta e três centavos). Programa de Trabalho: 18.541.6210.4235.0001 - Educação Ambiental - ADASA. Natureza da despesa: 44.90-52 - Equipamento e Material Permanente. Fonte 251. Cópia do Edital disponível em www.adasa.df.gov.br, no link "Licitações e Contratos / Licitações em Andamento" bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Outras informações pelo telefone: (61) 3961-5017 ou pelo e-mail: sco@adasa.df.gov.br.

Eduardo Lobato Botelho
Agente de Contratação

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

CRATERA

Faixa do Setor Militar é liberada

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF) liberou a faixa sentido Taguatinga da Estrada Setor Policial Militar (ESPM) que havia sido interditada para os trabalhos de recuperação da tubulação danificada e do asfalto que cedeu na tarde de quarta-feira e abriu uma cratera na via.

A alça de acesso no sentido Epig da via do Setor Policial permanece bloqueada até a conclusão da obra.

Segundo o Detran, a alça de acesso do viaduto, no sentido Epig para o Setor Policial, será fechada para análises técnicas do asfalto.

De acordo com a Caesb, o afundamento do asfalto na via foi decorrente de uma corrosão na rede. Assim que o asfalto cedeu, diversos órgãos do GDF foram acionados e compareceram ao local para tomar todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos motoristas e pedestres.

A área foi rapidamente isolada com uma boa margem de segurança e os órgãos foram mobilizados para executar os devidos trabalhos.

COMBATE À DENGUE

HRG tem nova sala de hidratação

Espaço tem 12 leitos e vai ampliar atendimento aos pacientes com sintomas da doença

A dona de casa Lucinete Campelo, 62 anos, estava tão preocupada com a saúde do marido, o aposentado Lourival Campelo, 72, que chegou a ignorar as próprias dores, a febre que tomava conta do corpo e as manchas vermelhas nos braços. A princípio como acompanhante no Hospital Regional do Gama (HRG), ela acabou diagnosticada com dengue e também foi internada ontem. "Quando entramos aqui, senti que fui muito bem recebida, bem tratada. A médica, apenas me olhando, conseguiu perceber que eu também estava precisando de cuidados", conta.

Essa atenção com os pacientes e a agilidade no tratamento foram metas traçadas com a ativação, nesta semana, de uma sala exclusiva para acolher pessoas com dengue. Lucinete e Lourival devem passar 24 horas sob cuidados da equipe do HRG, uma intervenção necessária para evitar agravamento da doença. "Agora estou me recuperando. Quando tomamos soro, dá uma aliviada nos sintomas", percebe Lourival. O casal já consegue até esboçar um sorriso com a inusitada experiência de ficarem juntos até na internação. "Veio para me fazer companhia e acabou ficando. O mosquito também pegou ela", complementa o morador da Ponte Alta.

A sala de hidratação conta com 12 leitos e atende pacientes com classificação B ou C. Isto é, não são os mais graves (D), nem os que requerem menos cuidados (A). O protocolo básico inclui hidratação venosa e realização de exames para monitoramento das plaquetas. "É a pessoa que não apresenta sinais supergraves, mas que podem agravar", explica a enfermeira Jéssica Silva.

A nova frente de atendimento do hospital permite tempos de internações inferiores a 24 horas. "O giro é relativamente rápido: se fez exame e tem sinal de melhora, a médica já libera com indicação para retornar e colher exames nos próximos dias. Todos saem daqui orientados a continuar o acompanhamento", detalha a servidora.

De acordo com o diretor do HRG, Ruber Gomes, a ativação da sala de hidratação estava prevista no plano de enfrentamento à dengue da Secretaria de Saúde (SES-DF), como um dos passos para ampliar a capacidade de atendimento, ao lado da abertura de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) em horário ampliado e a ativação de tendas. O novo serviço no hospital funciona como uma retaguarda às UBSs e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). "Nossa sala reduz a pressão assistencial em outras unidades e ajuda a evitar o agravamento de pacientes", afirma.

O gestor lembra, ainda, a importância de outras medidas, como a convocação de médicos generalistas nesta semana: seis já se apresentaram para reforçar o atendimento no HRG. Houve também benefícios de serviços de adequação de espaço físico por meio do contrato de manutenção e a aquisição rápida de insumos.

AGÊNCIA SAÚDE DF

Novo serviço no hospital funciona como uma retaguarda às UBSs e UPAs

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

HOSPITAL DE TRANSIÇÃO

Placi chega a Brasília

Rede abre unidade no Lago Sul para proporcionar uma etapa intermediária entre a alta hospitalar e o retorno do paciente para casa

Com 10 anos de atuação no Rio de Janeiro e com três (agora são 4) unidades ativas, o hospital de transição Placi Brasília chega à capital federal para proporcionar uma etapa intermediária entre a alta hospitalar e o retorno do paciente para casa. A primeira unidade fora da capital fluminense foi inaugurada em março, no Lago Sul, e conta com uma equipe completa formada por profissionais brasilienses.

O Placi tem por objetivo proporcionar atenção especializada para os pacientes que se encontram em fase estável de suas doenças, seja em internação domiciliar ou dentro de um hospital geral, cuja vocação está no diagnóstico e tratamento de quadros agudos e não em recuperação funcional e controle de sintomas, como o hospital de transição.

Os principais serviços ofertados pelo Placi Brasília, que funciona no edifício NeoLife, são voltados para pacientes com quadro clínico estável, com diagnóstico já estabelecido, necessitando de cuidados interdisciplinares humanizados, ofertados com o apoio de equipamentos de ponta e uma estrutura física especificamente desenhada pra o melhor cuidado de transição.

O hospital de transição contempla três principais grupos de cuidado, com foco em reabilitação, para recuperar funções e devolver independência ao paciente; readequação de cuidados, cujo foco está na adaptação a condições de saúde irreversíveis; e cuidados paliativos, seja oncológicos ou não-oncológicos, com foco em controle de sintomas e qualidade de vida.

A gerente médica do Placi Brasília, Daniela Sabino, explica que 70% dos pacientes atendidos pelo hospital procuram os serviços de reabilitação e readequação e cerca de 30%, cuidados paliativos. Daniela comenta ainda que a unidade de transição tem especial relevância na jornada do paciente porque, em muitos casos, dentro do hospital tradicional, focado em cuidados agudos, o preparo para alta tende a ser mais lento e o aumento do tempo de permanência aumenta também os riscos relacionados à internação.

"Para pacientes internados para reabilitação, o foco está na recuperação completa de funcionalidade e independência. Já para os pacientes com algum déficit funcional irreversível, a readequação de cuidados torna-se necessária para que eles e/ou seus familiares possam conviver melhor com aquela nova situação, muitas vezes sendo possível reduzir a complexidade do cuidado e as chances de uma reinternação hospitalar", frisou Daniela.

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Daniela Sabino, gerente médica do Placi Brasília (centro), com parte da equipe médica: atenção especializada para os pacientes

O Placi conta com diversos equipamentos de ponta e uma estrutura física especificamente desenhada pra o melhor cuidado de transição

> "NÓS BUSCAMOS RESGATAR A INDIVIDUALIDADE DO PACIENTE, SUA DIGNIDADE. O PLACI REALMENTE TEM UMA ESTRUTURA DIFERENCIADA. NÓS FAZEMOS ATIVIDADES EM GRUPO QUANDO ISSO É RELEVANTE PARA O PACIENTE E TEMOS APARELHOS MODERNOS PARA FAZER O CUIDADO COM SEGURANÇA"
>
> **DANIELA SABINO,** gerente médica do Placi Brasília

Em relação à diferença entre o serviço ofertado pelo Placi e os hospitais gerais, a doutora acrescenta: "Os hospitais gerais têm uma vocação no diagnóstico, tratamento e cura. Esse é o foco desses hospitais, e claro, nós precisamos desse tipo de hospital e de cuidado. Porém, tem paciente que fica muito tempo dentro de um hospital geral que não tem vocação para reabilitação, e dessa forma a recuperação do paciente tende a ser mais longa. Já o Placi busca realizar uma transição segura do hospital geral para o domicílio".

Daniela explica ainda que a parceria entre um hospital de transição e o geral é extremamente importante para a melhora do paciente: "Antes mesmo do Placi inaugurar aqui em Brasília já existia uma ansiedade no mercado pela nossa presença. Nós estamos estabelecendo parcerias com os hospitais gerais para construir linhas de cuidado que sejam contínuas entre os serviços, garantindo o melhor cuidado para cada momento do paciente".

"Brasília é uma cidade que tem excelentes profissionais, com vários leitos para cuidados agudos, mas com uma carência de leitos de transição. Se nós temos muitos pacientes agudos, nós também vamos ter muitos pacientes precisando de cuidado pós-agudo, " argumenta Daniela.

Corpo clínico

A unidade de Brasília conta com fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, farmacêuticos, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistente social e apoio espiritual. O tempo de internação no Placi costuma ser de média permanência, em torno de 60 dias, mas depende muito do quadro clínico e dos objetivos do cuidado, sendo sempre pactuado entre a equipe, a família e a operadora de saúde. Um plano terapêutico centrado na pessoa é construído com metas desenhadas especialmente para aquele caso, e os dias tornam-se mais leves na unidade por conta dos estímulos para que o paciente volte à rotina normal, como o número ilimitado de visitas, incluindo animais de estimação.

"Nós buscamos resgatar a individualidade do paciente, sua dignidade, e mobilizamos o paciente para sair do leito com a maior frequência possível. O Placi realmente tem uma estrutura diferenciada, com ambientes ventilados, arejados, iluminados, corredores e portas largas. Nós fazemos atividades em grupo quando isso é relevante para o paciente e temos aparelhos modernos para fazer o cuidado com segurança", comentou Daniela.

Para quem precisa do atendimento especializado, o Placi Brasília informa que familiares e médicos assistentes podem entrar em contato para agendar uma visita e conhecer as instalações e a equipe. O número do telefone geral é (61) 3995-0390.

A forma de ingresso na unidade ocorre principalmente por transferência de hospitais gerais, mas também existe a possibilidade de o paciente estar em casa e precisar da transferência para o Placi, o que pode ser viabilizado, a depender de cada caso.

Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.650/0001-21

www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 01"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R$ 1,184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma *holding* com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão Rio das Éguas – Barreiras II, em 500 kV, com extensão aproximada de 251. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 9 municípios do Estado da Bahia: Correntina, São Desidério, Barreiras, Angical, Riachão das Neves, Cotegipe, Santa Rita de Cassia, Mansidão, Buritirama. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R$ 108,24 milhões, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Andamento do Projeto.** A SPE 01 está com todos os seus ativos em operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 01 de maio de 2020, completando 100% de ativos em Operação Comercial. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2023 totalizaram R$ 16,15 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R$ 143,04 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas foi de R$ 21,4milhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R$ 121,62 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 28,29 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R$ 16,08 milhões. **Benefícios Fiscais.** Em 21 de outubro de 2020, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 80/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 1 SPE S.A o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2021 a 2030. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissora 1 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R$ 77,23 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 401,04 milhões. As dívidas da SPE 01 têm um perfil confortável de vencimentos, com apenas 5,88% em curto prazo.

Relacionamento com auditores externos: A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Lograda, Ailton Costa Ferreira e Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente. Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor. Ailton Costa Ferreira - Diretor. Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor. Cristiano de Lima Lograda - Diretor.
Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**132**	137
Aplicações financeiras	6	**36.833**	45.611
Contas a receber de clientes		**14.017**	10.166
Serviços pedidos		**283**	281
Impostos e contribuições a recuperar		**132**	140
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**7.719**	9.671
Adiantamento a fornecedores		**240**	352
Outras contas a receber		**334**	1.198
Ativos de contrato	8	**127.720**	108.545
Total do ativo circulante		**187.410**	176.101
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	**11.044**	10.022
Intangível		**381**	397
Ativos de contrato	8	**728.660**	702.798
Total do ativo não circulante		**740.085**	713.217
Total do ativo		**927.495**	889.318

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		**7.635**	6.709
Empréstimos e financiamentos	9	**16.059**	15.580
Debêntures	10	**7.508**	3.763
Dividendos a pagar	14	**9.552**	2.116
Impostos e contribuições a recolher		**1.223**	1.031
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	11	**5.914**	3.572
PIS e COFINS diferidos	12	**4.348**	3.757
Encargos setoriais		**1.289**	808
Outras contas a pagar		**2.729**	1.169
Total do passivo circulante		**56.257**	38.505
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	**315.592**	330.888
Debêntures	10	**61.883**	64.791
PIS e COFINS diferidos	12	**96.384**	87.026
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	**112.227**	100.758
		586.086	583.463
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	**92.459**	92.459
Reserva de lucros	15.2	**192.693**	174.891
Total do patrimônio líquido		**285.152**	267.350
Total do passivo e patrimônio líquido		**927.495**	889.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros						
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		92.459	9.309	76.997	2.134	26.420	1.737	–	209.056
Dividendos adicionais distribuídos - 2021		–	–	–	–	–	(1.737)	–	(1.737)
Lucro liquido do exercício		–	–	–	–	–	–	62.147	62.147
Destinação do lucro									–
Reserva legal		–	2.581	–	–	–	–	(2.581)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais		–	–	–	10.536	–	–	(10.536)	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	(1.626)	–			–	(1.626)
Constituição de reserva para investimento e expansão		–	–	–	–	30.266		(30.266)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(490)	(490)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	18.274	(18.274)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		92.459	11.890	75.371	12.670	56.686	18.274	–	267.350
Dividendos adicionais distribuídos - 2022	**15.2.e)**	–	–	–	–	–	**(18.274)**	–	**(18.274)**
Lucro liquido do exercício		–	–	–	–	–	–	**77.234**	**77.234**
Destinação do lucro									
Reserva legal	**15.2.b)**	–	**3.229**	–	–	–	–	**(3.229)**	–
Reserva de incentivos fiscais	**15.2.a)**	–	–	–	**12.658**	–	–	**(12.658)**	–
Dividendos intermediários distribuídos		–	–	–	–	**(6.500)**	–	**(23.752)**	**(30.252)**
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	**(9.026)**	**(9.026)**
Dividendos adicionais propostos	**15.2.e)**	–	–	–	–	–	**27.406**	**(27.406)**	–
Realização da reserva de lucros a realizar	**15.2.c)**	–	–	**(1.880)**	–	–	–	–	**(1.880)**
Constituição de reserva para investimento e expansão	**15.2.d)**	–	–	–	–	**1.163**	–	**(1.163)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**92.459**	**15.119**	**73.491**	**25.328**	**51.349**	**27.406**	–	**285.152**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., companhia do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Q ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 1, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão Rio das Éguas – Barreiras II, em 500 kV[*], segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 251[*] km, com origem na subestação Barreiras II e término na subestação Rio das Éguas. A Companhia tem prazo de duração 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. (*) Não auditado. **1.1. Contrato de concessão:** O Contrato de Concessão nº 007/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1548/2019, com validade até 27 de dezembro de 2025, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 16	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 19	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos Financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. **3.1. Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura:** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M):** A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(c) Remuneração dos ativos da concessão:** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2. Ativos de contrato:** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance*

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	16	**33.338**	9.515
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	16	**109.700**	90.421
Receita operacional líquida		**143.038**	99.936
Custo dos serviços prestados	17	**(19.766)**	16.023
Lucro bruto		**123.272**	115.959
Despesas gerais e administrativas	17	**(1.604)**	(1.183)
Outras despesas operacionais, líquidas		**(60)**	(34)
Total de despesas operacionais		**(1.664)**	(1.217)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**121.608**	114.742
Receitas financeiras	18	**8.026**	3.673
Despesas financeiras	18	**(36.318)**	(40.339)
Resultado financeiro		**(28.292)**	(36.666)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**93.316**	78.076
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	**(4.613)**	(3.634)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	**(11.469)**	(12.295)
Impostos sobre o lucro		**(16.082)**	(15.929)
Lucro líquido do exercício		**77.234**	62.147
Lucro líquido do período básico e diluído, por lote de mil ações - R$		**0,83533**	0,67216
Quantidade de ações no final do exercício - em R$ mil		**92.459**	92.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do período	**77.234**	62.147
Total de outros resultados abrangentes	**77.234**	62.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**77.234**	62.147
Ajuste para:		
Amortização	**16**	28
Margem da receita de construção	**(8.208)**	(28.990)
Remuneração de ativos de contrato	**(127.597)**	(105.685)
Receita de operação e manutenção	**(13.446)**	(6.660)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**29.688**	36.398
Rendimentos de aplicações financeiras	**(8.414)**	(3.842)
PIS e COFINS diferidos	**9.949**	8.999
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	**4.613**	3.634
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	**11.469**	12.295
	(24.696)	(21.676)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	**115.835**	108.033
Impostos e contribuições a recuperar	**8**	–
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**4.491**	(401)
Ativos de contrato	**(15.472)**	(958)
Adiantamento a fornecedores	**112**	266
Outros ativos circulantes	**862**	(639)
Fornecedores	**926**	(1.062)
Impostos e contribuições a recolher	**192**	37
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	**(13)**	(577)
Encargos setoriais	**481**	351
Outras contas a pagar	**1.560**	207
	108.982	105.257
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	**(26.953)**	(46.269)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(6.151)**	(3.247)
	(33.104)	(49.516)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**51.182**	34.065
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	–	(14)
Aplicação financeira	**16.170**	(26.943)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**16.170**	(26.957)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(14.165)**	(5.369)
Amortização de debêntures, líquido dos custos de transação	**(2.550)**	–
Dividendos pagos	**(50.642)**	(1.743)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(67.357)**	(7.112)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(5)**	(4)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**137**	141
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**132**	137
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(5)**	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Receitas	2023	2022
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	**23.680**	5.326
Receita de remuneração de ativos de contrato	**127.597**	105.685
Receita de operação e manutenção	**13.446**	6.660
	164.723	117.671
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	**(15.472)**	(958)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(3.364)**	(4.069)
Ativos de contrato - perda de realização	–	24.622
	(18.836)	19.595
Valor adicionado bruto	**145.887**	137.266
Amortização	**(16)**	(28)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**145.871**	137.238
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**8.418**	3.852
	8.418	3.852
Valor adicionado total a distribuir	**154.289**	141.090
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	**2.226**	2.305
Benefícios	**51**	–
FGTS	**64**	–
	2.341	2.305
Tributos		
Federais	**38.303**	36.123
	38.303	36.123
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**28.539**	35.272
Aluguéis	**93**	176
Outros	**7.779**	5.067
	36.411	40.515
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	**60.184**	18.764
Lucro retidos	**17.050**	43.383
	77.234	62.147
Valor adicionado	**154.289**	141.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.650/0001-21

são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. **A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão.** O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4. Subvenções e assistências governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1. Benefícios fiscais: SUDENE:** Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 80/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 1 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030. **3.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • **Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos**; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.6. PIS e COFINS diferidos:** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração do ativo de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação. **3.7. Instrumentos financeiros: 3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2. Classificação e mensuração subsequente: (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3. Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Capital social: 3.8.1. Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.9. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10. Principais mudanças nas políticas contábeis: 3.10.1. Novas normas, alterações e interpretações:** O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 47, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) –Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto relevante nas políticas contábeis da Companhia

3.10.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes: A partir de 1º de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4. Assuntos regulatórios: A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Companhia é de R$ 108.244, homologado pela REH 3.216/2023. A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão objeto deste contrato, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANNEL, serão revisadas, periodicamente na mesma data da RAP. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,38% a RAP. Em 31 de dezembro de 2023, os custos de construção referem-se aos reforços e melhorias em andamento da Companhia, relacionados a REA nº 14.106/2023, com prazo de conclusão até 12 meses e Contrato de Concessão nº 07/2017.

5. Caixa e equivalentes de caixa	**2023**	**2022**
Caixa e depósitos bancários à vista	**8**	19
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**124**	118
Total	**132**	137

(a) Referem a Fundos de Investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 96,90% a.a. do CDI (96,83% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **6. Aplicações financeiras**

	2023	**2022**
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	**36.833**	45.611
Não circulante		
Recursos Vinculados (b)	**11.044**	10.022
Total	**47.877**	55.633

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido), conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; e (b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,46% a.a. do CDI (100,42% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **7. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2023		2022	
Empresas	**Nota**	**Ativo (Passivo)**	**Efeito no resultado receita (despesa)**	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**106**	**–**	100	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**193**	**–**	172	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**60**	**–**	58	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**68**	**–**	66	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	**221**	**–**	177	–
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(a)	**11**	**–**	11	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**201**	**–**	173	–
Total		**860**	**–**	757	–
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**6**	**12**	–	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**59**	**16**	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**2**	**5**	–	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**4**	**8**	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**3**	**7**	–	–
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(b)	**–**	**1**	–	–
		74	**49**	–	–
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(91)**	**(304)**	(79)	(316)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(11)**	**(120)**	(24)	(110)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(10)**	**(57)**	(22)	(45)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(9)**	**(37)**	(9)	(39)
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)	(b)	**(3)**	**(9)**	(1)	(1)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**(9)**	**(43)**	–	–
Equatorial Transmissoras 2 SPE S.A.	(b)	**–**	**–**	(7)	(7)
Equatorial Transmissoras 4 SPE S.A.	(b)	**(1.118)**	**(260)**	–	–
Equatorial Transmissoras 7 SPE S.A.	(b)	**–**	**(1)**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	**(1)**	**(2)**	–	(1)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(c)	**(1.159)**	**(4.126)**	(860)	(1.781)
Total		**(2.411)**	**(4.959)**	(1.002)	(2.300)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(d)	**(9)**	**(14)**	(2)	(61)
Instituto Equatorial	(e)	**–**	**–**	(281)	(281)
Total		**(9)**	**(14)**	(283)	(342)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	**(9.552)**	**–**	(2.116)	–
Total		**(9.552)**	**–**	(2.116)	–

		2023		2022	
		Ativo	**Passivo**	Ativo	Passivo
Investimentos em serviço – (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(g)	**346**	**346**	357	357

(a) Valores se referem às RAP faturadas e recebidas decorrentes de operações do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (c) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Transmissão S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (e) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (f) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 14 Dividendos a pagar; e (g) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Equatorial Transmissora 1 SPE para à Integração Transmissora de Energia S/A, e de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes. **7.1. Remuneração de pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da Administração conta com cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R$ 122 (R$ 204 em 31 dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. **7.2. Garantias e fianças:** A Equatorial Energia S.A (1), controladora indireta e a Equatorial Transmissão S.A. (2), controladora direta, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus (*) nos contratos de financiamentos e debêntures, abaixo listados:

Garantias	**Valor Garantido**	**% do aval**	**Início**	**Término**	**Valor liberado**	**2023 (b)**
Banco do Nordeste (BNB) (2)	**343.055**	100	19/06/2018	15/07/2038	**343.055**	**331.651**
1ª Emissão Debêntures Série Única (2)	**55.000**	100	04/02/2019	15/01/2033	**55.000**	**69.391**
Apólices de Seguros (1)	**3.840**	100	01/02/2022	27/12/2026	**N/A**	**N/A**
	401.895				**398.055**	**401.042**
Fianças (a)						
Fiança ABC (2)	**61.342**	100	22/08/2022	22/08/2024	**N/A**	**N/A**
Fiança Bradesco (2)	**50.000**	100	19/12/2023	17/12/2025	**N/A**	**N/A**
Fiança Bradesco (2)	**5.000**	100	04/01/2023	04/01/2025	**N/A**	**N/A**
Fiança Santander (2)	**168.161**	100	21/06/2023	21/06/2025	**N/A**	**N/A**
Fiança *Haitong* (2)	**65.449**	100	15/05/2023	15/05/2025	**N/A**	**N/A**
	349.952					

(a) As fianças bancárias garantem o saldo do BNB; e (b) Os valores atualizados das debêntures e empréstimos estão líquidos do custo de captação. (*) Referente à remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. **8. Ativos de contrato:** Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2022	**Adições (a)**	**Remuneração (b)**	**Amortização (c)**	**2023**
Ativos de contrato em serviço	811.343	**13.446**	**127.481**	**(119.686)**	**832.584**
Ativos de contrato em curso (d)	–	**23.680**	**116**	**–**	**23.796**
Total	811.343	**37.126**	**127.597**	**(119.686)**	**856.380**
Circulante	108.545				**127.720**
Não Circulante	702.798				**728.660**

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.650/0001-21

	2021	Adições	Remuneração	Amortização	Ganho de realização	2022
Ativo de contrato em serviço	777.770	11.987	105.685	(108.721)	24.622	811.343
Total	777.770	11.987	105.685	(108.721)	24.622	811.343
Circulante	100.476					108.545
Não Circulante	677.294					702.798

(a) O saldo decorre da contrapartida de Receita de implementação e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 16; e (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento; e (d) Refere-se aos reforços e melhorias em andamento, relacionado a REA nº 14.106/2023. **9. Empréstimos e financiamentos: 9.1. Composição dos saldos**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2023 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança +Fiança Bancária + Conta Reserva	**16.177**	**317.201**	**333.378**
(-) Custo de captação			**(118)**	**(1.609)**	**(1.727)**
Total			**16.059**	**315.592**	**331.651**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2022 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	15.698	332.615	348.315
(-) Custo de captação			(118)	(1.727)	(1.845)
Total			15.580	330.888	346.468

9.2. Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.580	330.888	346.468
Encargos	**22.810**	–	**22.810**
Transferências	**15.296**	**(15.296)**	–
Amortização de principal	**(14.165)**	–	**(14.165)**
Pagamento de juros	**(23.580)**	–	**(23.580)**
Custo de captação (a)	**118**	–	**118**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**16.059**	**315.592**	**331.651**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.153	344.534	365.687
Encargos	20.458	8.601	29.059
Transferências	22.247	(22.247)	–
Amortização de principal	(5.369)	–	(5.369)
Pagamento de juros	(43.027)	–	(43.027)
Custo de captação (a)	118	–	118
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.580	330.888	346.468

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição. **9.3. Cronograma de amortização da dívida:** Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	Valor	%
Circulante	**16.059**	**5%**
2025	**16.266**	**5%**
2026	**17.166**	**5%**
2027	**18.117**	**5%**
2028	**19.122**	**6%**
Até 2038	**246.530**	**74%**
Subtotal	**317.201**	**96%**
Custo de captação (Não circulante)	**(1.609)**	**-1%**
Não circulante	**315.592**	**95%**
Total	**331.651**	**100%**

10. Debêntures: 10.1. Movimentação de debêntures: A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.763	64.791	68.554
Encargos	**3.360**	–	**3.360**
Transferências	**4.483**	**(4.483)**	–
Amortizações de principal	**(2.550)**	–	**(2.550)**
Pagamento de juros	**(3.373)**	–	**(3.373)**
Variação monetária	**1.590**	**1.575**	**3.165**
Custo de captação (a)	**235**	–	**235**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**7.508**	**61.883**	**69.391**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.226	63.349	64.575
Encargos	3.310	–	3.310
Transferências	1.723	(1.723)	–
Pagamento de juros	(3.242)	–	(3.242)
Variação monetária	512	3.165	3.677
Custo de captação (a)	234	–	234
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.763	64.791	68.554

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

10.2. Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	55.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	**7.508**	**61.883**	**69.391**

(1) Emissão pública de debêntures simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie Quirografária; (5) Debêntures Incentivadas; (6) Garantia Fidejussória. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura. **10.3. Cronograma de vencimento:** Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

Vencimento	2023 Valor	%
Custo de captação (circulante)	(236)	**0%**
Circulante	**7.508**	**11%**
2025	**7.237**	**10%**
2026	**5.789**	**8%**
2027	**6.752**	**10%**
2028	**7.725**	**11%**
Até 2033	**36.271**	**52%**
Subtotal	**63.774**	**92%**
Custo de captação (Não circulante)	**(1.891)**	**-3%**
Não circulante	**61.883**	**89%**
Total	**69.391**	**100%**

10.4. *Covenants*: As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme segue: i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023; e ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023.

***Covenants* debêntures**	**1ª debêntures**
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	3,3
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	4,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. **11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: 11.1. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:** A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre de Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**93.316**	**93.316**	78.076	78.076
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	**23.329**	**8.398**	19.519	7.027
Adições:				
Custo de construção - CPC 47 (a)	**3.868**	**1.392**	240	86
Remuneração e RAP – Ativo de contrato (b)	**23.005**	**8.282**	21.615	7.782
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	**26**	**9**	–	–
Outras provisões permanentes	**93**	**17**	–	–
Total de adições [B]	**26.992**	**9.700**	21.855	7.868
Exclusões:				
Exclusão dos ativos de contrato conforme CPC 47	**(35.332)**	**(12.719)**	(30.772)	(11.078)
Outras provisões permanentes (Exclusões)	**(2)**	–	–	–
Outras exclusões permanentes	**(2.282)**	**(813)**	(66)	(15)
Total de exclusões [C]	**(37.616)**	**(13.532)**	(30.838)	(11.093)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	–	–	–	(168)
IRPJ e CSLL correntes no resultado	**12.705**	**4.566**	10.536	3.634
IRPJ subvenção governamental (E) (c)	**(12.658)**	–	(10.536)	–
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	**(47)**	**(4.566)**	–	(3.634)
Prejuízo fiscal e base negativa constituídos	–	–	–	–
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	**(8.433)**	**(3.036)**	(8.917)	(3.378)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	**(8.480)**	**(7.602)**	(8.917)	(7.012)
Alíquota efetiva	**9%**	**8%**	11%	9%

(a) Ver nota explicativa nº. 17 - Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas; (b) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN. 1.700/2017, que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e (c) Conforme nota explicativa nº 3.4 - Subvenções e assistências governamentais.

11.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	Saldo em 2022	Resultado no exercício	Valor líquido em 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.065	–	**1.065**	**1.065**	–
Custo/ Receita - CPC 47	(101.823)	**(11.504)**	**113.327**	–	**(113.327)**
Provisão para participação nos lucros	–	**35**	**35**	**35**	–
Total	(100.758)	**(11.469)**	**(112.227)**	**1.100**	**(113.327)**

11.3. Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	515
IRPJ e CSLL correntes do exercício	3.634
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(577)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.572
IRPJ e CSLL correntes do exercício	**4.613**
Reclassificação de IRPJ e CSLL	**2.539**
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	**(6.151)**
Tributos retidos IR/CS	**(13)**
IRRF Juros sobre o capital próprio	**1.354**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.914**

11.4. Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2024, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	**2024**	**Total**
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	**1.100**	**1.100**

12. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	**23.680**	5.326
Receita de remuneração dos ativos de contrato	**127.597**	105.685
Ganho na realização dos ativos de contrato	–	24.622
	151.277	135.633
PIS / COFINS sobre a receita de construção/ativos de contrato no exercício (9,25%) (i)	**13.993**	12.546
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	**(4.044)**	(3.547)
Saldo no início do exercício (iii)	**90.783**	81.784
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	**100.732**	90.783
Circulante	**4.348**	3.757
Não circulante	**96.384**	87.026

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da RAP mensal. **13. Provisão para riscos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. **13.1. Cível:** Existem contingências cíveis, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 468 (R$ 176 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão. **14. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Devido pagamento de Juros sobre capital próprio de R$ 9.026 milhões, valor acima do obrigatório, não houve pagamentos de Dividendos mínimos de 1%. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**77.234**	62.147
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(12.658)**	(10.536)
(-) Reserva legal	**(3.229)**	(2.581)
Lucro líquido ajustado	**61.347**	49.030
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	–	490
Juros sobre capital próprio	**9.026**	–
Dividendos adicionais:		
Dividendos das reservas de lucros a realizar	**1.880**	1.626
Dividendos adicionais propostos	**27.406**	18.274
Dividendos intermediários distribuídos – Reserva para investimento e expansão	**6.500**	–
Dividendos intermediários distribuídos – Lucros acumulados	**23.752**	–
Total dividendos	**68.564**	20.390

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	6
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	1.737
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	490
Dividendos da reserva de lucro a realizar	1.626
Pagamento de dividendos no exercício	(1.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.116
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	**18.274**
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	**30.252**
Dividendos da reserva de lucro a realizar	**1.880**
Juros sobre capital próprio	**9.026**
IRRF sobre juros sobre capital próprio	**(1.354)**
Pagamento de dividendos no exercício	**(50.642)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.552**

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia subscrito era de R$ 101.662, e totalmente integralizado era de R$ 92.459. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital estava representado por 101.662.674 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **15.2. Reserva de lucros**

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	**25.328**	12.670
Reserva legal	(b)	**15.119**	11.890
Reserva de lucros a realizar	(c)	**73.491**	75.371
Reserva para investimento e expansão	(d)	**51.349**	56.686
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	**27.406**	18.274
Total		**192.693**	174.891

a. Reserva de incentivos fiscais: É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era de R$ 25.328 (R$ 12.670 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de R$ 12.658 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2023 (R$ 10.536 em 31 de dezembro de 2022). **b. Reserva legal:** É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**77.234**	62.147
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(12.658)**	(10.536)
Lucro ajustado	**64.576**	51.611
(-) Reserva legal (5%)	**3.229**	2.581

c. Reserva de lucros a realizar: Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar era de R$ 73.491 (R$ 75.371 em 31 de dezembro de 2022). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	**75.371**	76.997
Realização	**(1.880)**	(1.626)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**73.491**	75.371

d. Reserva para investimento e expansão: Reserva estatuária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros era de R$ 51.349 (R$ 56.686 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação refere-se à destinação de R$ 6.500 para pagamento de dividendos intermediários e à constituição de R$ 1.163 provenientes do lucro do exercício. **e. Reserva de dividendos adicionais propostos:** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado na nota explicativa nº21 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R$ 27.406 referentes ao exercício de 2023 (R$ 18.274 em 31 de dezembro de 2022).

16. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	**23.680**	5.326
Receita de operação e manutenção (b)	**13.446**	6.660
	37.126	11.986
Deduções		
PIS/COFINS corrente	**(2.312)**	(622)
PIS/COFINS diferidos	–	(492)
Encargos do consumidor (c)	**(1.476)**	(1.357)
	(3.788)	(2.471)
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	**33.338**	9.515
Receita de remuneração de ativos de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	**127.597**	105.685
PIS/COFINS corrente	**(7.948)**	(5.488)
PIS/COFINS diferidos	**(9.949)**	(9.776)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	**109.700**	90.421
Receita operacional líquida	**143.038**	99.936

(a) Refere-se aos reforços e melhorias em andamento, relacionado a REA nº 14.106/2023; (b) O aumento da receita de operação e manutenção é reflexo dos custos com aquisição e montagem de reator nas subestações Barreiras II e Rio das Éguas, conforme nota explicativa 17 – Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas; (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e (d) Remuneração financeira é proveniente da atualização dos ativos de contrato.

16.1. Margens das obrigações de *performance*

Implementação e melhoria de infraestrutura	**2023**	**2022**
Receita líquida de PIS e COFINS diferidos	**21.490**	4.833
Ganho/perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	–	22.344
Custo	**(15.472)**	(958)
Margem (R$)	**6.018**	26.219
Margem percebida (%) (*)	**28,00%**	96,47%
Margem orçada no início do contrato (%)	**24,95%**	24,95%
Operação e manutenção		
Receita (**)	**13.446**	6.660
Custo	**(4.295)**	(5.363)
Margem (R$)	**9.151**	1.297
Margem percebida (%) (***)	**68,06%**	19,47%
Margem orçada no início do contrato (%)	**24,95%**	24,95%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria da infraestrutura considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção. (**) A melhora da Margem Percebida é devido ao aumento na Receita de Operação oriunda da reversão na linha de perda e ganho, comparando acumulado de 2022 x 2023. (***) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na operação) identificados ao longo da fase de operação.

17. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

2023	Custo de construção (a)	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	**(1.827)**	–	**(1.827)**	**(658)**
Material	**(10.385)**	**(177)**	**(2)**	**(10.564)**	–
Serviços de terceiros	**(5.087)**	**(2.168)**	**(13)**	**(7.268)**	**(777)**
Arrendamento e aluguéis	–	**(88)**	–	**(88)**	**(4)**
Amortização do ativo intangível	–	–	**(16)**	**(16)**	–
Outros	–	–	**(3)**	**(3)**	**(165)**
Total	**(15.472)**	**(4.260)**	**(34)**	**(19.766)**	**(1.604)**

2022	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	(1.888)	(7)	(1.895)	(412)
Material	(922)	(133)	–	(1.055)	(2)
Serviços de terceiros	(34)	(2.637)	(402)	(3.073)	(733)
Arrendamento e aluguéis	–	(172)	(1)	(173)	(3)
Amortização do ativo intangível	–	–	(28)	(28)	–
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	–	–	22.344	22.344	–
Outros	(2)	–	(95)	(97)	(33)
Total	(958)	(4.830)	21.811	16.023	(1.183)

(a) Aumento referente à aquisição e montagem de reator nas subestações Barreiras II e Rio das Éguas.

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira (a)	**8.414**	3.842
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(392)**	(179)
Outras receitas financeiras	**4**	10
Total de receitas financeiras	**8.026**	3.673
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (b)	**(25.374)**	(31.595)
Variação monetária da dívida	**(3.165)**	(3.677)
Juros, multas s/ operação de energia	**(313)**	(1)
Outras despesas financeiras	**(7.466)**	(5.066)
Total de despesas financeiras	**(36.318)**	(40.339)
Resultado financeiro	**(28.292)**	(36.666)

(a) A melhora nos rendimentos de aplicação financeira, deu-se principalmente em função da alta do CDI, que acumulou em 2022, a taxa de 12,39%, e acumulou em 2023, a taxa de 13,04%; e (b) A redução nos encargos da dívida ocorreu em função da variação do IPCA, que acumulou em 2022, a taxa de 5,79% e acumulou em 2023, a taxa de 4,62. **19. Instrumentos financeiros: 19.1. Considerações gerais:** A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA. **19.2. Política de utilização de derivativos:** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **19.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.650/0001-21

apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito no item a seguir. **a) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	**132**	**132**	137	137
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**47.877**	**47.877**	55.633	55.633
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	**14.017**	**14.017**	10.166	10.166
Total do ativo			**62.026**	**62.026**	65.936	65.936

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Fornecedores	–	Custo amortizado	**7.635**	**7.635**	6.709	6.709
Empréstimos e financiamentos	–	Custo amortizado	**331.651**	**333.379**	346.468	348.315
Debêntures	–	Custo amortizado	**69.391**	**81.784**	68.554	70.570
Total do passivo			**408.677**	**422.798**	421.731	425.594

Caixa e equivalente de caixa – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. **Aplicações financeiras –** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; **Contas a receber –** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável; **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado; **Empréstimos, financiamentos** – têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); e **Debêntures** – são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A. **19.4. Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 132 (R$ 137 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber:** O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 9 e 10 – Empréstimos e financiamentos e Debêntures, respectivamente. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

2023	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	331.651	482.499	5.853	28.365	33.455	99.848	314.978
Títulos de dívida emitidos com garantia	69.391	103.858	4.810	4.795	10.760	30.923	52.570
Fornecedores	7.635	7.635	7.635	–	–	–	–
Total	408.677	593.992	18.298	33.160	44.215	130.771	367.548

*Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação. Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 9 e 10 - Empréstimos e financiamentos e Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia. **c) Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. A seguir é apresentado, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Impacto no resultado: Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	48.001	52.820	54.025	55.230	51.615	50.411
Impacto no resultado			4.819	1.205	2.410	(1.205)	(2.410)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(404.897)	(430.486)	(436.884)	(443.281)	(424.089)	(417.692)
Total de passivos financeiros		(404.897)	(430.486)	(436.884)	(443.281)	(424.089)	(417.692)
	IPCA		(25.589)	(6.397)	(12.795)	6.397	12.795
Impacto no resultado				(6.397)	(12.795)	6.397	12.795
Efeito líquido no resultado				(5.193)	(10.385)	5.193	10.385
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3.

d) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 10 - Debêntures. **e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. **f) Riscos regulatórios e operacionais:** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprova a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima. **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura:** caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela a ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento disposto, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia. **g) Riscos ambientais:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **h) Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. Companhia entende que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo e debêntures. **20. Demonstração dos fluxos de caixa: 20.1: Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	**18.274**
Dividendos intermediários distribuídos	**30.252**
Juros sobre capital próprio	**9.026**
Realização da reserva de lucros a realizar	**1.880**
Total	**59.432**

20.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	346.468	**(14.165)**	**(23.580)**	**22.928**	**331.651**
Debêntures	68.554	**(2.550)**	**(3.373)**	**6.760**	**69.391**
Dividendos a pagar	2.116	**(50.642)**	**–**	**58.078**	**9.552**
	417.138	**(67.357)**	**(26.953)**	**87.766**	**410.594**

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e dividendos a pagar no fim do exercício. **21. Eventos Subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais:** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 27.406, decorrentes do resultado do exercício.

DIRETORIA EXECUTIVA

Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor
Cristiano de Lima Lograde - Diretor   Ailton Costa Ferreira - Diretor   Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor
Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador - CRC PE 012996-O-3 S-DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da Equatorial **Transmissora 1 SPE S.A.** Brasília – Distrito Federal. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 1 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Mensuração de ativos contratuais de transmissão. Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R$ 856.380 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Controles gerais de tecnologia de informação. A Companhia, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** *Demonstração do valor adicionado.* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Política

"SILÊNCIO ENSURDECEDOR"

Oposição não perdoa

Lula vira alvo de cobranças após filho caçula ter sido acusado de violência por ex-companheira

O presidente Lula virou alvo de cobranças públicas da oposição após seu filho caçula, Luis Claudio Lula da Silva, 39 anos, ter sido acusado de violência física, moral e psicológica por uma ex-companheira. Aliados de Jair Bolsonaro, como a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), e rivais do petista, como a deputada Rosangela Moro (União Brasil-SP), questionaram o silêncio de Lula ou de aliados.

Cobrada a se manifestar, Tabata Amaral, deputada federal pelo PSB-SP e pré-candidata à Prefeitura de São Paulo, afirmou que, se for comprovada a denúncia, espera não haver nenhum tratamento especial.

A primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, a Janja, não chegou a falar do caso diretamente, mas, em evento na quarta-feira, fez referência à importância do combate à violência doméstica.

A ex-companheira de Luis Claudio registrou um boletim de ocorrência eletrônico na terça-feira, em São Paulo, e afirma ter levado uma cotovelada na barriga durante briga ocorrida em janeiro deste ano, além de ter sido vítima de outras violências. Luis Claudio nega as acusações, que chama de fantasiosas.

"Silêncio ensurdecedor de toda a esquerda após o escândalo envolvendo o filho do presidente. Só vale a luta pela causa a depender de quem seja o culpado?", questionou Rosangela Moro, deputada e mulher do senador Sergio Moro (União Brasil), ex-juiz da Lava Lato.

"Se tivesse acontecido com o ex-presidente da República, esse plenário estaria aqui cheio hoje inclusive de feministas gritando", afirmou a senadora Damares Alves em sessão do Senado.

Marina Helou, deputada estadual pela Rede em São Paulo, partido aliado de Lula, afirmou que "nenhum homem pode estar acima da lei". Segundo acusação da vítima, Luis Claudio teria dito estar protegido por ser filho do presidente.

Nas redes sociais, outros políticos da oposição cobravam posicionamento de figuras públicas como a primeira-dama Janja e de Cida Gonçalves, do Ministério das Mulheres.

O ex-procurador da Lava Jato e deputado federal cassado Deltan Dallagnol relembrou fala de Lula dita em agosto de 2022, quando o presidente condenou a violência contra mulheres.

"Quer bater em mulher? Vá bater em outro lugar, mas não dentro da sua casa ou no Brasil, porque nós não podemos aceitar mais isso", disse o petista em comício realizado no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

O vereador de São Paulo Rubinho Nunes (União Brasil) explorou o episódio cobrando posicionamento de adversários políticos como os pré-candidatos à prefeitura Tabata Amaral e Guilherme Boulos (PSOL).

"Inúmeras denúncias de violência doméstica contra o filho de Lula. Seguem calados: Tabata Amaral, Janja, Ministra das Mulheres, Guilherme Boulos, Silvio Almeida, dos 'direitos humanos'", afirmou.

Apesar da crítica, Tabata Amaral comentou o episódio. "Se comprovada a denúncia, espero que não haja nenhum tratamento especial e a lei seja seguida em todo seu rigor. Independentemente de quem seja o agressor ou a que família ele pertença", afirmou.

Janja não mencionou o episódio, mas fez publicação na quarta em que afirmou ter "compromisso de vida" com a "questão da violência contra as mulheres".

"Esse é um compromisso [igualdade de gênero] que eu tenho de vida com a questão das mulheres, com a questão da violência contra as mulheres", disse. "Essa é uma pauta que eu vou continuar levando. Às vezes ela é difícil, mas necessária", disse em publicação que registrava evento da ONU do qual participava.

Medida protetiva

Nas redes sociais, a ex-companheira de Luis Claudio pediu que a questão não fosse politizada e que Lula não fosse responsabilizado. "Parem de responsabilizar os familiares por maldades de um homem adulto de 40 anos. São pessoas totalmente diferentes", escreveu. A publicação foi excluída minutos depois.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), segundo a defesa, acatou pedido de medida protetiva após o registro do caso. Luis Claudio foi proibido de ficar a menos de 200 metros da ex-mulher, além de não poder contatá-la por telefone e redes sociais ou frequentar os locais de trabalho e estudo dela.

Luis Claudio é diretor do Parintins-AM, clube de futebol fundado em 2021 (*Da Folhapress*).

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Uma ex-companheira acusou Luis Claudio Lula da Silva de violência física, moral e psicológica

Discurso religioso no Nordeste

O presidente Lula inaugurou, ontem, uma obra hídrica em Arcoverde, a 255 km do Recife, comparou a chegada da água a localidades do agreste pernambucano a um milagre e disse que adversários usam o nome de Deus em vão.

Falando de improviso, o presidente fez um discurso recheado de referências religiosas. Relembrou as dificuldades que enfrentou por falta de água na infância em Caetés (PE) e disse ter obsessão pela questão da água no Nordeste.

"Esse é um milagre que aconteceu com um cara que viveu a seca. Com sete anos, eu saí de Caetés para São Paulo com uma mãe e oito filhos para não morrer de fome e sede. Esse nordestino, que saiu daqui para não morrer de sede, volta e faz a transposição do rio São Francisco", afirmou.

> "ESSE É UM MILAGRE QUE ACONTECEU COM UM CARA QUE VIVEU A SECA. COM SETE ANOS, EU SAÍ DE CAETÉS PARA SÃO PAULO COM UMA MÃE E OITO FILHOS PARA NÃO MORRER DE FOME E SEDE. ESSE NORDESTINO, QUE SAIU DAQUI PARA NÃO MORRER DE SEDE, VOLTA E FAZ A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO."
>
> **LULA,** falando em Pernambuco

Na sequência, se dirigindo aos apoiadores, Lula disse que o voto deles para presidente foi um ato de fé, de coragem e da crença de que um milagre estava para acontecer: "O homem lá de cima disse eu vou ajudar os nordestinos através de um nordestino".

Depois, ao fazer referência direta aos seus opositores, afirmou que enfrenta uma máquina de mentiras, de ódio e de fake news.

"Uma fábrica podre, só prega ódio, só conta falsidade. A gente não pode acreditar porque Deus não é mentira, Deus é verdade. E ninguém pode utilizar o nome de Deus em vão como eles usam todo santo dia."

O presidente falou ainda sobre a construção de universidades e escolas técnicas em seus governos, disse que a educação não era uma prioridade das elites e que o país foi "amaldiçoado pela ganância de uns poucos que tem muito dinheiro e não querem ajudar os muitos que não tem dinheiro."

Ao lado da governadora Raquel Lyra (PSDB), com quem trocou afagos no discurso, Lula participou da cerimônia de inauguração da Estação Elevatória de Água Bruta de Ipojuca e do trecho entre Belo Jardim e Caruaru da Adutora do Agreste de Pernambuco.

A Adutora do Agreste é uma obra do governo de Pernambuco com aportes da União. O governo federal investiu R$ 1,2 bilhão no projeto, e o estado aplicou R$ 200 milhões.

A nova estação elevatória vai ampliar o número de cidades atendidas pela adutora de 6 para 9, levando água para uma população estimada em 615 mil pessoas.

Com previsão de conclusão em 2026, a primeira etapa do projeto prevê uma rede de adutoras que chegará a 23 municípios e deve atender a 1,3 milhão de pessoas. A segunda etapa do projeto está em fase de contratação. Quando todo o projeto estiver finalizado, cerca de 2 milhões de pessoas e 68 cidades do agreste de Pernambuco serão beneficiadas.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 02"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R$ 1,184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: consistente na Linha de Transmissão Barreiras II - Buritirama, em 500 kV – com extensão aproximada de 213 quilômetros; (b) pela subestação Buritirama, em 500kV. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 9 municípios dos Estados da Bahia e Piauí: Buritirama, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Dirceu Arcoverde, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP (Receita Anual de Permitida) da Companhia é de R$ 98,18 milhões, atualizada anualmente pelo IPCA, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Andamento do Projeto.** A SPE 02 está com todos os seus ativos em Operação desde o início de 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 05 de fevereiro de 2020, completando 100% de ativos em Operação Comercial. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2023 totalizaram R$ 2,60 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R$ 112,18 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas, foi de R$ 9,59 milhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R$ 103,46 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 27,41 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R$ 12,80 milhões. **Benefícios Fiscais.** Em 21 de outubro de 2020, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2021 a 2030. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R$ 63,24 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 395,15 milhões. As dívidas da SPE 02 têm um perfil confortável de vencimentos, com apenas 5,67% em curto prazo.

Relacionamento com auditores externos: A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira e Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Ailton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor. Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**177**	163
Aplicações financeiras	6	**35.460**	34.982
Contas a receber		**13.126**	9.509
Serviços pedidos		**260**	–
Impostos e contribuições a recuperar		**695**	703
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**11.152**	12.418
Adiantamentos a fornecedores		**1.858**	1.905
Outras contas a receber		**782**	1.600
Ativos de contratos	8	**115.834**	102.657
Total do ativo circulante		**179.344**	163.937
Não circulante			
Aplicações Financeiras	6	**11.437**	10.379
Intangível		**336**	350
Ativos de contrato	8	**654.134**	646.327
Total do ativo não circulante		**665.907**	657.056
Total do ativo		**845.251**	820.993

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		**4.922**	5.784
Empréstimos e financiamentos	9	**16.674**	16.368
Debêntures	10	**5.739**	2.506
Dividendos a pagar	14	**1.588**	6.381
Impostos e contribuições a recolher		**1.700**	1.633
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	11	**4.527**	2.576
PIS e COFINS diferidos	12	**3.960**	3.521
Encargos setoriais		**1.202**	757
Outras contas a pagar		**2.842**	1.104
Total do passivo circulante		**43.154**	40.630
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	**321.121**	337.018
Debêntures	10	**51.616**	53.552
PIS e COFINS diferidos	12	**87.780**	81.578
Imposto de renda e contribuições social diferidos	11	**92.658**	84.390
Total do passivo não circulante		**553.175**	556.538
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	**94.888**	94.888
Reserva de lucros	15.2	**154.034**	128.937
Total do patrimônio líquido		**248.922**	223.825
Total do passivo e patrimônio líquido		**845.251**	820.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

			Reserva de lucro						
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		94.888	7.562	45.609	–	21.820	1.045	–	170.924
Dividendos adicionais distribuídos – 2021		–	–	–	–	–	(1.045)	–	(1.045)
Lucro liquido do exercício		–	–	–	–	–	–	55.327	55.327
Destinação do lucro									–
Reserva legal		–	2.356	–	–	–	–	(2.356)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais		–	–	–	8.217	–	–	(8.217)	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	(933)	–	–	–	–	(933)
Constituição de reserva para investimento e expansão		–		–	–	39.076		(39.076)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(448)	(448)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	5.230	(5.230)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		94.888	9.918	44.676	8.217	60.896	5.230	–	223.825
Dividendos adicionais distribuídos 2022		–	–	–	–	–	**(5.230)**	–	**(5.230)**
Lucro liquido do exercício		–	–	–	–	–	–	**63.243**	**63.243**
Destinação do lucro									
Reserva legal	15.2.b)	–	**2.534**	–	–	–	–	**(2.534)**	–
Reserva de incentivos fiscais	15.2.a)	–	–	–	**12.566**	–	–	**(12.566)**	–
Realização da reserva de lucros a realizar	15.2.c)	–	–	**(1.107)**	–	–	–	–	**(1.107)**
Constituição de reserva para investimento e expansão	15.2.d)	–	–	–	–	**6.647**	–	**(6.647)**	–
Dividendos intermediários distribuídos		–	–	–	–	**(11.500)**	–	**(19.828)**	**(31.328)**
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	**(481)**	**(481)**
Dividendos adicionais propostos	15.2.e)	–	–	–	–	–	**21.187**	**(21.187)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**94.888**	**12.452**	**43.569**	**20.783**	**56.043**	**21.187**	–	**248.922**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., companhia do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Q ST SCS - B, Quadra nº 09, nº 09 Bloco A, Sala 1201, Parte 2, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na linha de Transmissão Barreiras II - Buritirama, em 500(*) kV, primeiro circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 213(*) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Barreiras II; pela subestação Buritirama, em 500(*) kV. (*) Informação não auditada. **1.1. Contrato de concessão.** Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017 – ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1547/2019, com validade pelo período de seis anos, contados a partir de sua assinatura em 27 de dezembro de 2019, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultados e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Nota explicativa	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias.
Receita operacional líquida	3.1 e 16	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 19	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.

2.4.2. Mensuração do valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos Financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 - Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. **3.1. Receita operacional.** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura.** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M).** A receita de O&M é cumprir é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(c) Remuneração dos ativos da concessão.** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração de ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2. Ativos de contrato.** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL, e início da

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	16	**14.198**	8.296
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida de PIS e COFINS	16	**97.985**	79.618
Receita operacional líquida		**112.183**	87.914
Custos dos serviços prestaados	17	**(8.105)**	20.832
Lucro bruto		**104.078**	108.746
Despesas gerais e administrativas	17	**(1.474)**	(996)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas		**847**	(60)
Total de receitas (despesas) operacionais		**(627)**	(1.056)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		**103.451**	107.690
Receitas financeiras	18	**7.503**	2.925
Despesas financeiras	18	**(34.910)**	(39.350)
Resultado financeiro		**(27.407)**	(36.425)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		**76.044**	71.265
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	**(4.533)**	(2.631)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	**(8.268)**	(13.307)
Impostos sobre o lucro		**(12.801)**	(15.938)
Lucro líquido do exercício		**63.243**	55.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**63.243**	55.327
Total de outros resultados abrangentes	**63.243**	55.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**63.243**	55.327
Ajuste para:		
Amortização do intangível	**14**	12
Margem da receita de construção	–	(32.539)
Remuneração dos ativos de contrato	**(112.615)**	(92.991)
Receita de operação e manutenção	**(16.694)**	(7.642)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**28.935**	35.711
Rendimentos de aplicações financeiras	**(7.867)**	(3.060)
PIS e COFINS diferidos	**6.641**	8.300
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	**4.533**	2.631
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	**8.268**	13.307
	(25.542)	(20.944)
Variações em:		
Contas a receber	**104.708**	98.254
Impostos e contribuições a recuperar	**8**	(36)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**(1.303)**	(3.045)
Ativos de contrato	–	(92)
Adiantamento a fornecedores	**47**	(57)
Outros ativos circulantes	**558**	(772)
Fornecedores	**(862)**	910
Impostos e contribuições a recolher	**67**	68
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	**(13)**	2.239
Encargos setoriais	**445**	330
Outras contas a pagar	**1.738**	243
Caixa proveniente das atividades operacionais	**105.393**	98.042
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	**(26.826)**	(46.601)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(2.298)
	(26.826)	(48.899)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**53.025**	28.199
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	**6.331**	(21.437)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**6.331**	(21.437)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	–	4.017
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(14.909)**	(9.720)
Amortização de debêntures	**(1.494)**	–
Dividendos pagos	**(42.939)**	(1.045)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(59.342)**	(6.748)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**14**	14
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**163**	149
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**177**	163
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**14**	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Receitas	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	–	2.664
Receita de remuneração de ativo de contrato	**112.615**	92.991
Receita de operação e manutenção	**16.694**	7.642
Outras receitas	–	–
	129.309	103.297
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	–	(92)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(5.948)**	(5.100)
Ativos de contrato - perda de realização	–	29.967
	(5.948)	24.775
Valor adicionado bruto	**123.361**	128.072
Amortização	**(14)**	(12)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**123.347**	128.060
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**7.870**	3.068
	7.870	3.068
Valor adicionado total a distribuir	**131.217**	131.128
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	**2.455**	2.197
Benefícios	**69**	–
FGTS	**52**	–
	2.576	2.197
Tributos		
Federais	**30.484**	34.250
	30.484	34.250
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**27.762**	34.552
Aluguéis	**4**	4
Despesas financeiras	**7.148**	4.798
	34.914	39.354
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	**41.496**	448
Lucro retidos	**21.747**	54.879
	63.243	55.327
Valor adicionado	**131.217**	131.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

fase de operação. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4. Subvenções e assistências governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1. Benefícios fiscais. SUDENE.** Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo n° 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030. **3.5. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros, honorários e licença prêmio entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.6. PIS e COFINS diferidos.** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração do ativo de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação. **3.7. Instrumentos financeiros. 3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2. Classificação e mensuração subsequente. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas.**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. **3.7.3. Desreconhecimento.** (a) **Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. (b) **Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (c) **Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Capital social. (a) Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.9. Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10. Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.10.1. Novas normas, alterações e interpretações.** O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 47, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) –Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto relevante nas políticas contábeis da Companhia

3.10.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.	07/05/2021	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Medida Provisória n° 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4. Assuntos regulatórios: A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Companhia é de R$ 98.184, homologado pela REH 3.216/2023. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,39% a RAP. A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	**26**	20
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	151	143
Total	**177**	163

(a) Referem a Fundos de Investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 92,52% a.a. do CDI (92,38% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **6. Aplicações financeiras**

	2023	2022
Circulante		
Fundo de investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	**35.460**	34.982
Não circulante		
Recursos vinculados	**11.437**	10.379
Total	**46.897**	45.361

(a) Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL); e (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,46% a.a. do CDI (99,96% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **7. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2023		2022	
Empresas	Nota	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**96**	**–**	94	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**175**	**–**	162	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**54**	**–**	55	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**62**	**–**	62	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	**201**	**–**	166	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	**10**	**–**	10	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**183**	**–**	163	–
Total		**781**	**–**	712	–
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**12**	**37**	–	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**66**	**52**	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**5**	**16**	–	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**8**	**26**	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**7**	**21**	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	**1**	**3**	–	–
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	–	**–**	7	7
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	–	**1**	10	10
Equatorial Transmissão 4 SPE S.A.	(b)	–	**2**	–	–
Equatorial Transmissão 8 SPE S.A.	(b)	–	**1**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	–	**1**	–	–
Total		**99**	**160**	17	17
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	**(4)**	**(14)**	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(d)	**–**	**–**	(258)	(258)
Total		**(4)**	**(14)**	(260)	(270)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(89)**	**(296)**	(78)	(331)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(11)**	**(117)**	(23)	(115)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(10)**	**(55)**	(22)	(47)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(9)**	**(36)**	(9)	(41)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**(9)**	**(42)**	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	**(3)**	**(9)**	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	**(1.100)**	**(255)**	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	**–**	**(1)**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	**(1)**	**(2)**	–	(1)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.					
Total	(e)	**(1.142)**	**(4.066)**	(852)	(1.617)
Dividendos a pagar		**(2.374)**	**(4.879)**	(985)	(2.153)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	**(1.588)**	**–**	(6.381)	–
Total		**(1.588)**	**–**	(6.381)	–

(a) Valores referem-se a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Transmissão S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e (f) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa n° 14 Dividendos a pagar. **7.1. Remuneração de pessoal-chave da administração.** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o pessoal-chave da Administração conta com 05 membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A. e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R$ 120 (R$ 191 em 31 de dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. **7.2. Garantias e fianças.** A Equatorial Energia S.A. (1) e Equatorial Transmissão S.A. (2), partes relacionadas da Companhia, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus(*) nos contratos de financiamentos, conforme abaixo listados:

Instituição	Valor garantido	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2023 (b)
Banco do Nordeste (BNB) (2)	353.047	100	19/06/2018	15/07/2038	350.060	337.795
1ª Emissão Debêntures Série Única (2)	45.000	100	04/02/2019	15/01/2033	45.000	57.355
Apólices de Seguros (1)	650	100	29/04/2023	11/05/2028	N/A	N/A
Total	398.697				395.060	395.150
Fianças (a)						
Fiança Santander (2)	84.135	100	14/11/2022	14/11/2024	N/A	N/A
Fiança Bradesco (2)	49.511	100	13/11/2023	11/11/2025	N/A	N/A
Fiança Alfa (2)	31.101	100	11/03/2022	11/03/2026	N/A	N/A
Fiança Alfa (2)	66.050	100	15/05/2023	15/05/2025	N/A	N/A
Fiança Bradesco (2)	125.777	100	24/07/2023	24/07/2025	N/A	N/A
Total	356.574					

(a) As fianças bancárias garantem o saldo do BNB; e (b) Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação. (*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. **8. Ativos de contrato:** Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	748.984	**16.694**	**112.615**	**(108.325)**	**769.968**
Total	748.984	**16.694**	**112.615**	**(108.325)**	**769.968**
Circulante	102.657				**115.834**
Não Circulante	646.327				**654.134**

	2021	Adições	Remuneração	Amortização	Ganho de realização	2022
Ativos de contrato em serviço	714.820	**10.306**	**92.991**	**(99.100)**	**29.967**	**748.984**
Total	714.820	**10.306**	**92.991**	**(99.100)**	**29.967**	**748.984**
Circulante	92.801					102.657
Não Circulante	622.019					646.327

(a) O saldo dessa conta decorre da contrapartida de Receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 16; (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); e (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento.

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

9. Empréstimos e financiamentos: 9.1. Composição dos saldos.

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2023 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	**16.802**	**322.854**	**339.656**
(-) Custo de captação	–	–	**(128)**	**(1.733)**	**(1.861)**
Total empréstimos e financiamentos			**16.674**	**321.121**	**337.795**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2022 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	**16.496**	**338.879**	**355.375**
(-) Custo de captação	–	–	**(128)**	**(1.861)**	**(1.989)**
Total empréstimos e financiamentos			**16.368**	**337.018**	**353.386**

9.2. Movimentação dos empréstimos

Moeda Nacional	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.368	337.018	353.386
Encargos	**23.257**	–	**23.257**
Transferências	**15.897**	**(15.897)**	–
Amortização de Principal	**(14.909)**	–	**(14.909)**
Pagamentos de juros	**(24.067)**	–	**(24.067)**
Custo de captação (a)	**128**	–	**128**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**16.674**	**321.121**	**337.795**

Moeda Nacional	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.589	351.644	373.233
Ingressos	–	4.017	4.017
Encargos	33.862	(4.185)	29.677
Transferências	14.458	(14.458)	–
Amortização de Principal	(9.720)	–	(9.720)
Pagamentos de juros	(43.949)	–	(43.949)
Custo de captação (a)	128	–	128
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.368	337.018	353.386

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição. **9.3. Cronograma de amortização da dívida.** Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	**16.674**	**5%**
2025	16.849	**5%**
2026	17.721	**5%**
2027	18.645	**6%**
2028	19.622	**6%**
Até 2038	250.017	**74%**
Subtotal	**322.854**	**96%**
Custo de captação (Não circulante)	(1.733)	**-1%**
Não circulante	**321.121**	**95%**
Total	**337.795**	**100%**

9.4. *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. **10. Debêntures. 10.1. Movimentação das debêntures.** A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.506	53.552	56.058
Encargos	**2.762**	–	**2.762**
Transferência	**3.352**	**(3.352)**	–
Amortização do principal	**(1.494)**	–	**(1.494)**
Pagamento de juros	**(2.759)**	–	**(2.759)**
Variação monetária	**1.181**	**1.416**	**2.597**
Custo de captação (a)	**191**	–	**191**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.739**	**51.616**	**57.355**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.005	51.799	52.804
Encargos	2.708	–	2.708
Transferência	955	(955)	–
Pagamento de juros	(2.652)	–	(2.652)
Variação monetária	300	2.708	3.008
Custo de captação (a)	190	–	190
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.506	53.552	56.058

(a) O efeito positivo no custo de captação ocorreu em função da amortização.

10.2. Características das Debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2023 Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	5.739	51.616	57.355

(1) Emissão pública de debêntures simples (3) Não conversíveis em ações (4) Espécie quirografária (5) Debêntures incentivadas (6) Garantia adicional fidejussória. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura. **10.3. Cronograma de amortização da dívida.** As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	**5.739**	**10%**
2025	6.309	**11%**
2026	5.333	**9%**
2027	5.630	**10%**
2028	6.547	**11%**
Até 2033	29.377	**51%**
Subtotal	**53.196**	**93%**
Custo de captação (Não circulante)	(1.580)	**-3%**
Não circulante	**51.616**	**90%**
Total	**57.355**	**100%**

10.4. *Covenants*. As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023; e (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados entre 31 de dezembro de 2023.

***Covenants* debêntures**	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	3,7
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	4,7

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos. **11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: 11.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social.** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**76.044**	**76.044**	71.265	71.265
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	**19.011**	**6.844**	17.816	6.414
Adições:				
Custo de construção - CPC 47	–	–	23	8
Remuneração RAP - Ativo de Contrato (a)	**20.364**	**7.331**	18.940	6.819
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	**50**	**18**	–	–
Outras provisões permanentes	**45**	**16**	–	–
Total de adições [B]	**20.459**	**7.365**	18.963	6.827
Exclusões:				
Reconhecimento dos ativos de contrato - CPC 47	**(26.494)**	**(9.537)**	(28.501)	(10.260)
Outras provisões permanentes (Exclusões)	**(2)**	–	–	–
Outras exclusões permanentes	**(408)**	**(139)**	(61)	(14)
Total de exclusões [C]	**(26.904)**	**(9.676)**	(28.562)	(10.274)
Compensações:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	–	–	–	(336)
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental (E) (b)	**(12.566)**	–	(8.217)	–
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	–	**(4.533)**	–	(2.631)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	**(6.080)**	**(2.188)**	(9.538)	(3.769)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	**(6.080)**	**(6.721)**	(9.538)	(6.400)
Alíquota efetiva	**8%**	**9%**	13%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017, que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e (b) Conforme nota explicativa nº 3.4 - Subvenções e assistências governamentais.

11.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2023 Reconhecimento no resultado	Valor líquido em 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	942	–	**942**	**942**	–
Base negativa de CSLL	(7)	–	**(7)**	**(7)**	–
Custo/ Receita – CPC 47	(85.325)	**(8.336)**	**(93.661)**	–	**(93.661)**
Provisão para participação nos lucros	–	**68**	**68**	**68**	–
Total	(84.390)	**(8.268)**	**(92.658)**	**1.003**	**(93.661)**

11.3. Movimentação de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4
IRPJ e CSLL correntes do exercício	2.631
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(59)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.576
IRPJ e CSLL correntes do exercício	**4.533**
Reclassificação de IRPJ e CSLL	**(2.569)**
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	–
Tributos retidos IR/CS	**(13)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.527**

11.4. Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2024, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2024	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	**1.003**	**1.003**

12. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de construção e melhoria de infraestrutura	–	2.664
Receita de ativo de contrato no exercício	**112.615**	92.991
Ganho na realização do ativo de contrato	–	29.967
	112.615	125.622
PIS/COFINS sobre a receita de construção/ativo de contrato no exercício (9,25%) (i) / (a)	**10.417**	11.620
Amortização de PIS/COFINS (ii)	**(3.776)**	(3.320)
Saldo no início do exercício (iii)	**85.099**	76.799
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	**91.740**	85.099

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme tributação da receita do mês. **13. Provisão para riscos judiciais:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. **13.1. Tributárias:** Existem contingências tributárias, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 584 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão. **14. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**63.243**	55.327
(-) Reserva legal	**(2.534)**	(2.356)
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(12.566)**	(8.217)
Lucro líquido ajustado	**48.143**	44.754
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios	**481**	448
Dividendos adicionais:		
Realização da reserva de lucros a realizar	**1.107**	933
Dividendos adicionais propostos	**21.187**	5.230
Dividendos intermediários distribuídos - Lucros acumulados	**19.828**	–
Dividendos intermediários distribuídos - Reserva para investimento e expansão	**11.500**	–
Total dividendos	**54.103**	6.611

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.000
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	1.045
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	448
Dividendos da reserva de lucro a realizar	933
Pagamento de dividendos no exercício	(1.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.381
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	**5.230**
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	**481**
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	**31.328**
Dividendos da reserva de lucro a realizar	**1.107**
Pagamento de dividendos no exercício	**(42.939)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.588**

15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito era de R$ 103.076 e totalmente integralizado era de R$ 94.888. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital estava representado por 103.075.805 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

15.2. Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	**20.783**	8.217
Reserva legal	(b)	**12.452**	9.918
Reserva de lucros a realizar	(c)	**43.569**	44.676
Reserva para investimento e expansão	(d)	**56.043**	60.896
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	**21.187**	5.230
Total		**154.034**	128.937

(a) Reserva de incentivos fiscais. A CVM, através da Deliberação nº 555, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 12.566 (R$ 8.217 em 31 de dezembro de 2022), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real, resultando em um saldo de R$ 20.783 (R$ 8.217 em 31 de dezembro de 2022). **(b) Reserva legal.** É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal correspondia a R$ 12.452 (R$ 9.918 em 31 de dezembro de 2022). O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**63.243**	55.327
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(12.566)**	(8.217)
Lucro ajustado	**50.677**	47.110
(-) Reserva legal (5%)	**2.534**	2.356

(c) Reserva de lucros a realizar. Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar era de R$ 43.569 (R$ 44.676 em 31 de dezembro de 2022). No exercício de 2023 houve realização da reserva no montante de R$ 1.107 (R$ 933 em 31 de dezembro de 2022). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP. **Movimentação da reserva de lucros a realizar**

	2023	2022
Saldo inicial em 1° de janeiro	**44.676**	45.609
Realização	**(1.107)**	(933)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**43.569**	44.676

(d) Reserva para investimento e expansão. Reserva estatuária prevista no Art. 33, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva para investimento e expansão era de R$ 56.043 (R$ 60.896 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação refere-se à destinação de R$ 11.500 para pagamento de dividendos intermediários e à constituição de R$ 6.647 provenientes do lucro do exercício. **(e) Reserva de dividendos adicionais propostos.** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado em nota explicativa nº 21 – Eventos subsequentes, foi aprovada a distribuição na integralidade da reserva no montante de R$ 21.187 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 5.230 em 31 de dezembro de 2022).

16. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	–	2.664
Receita de operação e manutenção (b)	**16.694**	7.642
	16.694	10.306
Deduções da receita		
PIS/COFINS corrente	**(1.184)**	(529)
PIS/COFINS diferidos	–	(246)
Encargos do consumidor (c)	**(1.312)**	(1.235)
	(2.496)	(2.010)
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	**14.198**	8.296
Receita de remuneração de ativos de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	**112.615**	92.991
PIS/COFINS corrente	**(7.990)**	(4.771)
PIS/COFINS diferidos	**(6.640)**	(8.602)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	**97.985**	79.618
Receita operacional líquida	**112.183**	87.914

(a) A redução da receita de construção e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra; (b) O aumento da receita de operação e manutenção é reflexo dos custos com aquisição e montagem de reator nas subestações Barreiras II e Rio das Éguas, conforme nota explicativa 17 – Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas; (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e (d) Remuneração financeira é proveniente da atualização dos ativos de contrato.

16.1. Margens das obrigações de *performance*

	2023	2022
Implementação e melhoria de infraestrutura		
Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos	–	2.418
Ganho/perda de margem pela realização (liquidade PIS e COFINS diferidos)	–	27.195
Custo	–	(92)
Margem (R$)	–	29.521
Margem percebida (%) (*)	%	99,69%
Margem orçada no início do contrato	**18,52%**	18,52%
Operação e manutenção		
Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos (**)	**16.694**	6.935
Custo	**(8.105)**	(6.271)
Margem (R$)	**8.589**	664
Margem percebida (%) (***)	**51.45%**	9,57%
Margem orçada no início do contrato	**18,52%**	18,52%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria da infraestrutura considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção e compreende apenas o ano de 2022 e (**) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento de 2023, com variação de 58% da receita maior que 2022, decorrente do aumento dos custos de operação e reversão na linha de perda e ganho. (***) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na operação) identificados ao longo da fase de operação. **17. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas**

2023	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	**(2.019)**	**(1)**	**(2.020)**	**(746)**
Material	–	**(216)**	–	**(216)**	–
Serviços de terceiros	–	**(5.495)**	**(360)**	**(5.855)**	**(661)**
Arrendamento e aluguéis	–	–	–	–	**(4)**
Amortização do ativo intangível	–	–	**(14)**	**(14)**	–
Outros	–	–	–	–	**(63)**
Total	–	**(7.730)**	**(375)**	**(8.105)**	**(1.474)**

2022	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	(1.826)	(7)	(1.833)	(378)
Material	(65)	(312)	–	(377)	–
Serviços de terceiros	(12)	(3.854)	(142)	(4.008)	(566)
Arrendamento e aluguéis	–	–	(1)	(1)	(3)
Amortização do ativo intangível	–	–	(12)	(12)	–
Variações das margens dos ativos de contrato	–	–	27.195	27.195	–
Outros	(15)	(3)	(114)	(132)	(49)
Total	(92)	(5.995)	26.919	20.832	(996)

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira (a)	**7.867**	3.060
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(367)**	(143)
Outras receitas financeiras	**3**	8
Total de receitas financeiras	**7.503**	2.925
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (b)	**(25.165)**	(31.544)
Variação monetária da dívida	**(2.597)**	(3.008)
Despesas Financeiras com P & D	**(159)**	(85)
Outras despesas financeiras	**(6.989)**	(4.713)
Total de despesas financeiras	**(34.910)**	(39.350)
Resultado financeiro	**(27.407)**	(36.425)

(a) O aumento nas rendas sobre aplicação financeira, deu-se principalmente em função da alta do CDI, que acumulou em 2022, a taxa de 12,39%, e acumulou em 2023, a taxa de 13,04%; e (b) A redução nos encargos da dívida ocorreu em função da variação do IPCA, que acumulou em 2022, a taxa de 5,79% e acumulou em 2023, a taxa de 4,62%. **19. Instrumentos financeiros: 19.1. Considerações gerais.** A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo dívida líquida sobre EBITDA. A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **19.2. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.** Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	**177**	**177**	163	163
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**46.897**	**46.897**	45.361	45.361
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	**13.126**	**13.126**	9.509	5.857
Total do ativo			**60.200**	**60.200**	55.033	51.381

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Fornecedores	–	Custo amortizado	**4.922**	**4.922**	5.784	5.784
Empréstimos e financiamentos	–	Custo amortizado	**337.795**	**339.657**	353.386	355.375
Debêntures	–	Custo amortizado	**57.355**	**67.571**	56.058	50.851
Total do passivo			**400.072**	**412.150**	415.228	412.010

Caixa e equivalente de caixa – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo. **Aplicações financeiras –** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI. **Contas a receber –** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável. **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado. **Empréstimos e financiamentos** – tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). **Debêntures** – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. **19.3. Gerenciamento dos riscos financeiros.** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **(a) Risco de crédito.** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. **(i) Caixa e equivalentes de caixa.** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 177 (R$ 163 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber.** O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão RAP é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidores, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência. **(b) Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 9 – Empréstimos e financiamentos e nº 10 – Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(i) Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2023						
	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	337.795	488.916	5.960	28.876	34.030	101.374	318.676
Títulos de dívida emitidos com garantia	57.355	85.490	3.407	4.074	9.258	26.338	42.413
Fornecedores	4.922	4.922	4.922	–	–	–	–
Total	400.072	579.328	14.289	32.950	43.288	127.712	361.089

(*) os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação. Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.4 - *Covenants*, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia. **(c) Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III+50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	47.048	51.772	52.953	54.133	50.591	49.410
Impacto no resultado				**1.181**	**2.362**	**(1.181)**	**(2.362)**
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(398.785)	(423.988)	(430.289)	(436.590)	(417.687)	(411.387)
Total de passivos financeiros		**(398.785)**	**(423.988)**	**(430.289)**	**(436.590)**	**(417.687)**	**(411.387)**
	IPCA			**(6.301)**	**(12.602)**	**6.301**	**12.602**
Impacto no resultado				**(6.301)**	**(12.602)**	**6.301**	**12.602**
Efeito líquido no resultado				**(5.120)**	**(10.240)**	**5.120**	**10.240**

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2023	+25%	+50%	–25%	–50%
CDI (% 12 meses)	10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)	6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3. **(d) Risco de vencimento antecipado.** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 9 – Empréstimos e financiamentos e 10 – Debêntures. **(e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento.** Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. **(f) Riscos regulatórios e operacionais.** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou da indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 905/2020 que aprovou a alteração do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou do desligamento e duração da entrada em operação dos Serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima. **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura:** caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia. **(g) Riscos ambientais.** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscientização ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **(h) Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures. **20. Demonstração dos fluxos de caixa: 20.1. Transações que não afetam caixa.** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	**481**
Dividendos intermediários distribuídos	**31.328**
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	**5.230**
Realização da reserva de lucros a realizar	**1.107**
Total	**38.146**

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	353.386	**(14.909)**	**(24.067)**	**23.385**	**337.795**
Debêntures	56.058	**(1.494)**	**(2.759)**	**5.550**	**57.355**
Dividendos a pagar	6.381	**(42.939)**	**–**	**38.146**	**1.588**
Total	415.825	**(59.342)**	**(26.826)**	**67.081**	**396.738**

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas. **21. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 21.187, decorrentes do resultado do exercício.

DIRETORIA EXECUTIVA

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador - CRC PE 012996-O-3 S-DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da **Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.** Brasília – Distrito Federal. **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Mensuração de ativos contratuais de transmissão. Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R$ 769.968 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Controles gerais de tecnologia de informação. A Companhia, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** *Demonstração do valor adicionado.* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

EY
Building a better working world

LAVA JATO

Juiz libera imóveis e carros de Palocci

A Justiça Federal levantou o bloqueio aos imóveis e veículos do ex-ministro Antonio Palocci (governos Lula e Dilma) e de sua empresa, a Projeto Consultoria, que haviam sido confiscados na Operação Lava Jato.

A decisão é do juiz Danilo Pereira Júnior, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, e foi assinada no dia 21 de março. Ele justificou que não há mais "qualquer potencial obstáculo" para o ex-ministro acessar o patrimônio.

Pelo menos seis imóveis e cinco veículos de Palocci estavam bloqueados no emaranhado de ações da Lava Jato. Parte dos processos envolvendo o ex-ministro foi remetida à Justiça Eleitoral do Distrito Federal, que já havia liberado os bens de Palocci.

As contas bancárias do ex-ministro já haviam sido liberadas no ano passado. Os valores bloqueados ultrapassaram a marca dos R$ 60 milhões no auge da investigação.

Preso na Operação Omertá, 35ª etapa da Lava Jato, em setembro de 2016, Palocci fez uma das delações mais rumorosas da investigação. Ele denunciou o presidente Lula por sua relação com a Odebrecht e detalhou a suposta venda de medidas provisórias a grandes empresários em troca de caixa dois.

doALTOdaTORRE

Eduardo Brito
edubrito.252525@gmail.com

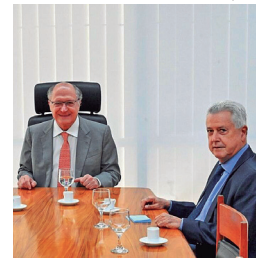
RECURSO CONTRA A INELEGIBILIDADE

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Ex-candidato ao Buriti, o hoje presidente do IPHAN Leandro Grass entrou, com apoio de seu partido, o PV, e de outros integrantes da coligação, com recurso no Tribunal Regional Eleitoral contra a sentença, do próprio TRE, que declarou sua inelegibilidade. Só para lembrar, Grass foi acusado de "se valer do horário gratuito de rádio e TV e internet para promoção de propaganda negativa contra o candidato Ibaneis, incluindo disseminação de notícias falsas, grave desinformação, calúnias e difamações", sendo, até a propositura da ação, "20 decisões do TRE/DF reconhecendo a ilegalidade das propagandas". A defesa de Grass alega que, delas, quatro eram oriundas de erros formais de menor gravidade e impacto. "As demais, que foram consideradas como ofensivas à honra do governador, "tratam, com variações, de dois temas: a adjetivação do candidato à reeleição como mentiroso por não cumprir promessas de campanha feitas nas eleições de 2018; e classificação do governo, e não da figura do governador, como corrupto". Diante disso, Grass pede que a ação "seja declarada improcedente, afastando-se por completo a aplicação da gravíssima sanção de restrição à capacidade eleitoral passiva pelo prazo de oito anos". O pedido se estende à vice Olgamir Amâncio, que segundo a ação, nada teria a ver com tudo isso.

Maduro não, verde sim

AGÊNCIA BRASIL/EBC

Hoje secretário de Economia Verde do Ministério do Desenvolvimento, o ex-governador Rodrigo Rollemberg (*foto*) fez uma brincadeira com o chefe, o também vice-presidente Geraldo Alckmin. Disse que, "aos 71 anos, o vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin descobriu que melhor do que ser maduro é ser verde". Tudo porque Alckmin avisou que sua próxima parada será a neoindustrialização (indústria verde, inovadora, exportadora, competitiva e geradora de empregos). Pelas contas do vice, em 2023, a produção de veículos no Brasil foi de 2,3 milhões de unidades, 9,1% de crescimento em relação a 2022 e em março, o emplacamento de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus aumentou 13,6% em relação a fevereiro, acumulando uma alta de 9,1% no trimestre, em relação a 2023. "Com o Mover, os incentivos para renovação de máquinas e o programa Combustível do Futuro, o presidente Lula está tornando nossa mobilidade mais verde e inovadora, criando empregos de qualidade ao longo da cadeia produtiva de veículos", avaliou Alckmin, o que entusiasmou Rollemberg.

Má repercussão na Câmara

Mas Rollemberg acabou, do nada, se tornando alvo de ataques violentos na Câmara Legislativa. A briga nem era com ele. Tudo começou com ataques da oposição ao governador Ibaneis Rocha. Os governistas, claro, reagiram. Disseram que a culpa de todos os problemas enfrentados por Ibaneis, no início de seu mandato, vinham do governo Agnelo Queiroz. Os petistas defenderam Agnelo, dizendo que ele construiu creches e unidade de saúde, mas os partidários de Ibaneis contra-atacaram invocando declarações de Rollemberg, sucessor de Agnelo, confirmando que encontrara os cofres vazios e uma dívida tão grande que o obrigou a parcelar o salário do funcionalismo. Foi a conta. Rollemberg não conta com uma bancada leal na Câmara. Uniram-se os distritais Chico Vigilante, do PT, Robério Negreiros, líder do governo, Iolando Almeida, do MDB, Rogério Morro da Cruz, do PRD e até o presidente Wellington Luiz partiram para críticas a Rollemberg. Houve até quem dissesse que seu governo foi o pior da história de Brasília.

Ibaneis destaca liderança de Temer

CARLOS GANDRA/CLDF

O governador Ibaneis Rocha disse ontem que o ex-presidente Michel Temer sempre exerceu sua liderança com integridade e simplicidade. Revelou ainda que, "nos momentos difíceis o governo sempre buscou e busca Temer como conselheiro pessoal". Ibaneis referia-se à sessão solene da Câmara Legislativa desta quarta-feira que entregou títulos de Cidadão Honorário do Distrito Federal a três homenageados importantes para Brasília. Não só a Temer, mas também ao secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, "com quem tenho o prazer de trabalhar todos os dias e o amigo Engels Muniz", do Conselho Nacional do Ministério Público. Chamou Gustavo Rocha, inclusive, de "meu braço direito". Durante a cerimônia, Ibaneis conversou também com dois ministros do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

Combatendo o crime de stalking

Andou fazendo contas a senadora brasiliense Leila Barros e constatou que o Brasil registrou 79,7 mil casos de perseguição envolvendo mulheres em 2023. Segundo ela, os números evidenciam que tem funcionado a lei que há três anos vigora para proteger vítimas que, até então, estavam desamparadas. Da tribuna, Leila Barros, autora do projeto que tipifica o crime de perseguição no Brasil e se tornou lei, avaliou que a norma se tornou uma ferramenta essencial para combater o feminicídio no país. A lei prevê pena de seis meses a dois anos de prisão, além de multa, para quem perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade. "Denunciar o assédio pode evitar que um caso de perseguição evolua para a violência ou até mesmo para tragédias de proporções maiores, portanto, conhecer a lei, e utilizá-la quando necessário, pode representar a diferença entre a vida e a morte de uma vítima". É preciso que se difunda a definição do crime de stalking, disse Leila, referindo ao termo em inglês que define a conduta de quem é insistente em fazer propostas, contra a vontade da vítima, inclusive em redes sociais, podendo abordá-la em locais não autorizados, como a residência, o trabalho, espaços de lazer e outros. Um perseguidor pode inclusive invadir a casa da pessoa perseguida e aprisioná-la ou ameçá-la, caso não ceda a suas demandas. Muitas vezes, as vítimas de perseguição são figuras públicas, mais comumente do sexo feminino.

Apesar de tudo

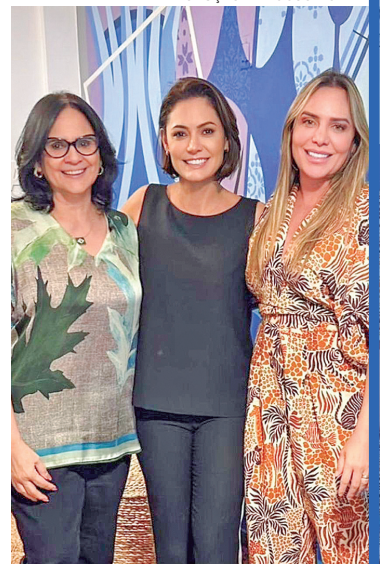
Presidente da Comissão de Segurança da Câmara Legislativa, o deputado brasiliense Alberto Fraga não deixou passar em branco: comentou nesta quinta-feira, que após 50 dias, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal recapturaram em Marabá, no Pará – bem longe portanto do presídio onde estavam – os foragidos da penitenciária federal de Mossoró. São dirigentes de uma facção criminosa, considerados de alta periculosidade. Fraga, evidentemente, não perdeu a oportunidade de alfinetar o governo Lula. Comentou que, "mais uma vez a polícia cumprindo o seu papel, mesmo com a falta de investimento e com o descaso que a segurança Pública vive na atual gestão do nosso país".

Pressa para a emenda que proíbe descriminalizar drogas

O senador brasiliense Izalci Lucas pediu pressa na votação da emenda constitucional que proíbe qualquer circulação de drogas. "Não importa, se estiver na posse ou no porte de drogas, deve ser crime, seja em qualquer quantidade. E nada de descriminalizar". Para ele, "a lotação dos presídios não pode ser desculpa para flexibilizar o consumo de qualquer droga no Brasil, pois nós sabemos o mal que essas substâncias causam nas famílias brasileiras". Lotação de presídios é outra coisa e exige outra solução. E, completa o senador, basta não estar com drogas e não será acusado, nem preso.

PL fala em vice

Sem qualquer aval do senador Izalci, tem gente no PL falando em formar uma coalizão com a base do atual governo indicando-o para vice da mais que provável candidata a governadora Celina Leão. Isso teria um atrativo. Como provavelmente ela terá um mandato tampão, caso o governador Ibaneis renuncie para disputar o Senado, Celina precisaria repetir esse gesto ao final de seu mandato para continuar a carreira política. Assim, seu vice seria governador, para completar o mandato e depois se candidatar ao cargo. Izalci evidentemente não é candidato a vice, mas a governador e sempre repete que esse, e só esse, é seu objetivo. Além disso, a composição traria um problema adicional, pois o PL tem outras candidatas potenciais ao Buriti e ao Senado.

REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS

Muy amigas

Amigas desde a campanha, mas potenciais rivais na próxima eleição, a senadora Damares Alves, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e a vice Celina Leão passaram a tarde juntas. A conversa foi tão amena que não incluiu papos sobre composição de chapas para 2026.

Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.460/0001-04

www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 03"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente:** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R$ 1,184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário:** A Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: consistente na Linha de Transmissão Buritirama - Queimada Nova II, em 500 kV, com extensão aproximada de 380 quilômetros. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 9 municípios dos Estados da Bahia e Piauí: Buritirama, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Dirceu Arcoverde, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é de R$ 143,12 milhões, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. A sua entrada em operação representa uma antecipação de aproximadamente 08 meses, em relação ao prazo regulatório (fevereiro de 2022). A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Relatório de Ações Sociais:** Foi assinado em março de 2022, o Acordo de Cooperação entre a Equatorial Transmissora 3 SPE e a Prefeitura Municipal de Dom Inocêncio – PI, para a construção de uma quadra poliesportiva no bairro Aeroporto, solicitado pela prefeita Maria das Virgens, quando da nossa presença no município com um dos canteiros de obras para a implantação da LT 500kV Buritama – Queimada Nova. O projeto da quadra poliesportiva (futebol, vôlei e basquete) contou com alambrado, arquibancada para aproximadamente 250 pessoas, iluminação e banheiros (feminino, masculino e PCD). As obras da quadra poliesportiva (futebol, vôlei e basquete) foram iniciadas em novembro de 2022, e entrega em abril de 2023. O custo de investimento social foi de 520 mil. **4. Andamento do Projeto:** A SPE 03 está com todos os seus ativos em Operação desde 2021, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 26 de maio de 2021, completando 100% de ativos em Operação Comercial. **5. Investimentos:** Os investimentos em 2023 totalizaram R$ 1,50 milhão. Os desembolsos foram concentrados na finalização das obras, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **6. Desempenho Econômico-Financeiro: Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R$ 168,28 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas foi de R$ 5,80 milhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R$ 162,47 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 37,93 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R$ 23,51 milhões. **Benefícios Fiscais.** Em 19 de outubro de 2021, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 146/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2022 a 2031. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. apurou Lucro Líquido (LL) de R$ 101,00 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 519,64 milhões. As dívidas da SPE 03 têm um perfil confortável de vencimentos, com apenas 6,72% em curto prazo.

Relacionamento com auditores externos: A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira e Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Ailton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor. Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**205**	186
Aplicações financeiras	6	**62.943**	49.430
Contas a receber de clientes		**19.565**	14.263
Serviços pedidos		**762**	359
Impostos e contribuições a recuperar		**176**	193
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**6.475**	7.939
Adiantamento a fornecedores		**2.793**	3.183
Outras contas a receber		**513**	1.329
Ativos de contrato	8	**178.467**	146.745
Total do ativo circulante		**271.899**	223.627
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	**14.031**	12.732
Intangível		**595**	621
Ativos de contrato	8	**1.129.964**	1.122.351
Total do ativo não circulante		**1.144.590**	1.135.704
Total do ativo		**1.416.489**	1.359.331

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		**6.331**	6.800
Empréstimos e financiamentos	9	**20.867**	38.085
Debêntures	10	**14.058**	8.039
Dividendos a pagar	13	**7.115**	4.647
Impostos e contribuições a recolher		**1.387**	1.355
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	11	**4.695**	3.623
PIS e COFINS diferidos	12	**6.127**	5.386
Encargos setoriais		**1.348**	784
Outras contas a pagar		**4.254**	2.198
Total do passivo circulante		**66.182**	70.917
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	**387.565**	407.494
Debêntures	10	**97.147**	103.872
PIS e COFINS diferidos	12	**135.823**	124.776
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	**186.291**	167.486
Total do passivo não circulante		**806.826**	803.628
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	**118.770**	118.770
Reserva de lucros	14.2	**424.711**	366.016
Total do patrimônio líquido		**543.481**	484.786
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.416.489**	**1.359.331**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	15	**2.974**	19.104
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	15	**165.302**	171.942
Receita operacional líquida		**168.276**	191.046
Custo dos serviços prestados	16	**(4.349)**	(44.499)
Lucro bruto		**163.927**	146.547
Despesas gerais e administrativas	16	**(1.436)**	(1.294)
Outras despesas operacionais, líquidas		**(50)**	(57)
Total de receitas (despesas) operacionais		**(1.486)**	(1.351)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**162.441**	145.196
Receitas financeiras	17	**9.325**	7.698
Despesas financeiras	17	**(47.257)**	(58.318)
Resultado financeiro		**(37.932)**	(50.620)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**124.509**	94.576
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	**(4.706)**	(3.709)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	**(18.805)**	(13.658)
Impostos sobre o lucro		**(23.511)**	(17.367)
Lucro líquido do exercício		**100.998**	77.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**100.998**	77.209
Total de resultados abrangentes	**100.998**	77.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**100.998**	77.209
Ajuste para:		
Amortização	**26**	21
Margem da receita de construção	**–**	28.107
Remuneração de ativo contratual	**(190.135)**	(197.609)
Receita de operação e manutenção	**(5.263)**	(8.503)
Encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas	**40.431**	54.493
Rendimentos de aplicações financeiras	**(9.779)**	(8.067)
PIS e COFINS diferidos	**11.788**	10.605
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	**4.706**	3.709
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	**18.805**	13.658
	(28.423)	(26.377)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	**150.761**	146.583
Impostos e contribuições a recuperar	**17**	(29)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**(2.152)**	(1.988)
Ativos de contrato	**–**	(120)
Adiantamento a fornecedores	**390**	468
Outros ativos circulantes	**413**	(570)
Fornecedores	**(469)**	(608)
Impostos e contribuições a recolher	**32**	96
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	**(18)**	(93)
Encargos setoriais	**564**	408
Outras contas a pagar	**2.056**	282
	151.594	144.429
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	**(38.294)**	(65.326)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	(3.704)
	(38.294)	(69.030)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**84.877**	49.022
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Resgate sobre aplicações financeiras	**(5.033)**	4.065
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**(5.033)**	4.065
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(33.826)**	(47.707)
Dividendos pagos	**(39.835)**	(5.387)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(79.825)**	(53.094)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**19**	(7)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**186**	193
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**205**	186
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**19**	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	**-**	14.672
Receita de remuneração de ativo de contrato	**190.135**	197.609
Receita de operação e manutenção	**5.263**	8.503
	195.398	220.784
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	**-**	(120)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(3.096)**	(3.929)
Ativos de contrato - perda de realização	**-**	(42.659)
	(3.096)	(46.708)
Valor adicionado bruto	**192.302**	174.076
Amortização	**(26)**	(21)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**192.276**	174.055
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**9.781**	8.073
	9.781	8.073
Valor adicionado total a distribuir	**202.057**	182.128
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	**2.597**	3.016
Benefícios	**33**	-
FGTS	**12**	-
	2.642	3.016
Tributos		
Federais	**51.131**	43.534
	51.131	43.534
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**39.016**	53.104
Aluguéis	**29**	51
Outros	**8.241**	5.214
	47.286	58.369
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	**67.564**	2.607
Lucro líquido do período	**33.434**	74.602
	100.998	77.209
Valor adicionado	**202.057**	182.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**118.770**	**14.699**	**256.074**	**–**	**22.681**	**5.382**	**–**	**417.606**
Dividendos adicionais distribuídos - 2021		–	–	–	–	–	(5.382)	–	(5.382)
Lucro liquido do exercício		–	–	–	–	–	–	**77.209**	**77.209**
Destinação do lucro									–
Reserva legal		–	3.126	–	–	–	–	(3.126)	–
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	14.693	–	–	(14.693)	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	(4.053)	–	–	–	–	(4.053)
Constituição de reserva para investimento e expansão		–		–	–	56.783		(56.783)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(594)	(594)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	2.013	(2.013)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**118.770**	**17.825**	**252.021**	**14.693**	**79.464**	**2.013**	**–**	**484.786**
Dividendos adicionais distribuídos - 2022	14.2.e)	–	–	–	–	–	**(2.013)**	–	**(2.013)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	**100.998**	**100.998**
Destinação do lucro									
Reserva legal	14.2.b)	–	**4.120**	–	–	–	–	**(4.120)**	–
Reserva de incentivos fiscais	14.2.a)	–	–	–	**18.589**	–	–	**(18.589)**	–
Realização da reserva de lucros a realizar	14.2.c)	–	–	**(6.332)**	–	–	–	–	**(6.332)**
Constituição de reserva para investimento e expansão	14.2.d)	–	–	–	–	**10.725**	–	**(10.725)**	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	**(783)**	**(783)**
Dividendos intermediários distribuídos		–	–	–	–	**(5.500)**	–	**(27.675)**	**(33.175)**
Dividendos adicionais propostos	14.2.e)	–	–	–	–		**39.106**	**(39.106)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**118.770**	**21.945**	**245.689**	**33.282**	**84.689**	**39.106**	**–**	**543.481**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. companhia do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão Buritirama - Queimada Nova II, em 500(*) kV, segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 380(*) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Queimada Nova II. (*) Não auditado. **1.1. Contrato de concessão.** O Contrato de Concessão nº 10/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1605/2021, com validade até 11 de dezembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Nota explicativa	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 15	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 18	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2. Mensuração do valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18 – Instrumentos Financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. **3.1. Reconhecimento da receita.** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura.** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M).** A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(c) Remuneração dos ativos da concessão.** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2. Ativos de contrato.** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de

EQUATORIAL TRANSMISSORA 3 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.460/0001-04

contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantém inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4. Subvenções e assistências governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1. Benefícios fiscais. SUDENE.** Em 19 de outubro de 2021 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 146/2021, que outorga a à Equatorial Transmissora 3 SPE S.A, a redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão, com prazo de vigência de 2022 a 2031. **3.5. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quando do valor esperado a receber ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e é reduzido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.6. PIS e COFINS diferidos.** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação. **3.7. Instrumentos financeiros. 3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2. Classificação e mensuração subsequente. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.
(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3. Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4. Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Capital social. 3.8.1. Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.9. Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10. Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.10.1. Novas normas, alterações e interpretações.** O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 47, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) –Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto relevante nas políticas contábeis da Companhia

3.10.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Medida Provisória n° 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4. Assuntos regulatórios. A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Companhia é de R$ 143.125 homologado pela REH 3.216/2023. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,39% a RAP. A Companhia tem prazo de duração 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	**17**	12
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	**188**	174
Total	**205**	186

(a). O caixa e equivalentes de caixa se referem a Fundos de Investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 97,00% a.a. do CDI (97,00% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).
6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Circulante		
Fundo de investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	**62.943**	49.430
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	**14.031**	12.732
Total	**76.974**	62.162

(a) Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos exclusivos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL); e (b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,46% a.a. do CDI (100,19% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **7. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2023		2022	
Empresas	Nota	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**147**	–	135	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**268**	–	231	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**110**	–	106	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**95**	–	89	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE–D)	(a)	**307**	–	238	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	**16**	–	15	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**279**	–	233	–
Total		**1.222**	–	1.047	–
Outras contas a receber					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**2**	**5**	–	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**78**	**7**	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**1**	**2**	–	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**2**	**4**	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE–D)	(b)	**1**	**3**	–	–
Total		**84**	**21**	–	–
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(133)**	**(444)**	(116)	(407)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(16)**	**(175)**	(35)	(140)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(15)**	**(83)**	(32)	(61)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(14)**	**(55)**	(13)	(51)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE–D)	(b)	**(13)**	**(62)**	(1)	(1)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	**(5)**	**(13)**	(2)	(2)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	–	**(1)**	(10)	(10)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	**(1.634)**	**(380)**	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	–	**(1)**	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	–	**(1)**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	**(1)**	**(2)**	–	(1)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(c)	**(1.503)**	**(5.367)**	(1.123)	(2.352)
Total		**(3.334)**	**(6.584)**	(1.332)	(3.025)
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(d)	**(4)**	**(14)**	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(e)	**(400)**	**(400)**	(359)	(359)
Total		**(404)**	**(414)**	(361)	(371)
Mútuo					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	–	–	–	(4.680)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(f)	–	**(1.311)**	(17.485)	(2.025)
Total		–	**(1.311)**	(17.485)	(6.705)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	**(7.115)**	–	(4.467)	–
Total		**(7.115)**	–	(4.467)	–

(a) Valores se referem a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (c) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Transmissão S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (d) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (e) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (f) Em 14 de julho de 2021 empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Energia na qualidade de "Mutuante", celebrou Instrumento Particular de Mútuo Pecuniário com Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. "Mutuária" conforme previamente anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.085 de 31 de dezembro de 2018 no montante de R$ 15.000 (Quinze Milhões de Reais), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 15 de julho de 2021 a uma taxa correspondente de 105,5% CDI a.a. *pro rata die*. Esse contrato se justifica para evitar escassez de recursos por atrasos nas liberações do financiamento de longo prazo contratado; e (g) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa n° 13 Dividendos a pagar. **7.1. Remuneração de pessoal-chave da administração.** O pessoal-chave da Administração conta com cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela sua controladora Equatorial Transmissão S.A. e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R$ 179 (R$ 268 em 31 de dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. **7.2. Garantias e fianças.** A Equatorial Energia S.A., controladora indireta (1) e a Equatorial Transmissão S.A. (2), controladora direta da Companhia (2), prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus [*] nos contratos de financiamentos e debêntures abaixo listados:

Instituição	Valor Contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2023 (b)
Banco do Nordeste (BNB) (2)	**425.474**	**100**	**19/06/2018**	**15/07/2038**	**425.274**	**408.432**
1ª Emissão de Debêntures – 1ª Série (2)	**45.000**	**100**	**04/02/2019**	**15/01/2033**	**45.000**	**57.671**
1ª Emissão de Debêntures – 2ª Série (2)	**45.000**	**100**	**04/02/2019**	**15/01/2034**	**45.000**	**53.534**
Total	**515.474**				**515.274**	**519.637**
Fianças (a)						
Fiança ABC (2)	**28.554**	**100**	**22/08/2022**	**22/08/2024**	**N/A**	**N/A**
Fiança Bradesco (2)	**303.027**	**100**	**18/05/2022**	**13/10/2025**	**N/A**	**N/A**
Total	**331.581**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

(a) As fianças bancárias garantem o saldo do BNB; e (b) Os valores atualizados das debêntures e empréstimos estão líquidos do custo de captação. [*] Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.
8. Ativos de contrato: Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	1.269.096	**5.263**	**190.135**	**(156.063)**	**1.308.431**
Total	1.269.096	**5.263**	**190.135**	**(156.063)**	**1.308.431**
Circulante	146.745				**178.467**
Não Circulante	1.122.351				**1.129.964**

	2021	Adições	Remuneração	Amortização	Perda de realização	2022
Ativos de contrato em serviço	1.236.798	23.174	197.609	(145.826)	(42.659)	1.269.096
Total	1.236.798	23.174	197.609	(145.826)	(42.659)	1.269.096
Circulante	140.100					146.745
Não Circulante	1.096.698					1.122.351

(a) O saldo decorre da contrapartida de Receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 15 – Receita operacional líquida; (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); e (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento.

EQUATORIAL TRANSMISSORA 3 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.460/0001-04

9. Empréstimos e financiamentos: 9.1. Composição dos saldos

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2023 Principal e encargos circulante	não circulante	Total
Banco do Nordeste	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	21.009	389.500	410.509
(–) Custo de captação			(142)	(1.935)	(2.077)
Total			20.867	387.565	408.432

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2022 Principal e encargos circulante	não circulante	Total
Banco do Nordeste	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	20.742	409.571	430.313
Mútuo – EQTL Energia	105,5% do CDI	N/A	17.485	–	17.485
Subtotal			38.227	409.572	447.798
(–) Custo de captação			(142)	(2.077)	(2.219)
Total			38.085	407.494	445.579

9.1.1. Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.085	407.494	445.579
Encargos	29.453	–	29.453
Transferências	19.929	(19.929)	–
Amortização de principal	(33.826)	–	(33.826)
Pagamento de juros	(32.916)	–	(32.916)
Custo de captação (a)	142	–	142
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.867	387.565	408.432

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.385	442.226	510.611
Encargos	48.761	(6.073)	42.688
Transferências	28.659	(28.659)	–
Amortização de principal	(47.707)	–	(47.707)
Pagamento de juros	(60.155)	–	(60.155)
Custo de captação (a)	142	–	142
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.085	407.494	445.579

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

9.2. Cronograma de amortização da dívida. Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	20.867	5%
2025	20.817	5%
2026	21.839	5%
2027	22.912	6%
2028	24.039	6%
Até 2038	299.893	73%
Subtotal	389.500	95%
Custo de captação (Não circulante)	(1.935)	0%
Não circulante	387.565	95%
Total	408.432	100%

10. Debêntures: 10.1. Movimentação de debêntures

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.039	103.872	111.911
Encargos	5.315	–	5.315
Transferências	8.763	(8.763)	–
Pagamento de juros	(5.378)	–	(5.378)
Variação monetária	3.116	2.038	5.154
Amortização de principal	(6.164)	–	(6.164)
Custo de captação (a)	367	–	367
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.058	97.147	111.205

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.963	103.456	105.419
Encargos	5.279	–	5.279
Transferências	4.363	(4.363)	–
Pagamento de juros	(5.170)	–	(5.170)
Variação monetária	1.237	4.779	6.016
Custo de captação (a)	367	–	367
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.039	103.872	111.911

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

10.2. Características das debêntures.

Emissão	Característica das debêntures	Série	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2023 Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1) (3) (4) (5) (6)	1ª	45.000	IPCA + 4,80% a.a.	fev/19	jan/33	6.890	50.781	57.671
1ª (a)	(1) (3) (4) (5) (6)	2ª	45.000	IPCA + 4,65% a.a.	fev/19	jan/34	7.168	46.366	53.534
							14.058	97.147	111.205

(1) Emissão pública de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie Quirografária
(5) Debêntures Incentivadas
(6) Garantia Fidejussória

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura. **10.3. Cronograma de vencimento.** Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados a seguir:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	14.058	13%
2025	10.790	10%
2026	10.377	9%
2027	10.233	9%
2028	10.023	9%
Até 2034	59.059	53%
Subtotal	100.482	90%
Custo de captação (Não circulante)	(3.335)	-3%
Não circulante	97.147	87%
Total	111.205	100%

10.4. *Covenants*. As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme segue: i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação às demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,00 (cinco inteiros) com relação às demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

***Covenants* debêntures**	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	3,1
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	4,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. **11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: 11.1. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social.**

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	124.509	124.509	94.576	94.576
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	31.127	11.206	23.644	8.512
Adições:				
Custo de construção - CPC 47	–	–	10.695	3.850
Remuneração e RAP – Ativo de contrato (a)	32.233	11.604	29.579	10.648
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	10	4	–	–
Outras provisões permanentes	67	24	–	–
Total de adições [B]	32.310	11.632	40.274	14.498
Exclusões:				
Exclusão dos ativos de contrato conforme CPC 47	(44.587)	(16.051)	(49.148)	(17.693)
Outras provisões permanentes (Exclusões)	(62)	–	–	–
Outras exclusões permanentes	(200)	(63)	(77)	(19)
Total de exclusões [C]	(44.849)	(16.114)	(49.225)	(17.712)
Compensações:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	–	(2.018)	–	(1.589)
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental (E) (b)	(18.588)	–	(14.693)	–
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	–	(4.706)	–	(3.709)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(12.344)	(6.461)	(8.874)	(4.784)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(12.344)	(11.167)	(8.874)	(8.493)
Alíquota efetiva	10%	9%	9%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN. 1.700/2017, que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e (b) Conforme nota explicativa nº 3.4 - Subvenções e assistências governamentais.

11.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 2022	Resultado do exercício	Valor líquido em 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	15.423	–	15.423	15.423	–
Base negativa de CSLL	3.963	(2.018)	1.945	1.945	–
Custo/ Receita – CPC 47	(186.872)	(16.801)	(203.673)	–	(203.673)
Provisão para participação nos lucros	–	14	14	14	–
Total	(167.486)	(18.805)	(186.291)	17.382	(203.673)

Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7
IRPJ e CSLL do exercício	3.709
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(93)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.623
IRPJ e CSLL do exercício	4.706
Reclassificação de IRPJ e CSLL	(3.616)
Tributos retidos	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.695

11.3. Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2026, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2024	2025	2026	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	5.664	6.664	5.054	17.382

No exercício de 2023 a Companhia realizou créditos no montante de R$ 2.018 e, em 31 de dezembro de 2023, apresenta créditos a realizar de R$ 17.368. **12. PIS e COFINS diferidos**

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	–	14.672
Receita de remuneração de ativos de contrato	190.135	197.609
Ativos de contrato - perda de realização	–	(42.659)
	190.135	169.622
PIS / COFINS sobre as receitas no exercício (9,25%) (i)	17.587	15.690
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	(5.799)	(5.085)
Saldo no início do exercício (iii)	130.162	119.557
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	141.950	130.162
Circulante	6.127	5.386
Não circulante	135.823	124.776

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da receita (RAP) mensal. **13. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	100.998	77.209
(-) Reserva de incentivo fiscal	(18.589)	(14.693)
(-) Reserva legal	(4.120)	(3.126)
Lucro líquido ajustado	78.289	59.390
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	783	594
Dividendos adicionais:		
Dividendos adicionais propostos	39.106	2.013
Dividendos intermediários distribuídos – Lucro acumulado	27.675	–
Dividendos intermediários distribuídos – Reserva para investimento e expansão	5.500	–
Realização da Reserva de lucros a realizar	6.332	4.053
Total dividendos	79.396	6.660

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	5
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	5.382
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	594
Dividendos da reserva de lucro a realizar	4.053
Pagamento de dividendos no exercício	(5.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.647
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	2.013
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	783
Dividendos da reserva de lucro a realizar	6.332
Dividendos intermediários	33.175
Pagamento de dividendos no exercício	(39.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.115

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). **14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social.** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia totalmente integralizado e subscrito era de R$ 118.770. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital estava representado por 118.769.501 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 118.770, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação da Administração. **14.2. Reserva de lucros**

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	33.282	14.693
Reserva legal	(b)	21.945	17.825
Reserva de lucros a realizar	(c)	245.689	252.021
Reserva para investimento e expansão	(d)	84.689	79.464
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	39.106	2.013
Total		424.711	366.016

a. Reserva de incentivos fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era de R$ 33.282 (R$ 14.693 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de R$ 18.589 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2023 (R$ 14.693 no exercício de 2022). **b. Reserva legal.** É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	100.998	77.209
(-) Reserva de incentivo fiscal	(18.589)	(14.693)
Lucro ajustado	82.409	62.516
(-) Reserva legal (5%)	4.120	3.126

c. Reserva de lucros a realizar. Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos a medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar era de R$ 245.689 (R$ 252.021 em 31 de dezembro de 2022). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP. **Movimentação da reserva de lucros a realizar**

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	252.021	256.074
Realização	(6.332)	(4.053)
Saldo final em 31 de dezembro	245.689	252.021

d. Reserva para investimento e expansão. Reserva estatuária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros era de R$ 84.689 (R$ 79.464 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação refere-se à destinação de R$ 5.500 para pagamento de dividendos intermediários e à constituição de R$ 10.725 provenientes do lucro do exercício. **e. Reserva de dividendos adicionais propostos.** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado em nota explicativa nº 20 – Eventos subsequentes, foi aprovada a distribuição na integralidade da reserva no montante de R$ 39.106 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 2.013 em 31 de dezembro de 2022). **15. Receita operacional líquida**

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	–	14.672
Receita de operação e manutenção (a)	5.263	8.503
	5.263	23.175
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(361)	(866)
PIS/COFINS diferidos	–	(1.357)
Encargos do consumidor (b)	(1.928)	(1.848)
	(2.289)	(4.071)
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	2.974	19.104
Receita de remuneração de ativos de contrato		
Remuneração de ativos de contrato (c)	190.135	197.609
PIS/COFINS corrente	(13.044)	(7.388)
PIS/COFINS diferidos	(11.789)	(18.279)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	165.302	171.942
Receita operacional líquida	168.276	191.046

(a) A redução da receita operação e manutenção é reflexo de uma diminuição no custo realizado de O&M em relação ao exercício anterior, somado a variação de margem de operação que está diretamente ligada à eficiência na operação; (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e (c) Remuneração financeira é proveniente da atualização dos ativos de contrato.

15.1. Margens das obrigações de *performance*

	2023	2022
Implementação e melhoria de infraestrutura		
Receita (liquida de PIS e COFINS diferidos)	–	13.315
Ganho/perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	–	(38.713)
	–	(25.398)
Custo	–	(120)
Margem (R$)	–	(25.518)
Margem percebida (%) (*)	–	-100,47%
Margem orçada no início do contrato (%)	39,96%	39,96%
Operação e manutenção		
Receita	5.263	8.503
Custo	(4.349)	(5.666)
Margem (R$)	914	2.837
Margem percebida (%) (**)	17,37%	33,36%
Margem orçada no início do contrato (%)	39,96%	39,96%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria da infraestrutura considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção e compreende apenas o ano de 2022. (**) A variação da Margem Percebida é oriunda da redução de 23% no custo ocorrido em 2023, consequentemente houve um impacto na receita de operação (custo x margem), do orçado vs realizado, além disso ocorreu a reversão na linha de perda e ganho em comparação 2022/2023 reduzindo a receita, dessa forma refletindo na margem percebida.

16. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

2023	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	(1.831)	(2)	(1.833)	(852)
Material	–	(82)	–	(82)	(481)
Serviços de terceiros	–	(2.125)	(260)	(2.385)	–
Arrendamento e aluguéis	–	(23)	–	(23)	(6)
Amortização do ativo intangível	–	–	(26)	(26)	–
Outros	–	–	–	–	(97)
Total	–	(4.061)	(288)	(4.349)	(1.436)

2022	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	(2.465)	(9)	(2.474)	(542)
Material	(95)	(69)	–	(164)	–
Serviços de terceiros	–	(2.481)	(523)	(3.004)	(706)
Arrendamento e aluguéis	–	(46)	(2)	(48)	(3)
Amortização do ativo intangível	–	–	(21)	(21)	–
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	–	–	(38.713)	(38.713)	–
Outros	(25)	–	(50)	(75)	(43)
Total	(120)	(5.061)	(39.318)	(44.499)	(1.294)

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	9.779	8.067
PIS/COFINS sobre receita financeira	(456)	(375)
Outras receitas financeiras	2	6
Total de receitas financeiras	9.325	7.698
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	(33.862)	(47.088)
Variação monetária da dívida	(5.154)	(6.016)
Outras despesas financeiras (b)	(8.241)	(5.214)
Total de despesas financeiras	(47.257)	(58.318)
Resultado financeiro	(37.932)	(50.620)

(a) A redução nos encargos da dívida ocorreu em função da variação do IPCA, que acumulou em 2022, a taxa de 5,79%, e em 2023, a taxa de 4,62%; e (b). A variação em outras despesas, justifica-se pela Prestação de Garantia Corporativa, entre a Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. e a Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, possui uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido. **18. Instrumentos financeiros: 18.1. Considerações gerais.** A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA. **18.2. Política de utilização de derivativos.** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **18.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.** Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	205	205	186	186
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	76.974	76.974	62.162	62.162
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	19.565	19.565	14.263	14.263
Total do ativo			96.744	96.744	76.611	76.611

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Fornecedores	–	Custo amortizado	6.331	6.331	6.800	6.800
Empréstimos e financiamentos	–	Custo amortizado	408.432	410.510	445.579	447.502
Debêntures	–	Custo amortizado	111.205	131.490	111.911	101.510
Total do passivo			525.968	548.331	564.290	555.812

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais; **Aplicações financeiras -** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; **Contas a receber de clientes –** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável; **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado; **Empréstimos, financiamentos -** têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais); e **Debêntures** - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A. **18.4. Gerenciamento dos riscos financeiros.** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. Para o exercício findo em de 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de

EQUATORIAL TRANSMISSORA 3 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.460/0001-04

gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **a) Risco de crédito.** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. **(i) Caixa e equivalentes de caixa.** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 205 (R$ 186 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber.** O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidores, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência. **b) Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas n° 9 – empréstimos e financiamentos e n° 10 – debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(i). Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2023						
	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	408.432	588.017	7.337	35.272	41.401	123.150	380.857
Títulos de dívida emitidos com garantia	111.204	174.732	9.779	8.783	17.225	49.412	89.533
Fornecedores	6.331	6.331	6.331	–	–	–	–
Total	525.967	769.081	23.447	44.055	58.627	172.562	470.390

* Os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação. Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas n° 9 e 10, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia. **c) Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

			Risco de taxa de juros				
Operação	Risco	Saldo (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	77.162	84.909	86.846	88.783	82.972	81.036
Impacto no resultado				**1.937**	**3.874**	**(1.937)**	**(3.874)**
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(525.418)	(558.624)	(566.926)	(575.228)	(550.323)	(542.021)
Total de passivos financeiros		**(525.418)**	**(558.624)**	**(566.926)**	**(575.228)**	**(550.323)**	**(542.021)**
	IPCA		**(33.206)**	**(8.302)**	**(16.603)**	**8.302**	**16.603**
Impacto no resultado				**(8.302)**	**(16.603)**	**8.302**	**16.603**
Efeito líquido no resultado				**(6.365)**	**(12.730)**	**6.365**	**12.730**

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)	6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3. **d) Risco de vencimento antecipado.** A Companhia possui debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 10 - Debêntures. **e). Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento.** Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. **f) Riscos regulatórios e operacionais.** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima. **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura:** caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia. **g) Riscos ambientais.** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **h) Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. A Companhia entende que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo e debêntures. **19. Demonstração dos fluxos de caixa. 19.1. Transações que não afetam caixa.** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Atividades de financiamento	
Dividendos intermediários	33.175
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	2.013
Realização de reserva para pagamento de dividendos	6.332
Dividendos mínimos obrigatórios	783
Total	**42.303**

19.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	445.579	(33.826)	(32.916)	29.595	408.432
Dêbentures	111.911	(6.164)	(5.378)	10.836	111.205
Dividendos	4.647	(39.835)	–	42.303	7.115
Total	562.137	(79.825)	(38.294)	82.734	526.752

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. **20. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta distribuição de dividendos adicionais de R$ 39.106, decorrentes do resultado do exercício.

DIRETORIA EXECUTIVA

Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador - CRC PE 012996-O-3 S-DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.** Brasília – Distrito Federal. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 3 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Mensuração de ativos contratuais de transmissão. Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R$ 1.308.431 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Controles gerais de tecnologia de informação. A Companhia, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado.* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

GOLPE DE 1964

MPF quer mudar nome de quartel em MG

A Procuradoria da República em Minas tenta, na Justiça, mudar o nome do Batalhão do Exército em Juiz de Fora de onde partiram as primeiras tropas do golpe militar de 1964.

O nome oficial do quartel é 4.ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, mas a instalação é conhecida como "Brigada 31 de Março", em referência ao dia do golpe.

De acordo com o site institucional da unidade militar, o nome foi escolhido por causa do "papel decisivo e corajoso" da brigada na "eclosão da revolução democrática".

Para o Ministério Público Federal, a homenagem é "repugnante e cínica". "É estarrecedor - embora não de todo surpreendente - que o Exército brasileiro mantenha de forma tão acintosa uma homenagem ao Golpe Militar de 1964", diz um trecho da ação.

Os procuradores Francisco de Assis Floriano e Calderano e Thiago Cunha de Almeida, que assinam a ação, argumentam que a nomeação de órgãos públicos deve se submeter aos valores previstos na Constituição. "O Golpe Militar que instituiu a ditadura não pode ser motivo de orgulho em um regime democrático", acrescentam. "O apagamento da violência é repetição da violência."

ESPLANADA

Leandro Mazzini
Com Walmor Parente, Carol Purificação e Isabele Mendes
reportagem@colunaesplanada.com.br

CONEXÃO BRASIL-ISRAEL

O Brasil, por meio do Exército, mantém vários contratos na área de Defesa com Israel, país que há seis meses lança uma ofensiva contra o Hamas na Faixa de Gaza. À Coluna, o Centro de Comunicação Social elenca os seguintes contratos e valores vigentes: com a israelense Elbit, uma das quatro empresas que compõem a lista para a aquisição de 36 Viaturas Blindadas de Combate, com valor estimado de R$ 1,2 bilhão; outro contrato, de US$ 2,4 milhões, com a empresa AEL (empresa do grupo Elbit Systems), para o fornecimento de optrônicos (sistemas eletrônicos que fornecem, detectam e controlam a luz) do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron); além destes, informa a Força, o Sisfron emprega diversos materiais de origem israelense, já entregues e em prazo de garantia e um outro contrato de fornecimento de armamento pesado que já está com R$ 100 milhões empenhados.

Grande família

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e assessores já rascunham o roteiro de palanques nos quais ele irá subir para tentar eleger aliados. É certo que em um dos palanques Lira subirá mais de uma vez: em Barra de São Miguel (AL), onde o pai, Benedito de Lira, corre o risco de perder a reeleição para o grupo de Renan Calheiros (MDB-AL).

Plataforma Belchior

Além do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, outro nome ganha força para substituir Jean Paul Prates no comando da Petrobras: o da secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, que foi conselheira da empresa no governo de Dilma Rousseff. Há tempos o presidente Lula da Silva cogita alçar a aliada fundadora do PT e tudo indica que chegou a hora.

Manauaras

Alvo de críticas da esquerda à época que presidiu a Comissão Especial da Reforma da Previdência, o ex-deputado Marcelo Ramos se filiou ao PT e aposta na provocação para se cacifar como candidato do partido à Prefeitura de Manaus. Refere-se aos adversários como "bolsominions manauaras" e "calabresos" e diz que vai comparar o que Lula e Bolsonaro fizeram por Manaus.

Páginas do cárcere

Depois de aprovar a limitação das saidinhas, a oposição quer outras vedações no sistema prisional. O deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS) é um dos autores do projeto (PL 108/24) para sustar parcialmente a norma que possibilita redução de pena para presos que lerem livros. Justifica que "é uma prática controversa, especialmente quando aplicada em casos de crimes graves".

Órfãos do feminicídio

O Distrito Federal registrou 193 feminicídios entre 2015 e fevereiro de 2024. Em 2023, foram 34 casos, e já nos primeiros três meses deste ano houve cinco registros. Nas ocorrências, 80% das vítimas eram mães. O número de órfãos do feminicídio no DF hoje chega a 376, dos quais 244 são menores de idade (média de oito anos). Os dados são da secretária da Mulher no DF, Giselle Ferreira.

ESPLANADEIRA

Saint Paul Escola de Negócios lança guia sobre Inteligência Artificial Generativa. # Icatu fechou 2023 com faturamento de R$ 12,9 bi. # Centro de Referência em Educação Inclusiva Sesc Senac é inaugurado na Tijuca (RJ). #Omint Seguros apresenta nova gerente comercial de Seguro de Vida Individual e Viagem. # Cortella e Terezinha lançam livro em evento gratuito dia 10, no Sesc 14 Bis (SP). # Peça teatral "Aos Sábados" terá sessões com narração em Libras, nos dias 7 e 28, no Fashion Mall, RJ.

"O FUTURO A DEUS PERTENCE"

Datena se filia ao PSDB, seu 11º partido

O apresentador José Luiz Datena se filiou ao PSDB, na manhã desta quinta-feira, em um evento que teve a presença da pré-candidata a prefeita Tabata Amaral (PSB), e disse que o movimento se trata "tão somente de coligação partidária", indicando que será vice na chapa da deputada.

Ao mesmo tempo, emendou que "o futuro a Deus pertence". Ele entra em sua 11ª legenda, numa troca amigável do PSB para o PSDB, e já desistiu de concorrer na última hora em quatro eleições.

Já o PSDB, por sua vez, passou a mensagem de que a candidatura própria à prefeitura não está descartada, risco que o PSB topou assumir. O PSDB também é cortejado por Kim Kataguiri (União Brasil), que ofereceu a vice ao partido e pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), que pretende insistir na aliança com a sigla, apesar de a direção municipal tucana ter descartado essa possibilidade. A decisão final ficará para julho, época das convenções partidárias. Já o prazo de filiação se encerra no sábado, o que levou a essa costura política.

Na prática, boa parte da militância do PSDB vai acabar fazendo campanha para Nunes, por estarem abrigados na máquina municipal e por verem nele a continuação de Bruno Covas (PSDB).

"O Datena agora tem condições de disputar o que for importante para que a gente alcance a vitória", afirmou o presidente municipal do PSDB, o ex-senador José Aníbal.

Ao responder à imprensa, Datena e Aníbal evitaram ser categóricos sobre o futuro do apresentador. Questionado sobre ser candidato a prefeito ou a vice, Datena não descartou nenhuma das possibilidades e disse que tudo depende do acerto entre os partidos. "O que vai acontecer vai acontecer. O futuro a Deus pertence. A minha vontade é estar do lado da Tabata", disse.

Datena havia se filiado ao PSB em dezembro para ser vice na chapa da deputada, que agora tem a perspectiva de trocar a chapa pura por uma coligação, o que agrega recursos e tempo de propaganda na TV.

Tabata marcou 8% no último Datafolha, atrás de Guilherme Boulos (PSOL), com 30%, e Nunes, com 29%.

REPRODUÇÃO/TV GLOBO

Filiação de Datena teve a presença da pré-candidata a prefeita de SP Tabata Amaral, do PSB

Em seu discurso, ela também enfatizou a realização da coligação. "O PSB abre mão de um dos seus maiores quadros, mas faz isso com o coração tranquilo. [...] A gente sabe que esse é um movimento coletivo, e é só por isso que a gente deixou."

Respingo em Pernambuco

Tabata afirmou reconhecer o que o PSDB fez por São Paulo nos últimos anos. "Reconheço a trajetória, o tamanho e os quadros do PSDB. Que a gente esteja sempre junto, sempre dialogando, em prol não de cargo e conchavo, mas em prol de uma cidade."

Em 2020, no segundo turno entre Covas e Boulos, Tabata declarou apoio ao candidato do PSOL e disse não concordar com o que Nunes, o vice do tucano na época, representava.

O acerto PSB-PSDB em São Paulo tem como efeito colateral a insatisfação da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB-PE), que ameaça deixar o partido. Ela enfrenta em seu estado justamente a oposição do PSB de João Campos, prefeito do Recife e namorado de Tabata. A respeito disso, Aníbal afirmou que as duas questões não têm ligação e que é precipitação imaginar que Raquel se sentiria desprestigiada.

O evento de filiação de ontem foi esvaziado do ponto de vista de líderes tucanos. O presidente nacional Marconi Perillo e o presidente estadual Paulo Serra não estiveram presentes. Perillo enviou uma mensagem de boas vindas a Datena e disse que não pôde comparecer em função de entrevistas na TV. Já figuras do PSB, como o deputado estadual Caio França, foram ao ato. Também estava presente o ex-secretário municipal e ex-presidente do PSDB na capital Orlando Faria, que migrou para a pré-campanha de Tabata.

Aníbal, em sua fala, não deu destaque à pré-candidatura de Tabata e disse que ela estava no evento como "amiga de Datena". Ele destacou que a filiação dá protagonismo ao PSDB e condenou a polarização, numa referência à disputa entre Nunes, apoiado por Jair Bolsonaro (PL), e Boulos (PSOL), cujo padrinho é Lula (PT). (*Da Folhapress*).

Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.393/0001-28

www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 04"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R$ 1,184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3, em 500 kV, circuitos simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igaporã III e término na Subestação Janaúba 3; pela Linha de Transmissão Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Janaúba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino; pela SE Janaúba 3 500 kV. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 29 municípios dos estados de Minas Gerais e Bahia: Caetité, Candiba, Guanambi, Pindaí, Urandi, Augusto de Lima, Bocaiúva, Buenópolis, Catuti, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Sá, Glaucilândia, Gouveia, Janaúba, Joaquim Felício, Juramento, Mamonas, Mato Verde, Monjolos, Monte Azul, Montes Claros, Nova Porteirinha, Olhos-D'água, Pai Pedro, Porteirinha, Presidente Juscelino, Santo Hipólito e Guaraciama. Para o novo ciclo 2023-2024, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R$ 258,24 milhões (valores de julho/2023), atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. **3. Andamento do Projeto.** A SPE 04 está com todos os seus ativos em Operação desde 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 2 etapas. O primeiro trecho entrou em operação com 05 de novembro de 2020, o que corresponde a 51% da RAP. O segundo trecho, não entrou em operação comercial nesta data por pendência sistêmica, mas iniciou o recebimento da RAP. Este segundo trecho entrou em Operação Comercial em 25 de novembro de 2021, completando 100% de ativos em Operação Comercial. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2023 totalizaram R$ 4,20 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R$ 302,39 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas foi de R$ 15,2 milhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R$ 287,31 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 93,03 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R$ 37,39 milhões. **Benefícios Fiscais.** Em 18 de agosto de 2021, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 104/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2021 a 2030. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. apurou Lucro Líquido (LL) de R$ 156,84 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 1,15 bilhão. As dívidas da SPE 04 têm um perfil confortável de vencimentos, com apenas 4,40% em curto prazo. **Relacionamento com auditores externos.** A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira e Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente. Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor. Ailton Costa Ferreira - Diretor. Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor. Cristiano de Lima Logrado - Diretor. Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**144.958**	154.681
Aplicações financeiras	6	**166.395**	46.879
Contas a receber de clientes		**34.061**	25.792
Serviços pedidos		**1.458**	655
Impostos e contribuições a recuperar		**131**	126
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**13.450**	19.537
Adiantamento a fornecedores		**86**	1.404
Outras contas a receber		**15.449**	581
Ativos de contrato	8	**302.858**	270.056
Total do ativo circulante		**678.846**	519.711
Não circulante			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**303**	947
Intangível		**1.280**	1.335
Ativos de contrato	8	**1.955.986**	1.922.284
Total do ativo não circulante		**1.957.569**	1.924.566
Total do ativo		**2.636.415**	2.444.277

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	9	**12.856**	13.956
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		**1.739**	-
Empréstimos e financiamentos	10	**50.559**	47.931
Dividendos a pagar	14	**11.539**	9.962
Impostos e contribuições a recolher		**3.779**	3.125
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	11	**7.250**	7.254
PIS e COFINS diferidos	12	**10.923**	9.602
Encargos setoriais		**2.838**	1.747
Outras contas a pagar		**9.285**	3.061
Total do passivo circulante		**110.768**	96.638
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	**1.099.662**	1.095.618
PIS e COFINS diferidos	12	**242.127**	223.248
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	**345.851**	315.739
Outras contas a pagar		**281**	-
Total do passivo não circulante		**1.687.921**	1.634.605
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	**209.694**	209.694
Reserva de lucros	15.2	**628.032**	503.340
Total do patrimônio líquido		**837.726**	713.034
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.636.415**	2.444.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	16	**15.775**	33.509
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	16	**286.611**	276.527
Receita operacional líquida		**302.386**	310.036
Custo dos serviços prestados	17	**(11.921)**	(25.042)
Lucro bruto		**290.465**	284.994
Despesas gerais e administrativas	17	**(3.360)**	(2.559)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**153**	(53)
Total de despesas operacionais		**(3.207)**	(2.612)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**287.258**	282.382
Receitas financeiras	18	**32.403**	30.456
Despesas financeiras	18	**(125.073)**	(128.869)
Resultado financeiro		**(93.030)**	(98.413)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**194.228**	183.969
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	**(7.276)**	(6.131)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	**(30.112)**	(35.765)
Impostos sobre o lucro		**(37.388)**	(41.896)
Lucro líquido do exercício		**156.840**	142.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**156.840**	142.073
Ajuste para:		
Amortização do intangível	**55**	46
Margem da receita de construção	–	(8.088)
Remuneração dos ativos de contrato	**(329.955)**	(319.119)
Receita de operação e manutenção	**(21.213)**	(16.302)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**113.081**	125.278
Rendimentos de aplicações financeiras	**(33.598)**	(31.930)
PIS e COFINS diferidos	**20.200**	21.314
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	**7.276**	6.131
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	**30.112**	35.765
	(57.202)	(44.832)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	**276.395**	264.269
Impostos e contribuições a recuperar	**(5)**	–
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**7.407**	(5.227)
Ativos de contrato	–	(1.354)
Adiantamento a fornecedores	**1.318**	(1.404)
Outros ativos circulantes	**(15.671)**	130
Fornecedores	**(1.100)**	(2.706)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	**1.739**	–
Impostos e contribuições a recolher	**654**	(444)
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	**(38)**	(169)
Encargos setoriais	**1.091**	717
Outras contas a pagar	**6.505**	330
Caixa proveniente das atividades operacionais	**278.295**	254.142
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	**(59.865)**	(24.965)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(7.918)**	(5.559)
	(67.783)	(30.524)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**153.310**	178.786
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
(Aplicação) resgate sobre aplicações financeiras	**(85.918)**	161.753
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**(85.918)**	161.753
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(46.544)**	(18.541)
Dividendos pagos	**(30.571)**	(167.510)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(77.115)**	(186.051)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(9.723)**	154.488
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**154.681**	193
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**144.958**	154.681
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(9.723)**	154.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**209.694**	**27.496**	**419.263**	**5.640**	**76.661**	**9.663**	**–**	**748.417**
Lucro liquido do exercício		–	–	–	–	–	–	142.073	142.073
Destinação do lucro		–	–	–	–	–	–		–
Reserva legal		–	6.079	–	–	–	–	(6.079)	–
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	20.496	–	–	(20.496)	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	(8.807)	–	–	–	–	(8.807)
Constituição de reserva para investimento e expansão		–	–	–	–	24.649		(24.649)	
Dividendos adicionais distribuídos – 2021		–	–	–	–	–	(9.663)		(9.663)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(1.155)	(1.155)
Dividendos intermediários pagos		–	–	–	–	(76.661)	–	(81.170)	(157.831)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	**8.524**	**(8.524)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		209.694	33.575	410.456	26.136	24.649	8.524	–	713.034
Dividendos adicionais distribuídos – 2022	**15.2.e)**	–	–	–	–	–	**(8.524)**	–	**(8.524)**
Lucro liquido do exercício								**156.840**	**156.840**
Destinação do lucro									
Reserva legal	**15.2.b)**	–	**6.452**	–	–	–	–	**(6.452)**	–
Reserva de incentivos fiscais	**15.2.a)**	–	–	–	**27.795**			**(27.795)**	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	**(1.226)**	**(1.226)**
Dividendos intermediários pagos	**15.3**	–	–	–	–	–	–	**(12.085)**	**(12.085)**
Dividendos adicionais propostos	**15.2.e)**	–	–	–	–	–	**53.841**	**(53.841)**	–
Realização da reserva de lucros a realizar	**15.2.c)**	–	–	**(10.313)**	–	–	–	–	**(10.313)**
Constituição da reserva de investimentos e expansão	**15.2.d)**	–	–	–	–	**55.441**	–	**(55.441)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**209.694**	**40.027**	**400.143**	**53.931**	**80.090**	**53.841**	**–**	**837.726**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	–	24.529
Receita de remuneração de ativo de contrato	**329.955**	319.119
Receita de operação e manutenção	**21.213**	16.302
Outras receitas operacionais	**3**	–
	351.171	359.950
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	–	(1.354)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(10.147)**	(7.549)
Ativos de contrato – perda de realização	–	(15.087)
	(10.147)	(23.990)
Valor adicionado bruto	**341.024**	335.960
Amortização	**(55)**	(46)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**349.969**	335.914
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**33.606**	31.941
	33.606	31.941
Valor adicionado total a distribuir	**374.575**	367.855
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	1.072	4.932
Benefícios	**1.086**	–
FGTS	**592**	–
	2.750	4.932
Tributos		
Federais	**89.882**	91.843
Estaduais	–	58
	89.882	91.901
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**113.081**	125.278
Aluguéis	**30**	80
Outros	**11.992**	3.591
	125.103	128.949
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	**67.152**	90.849
Lucro retidos	**89.688**	51.224
	156.840	142.073
Valor adicionado	374.575	367.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**156.840**	142.073
Total de outros resultados abrangentes	**156.840**	142.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., companhia do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão (LT) Igaporã III - Janaúba 3, em 500 kV, circuitos simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igaporã III e término na Subestação Janaúba 3(*); (b) LT Janaúba 3 - Presidente Juscelino, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 337 km, com origem na Subestação Janaúba 3 e término na Subestação Presidente Juscelino(*); e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500kV – parte 1)(*). (*) Não auditado. **1.1. Contrato de concessão:** O Contrato de Concessão nº 12/2017 assinado entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1598/2020, com validade até 25 de novembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 16	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 19	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos Financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 - Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. **3.1. Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura:** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M):** A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(c) Remuneração dos ativos da concessão:** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.393/0001-28

Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2. Ativos de contrato:** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários a medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de remuneração RAP, durante toda a vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. A medida que as obrigações de performance são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e considerando a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4. Subvenções e assistências governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1. Benefícios fiscais: SUDENE.** Adicionalmente, em 18 de agosto de 2021, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 104/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 4 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030. **3.5. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.6. PIS e COFINS diferidos:** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração de ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação. **3.7. Instrumentos financeiros: 3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2. Classificação e mensuração subsequente: (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3. Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Capital social: 3.8.1. Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.9. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº 6.404/76. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10. Principais mudanças nas políticas contábeis: 3.10.1. Novas normas, alterações e interpretações:** O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 47, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) –Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto relevante nas políticas contábeis da Companhia

3.10.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Medida Provisória n° 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4. Assuntos regulatórios: A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R$ 258.238, homologado pela REH nº 3.216/2023. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória nº 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,43% a RAP. A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	**8.554**	8.398
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**120.551**	146.283
Fundo de investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**15.487**	–
Operações Compromissadas	**366**	–
Subtotal de equivalentes de caixa	**136.404**	146.283
Total	**144.958**	154.681

(a) Referem a Fundos de Investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 103,36% a.a. do CDI (103,54% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **6. Aplicações financeiras:**

	2023	2022
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de Fundos de Investimento	**125.058**	15.196
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	**46**	–
Títulos Públicos (c)	**8.607**	–
Letra Financeira	**1.793**	–
Recursos vinculados	**30.891**	31.683
Total	**166.395**	46.879

(a) Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos exclusivos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL); (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não exclusivo gerido pela *Vinci Partners*, sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial; conforme descrito na nota explicativa nº 9 - Fornecedores; e (c) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,43% a.a. do CDI (100,00% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **7. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2023 Ativo (Passivo)	2023 Efeito no resultado receita (despesas)	2022 Ativo (Passivo)	2022 Efeito no resultado receita (despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**252**	–	248	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**457**	–	425	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**188**	–	195	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**162**	–	164	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	**524**	–	437	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	**35**	–	36	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**477**	–	429	–
Total		**2.095**	–	1.934	–
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**243**	**662**	3	3
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**460**	**923**	4	4
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**101**	**277**	1	1
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**169**	**462**	2	2
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**138**	**377**	2	2
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	**19**	**51**	–	–
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	**1.118**	**260**	–	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	**1.100**	**255**	–	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	**1.634**	**380**	–	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	**1.211**	**281**	–	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(b)	**1.361**	**315**	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	**1.437**	**333**	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	**1.886**	**437**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	**1.794**	**416**	–	–
Total		**12.671**	**5.429**	12	12
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	**(4)**	**(14)**	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(f)	**(800)**	**(800)**	(655)	(655)
Total		**(804)**	**(814)**	(657)	(667)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(217)**	**(725)**	(190)	(760)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(26)**	**(285)**	(57)	(264)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(24)**	**(135)**	(52)	(109)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(22)**	**(89)**	(22)	(95)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**(21)**	**(102)**	(1)	(1)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	**(7)**	**(22)**	(3)	(3)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(b)	–	**(2)**	–	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(b)	–	**(1)**	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	**(1)**	**(1)**	–	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(b)	–	**(1)**	–	
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	**(2)**	**(4)**	–	–
Controladora direta					–
Equatorial Transmissão S.A.	(b)	–	–	–	(3.708)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(d)	**(3.290)**	**(11.554)**	(2.353)	(2.353)
Total		**(3.610)**	**(12.921)**	(2.678)	(7.293)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	**(11.539)**	–	(9.962)	–
Total		**(11.539)**	–	(9.962)	–

(a) Valores se referem a RAP faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (d) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (e) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 14 Dividendos a pagar; e (f) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. **7.1. Remuneração de pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A. e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R$ 797 (R$ 488 em 31 dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. **8. Ativos de contrato:** Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	2.192.340	**21.213**	**329.955**	**(284.664)**	**2.258.844**
Total	2.192.340	**21.213**	**329.955**	**(284.664)**	**2.258.844**
Circulante	270.056				**302.858**
Não Circulante	1.922.284				**1.955.986**

	2021	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	Perda de realização	2022
Ativos de contrato em serviço	2.106.498	40.831	319.119	(259.021)	(15.087)	2.192.340
Total	2.106.498	40.831	319.119	(259.021)	(15.087)	2.192.340
Circulante	306.773					270.056
Não Circulante	1.799.725					1.922.284

(a) O saldo decorre da contrapartida de Receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 16; e (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); e (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento. **9. Fornecedores:** Os saldos de fornecedores estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Materiais e serviços (a)	**12.042**	13.945
Partes relacionadas – nota explicativa nº 7	**804**	2
Encargos de uso da rede elétrica	**10**	9
Total (b)	**12.856**	13.956

(a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão; e (b) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para as controladas da Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante destas operações era de R$ 61 (R$ 121 em 31 de dezembro de 2022). Não há pagamento de juros por parte da Companhia nem recebimentos de "descontos financeiros".

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.393/0001-28

10. Empréstimos e financiamentos: 10.1. Composição dos saldos:

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia (a)	2023 Circulante	2023 Não circulante	2023 Total
BNDES	IPCA + 5,32%	Recebíveis + Conta reserva + Penhor de Ações	**50.660**	**1.101.477**	**1.152.137**
(-) Custo de captação			**(101)**	**(1.815)**	**(1.916)**
Total			**50.559**	**1.099.662**	**1.150.221**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2022 Circulante	2022 Não circulante	2022 Total
BNDES	IPCA + 5,32%	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta reserva + Penhor de Ações	48.032	1.097.534	1.145.566
(-) Custo de captação			(101)	(1.916)	(2.017)
Total			47.931	1.095.618	1.143.549

(a) Em 21 dezembro de 2023, foram consideradas cumpridas as condições contratuais necessárias, sendo autorizada pela BNDES a exoneração da fiança corporativa prestada pela Equatorial Energia S.A, no âmbito do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 19.2.0125.1. **10.2. Movimentação dos empréstimos:**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	47.931	1.095.618	1.143.549
Encargos	**59.406**	–	**59.406**
Variação monetária	**9.473**	**44.101**	**53.574**
Transferências	**40.057**	**(40.057)**	–
Amortizações de principal	**(46.544)**	–	**(46.544)**
Pagamentos de juros	**(59.865)**	–	**(59.865)**
Custo de captação (a)	**101**	–	**101**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**50.559**	**1.099.662**	**1.150.221**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	1.061.777	1.061.777
Encargos	27.795	31.035	58.830
Variação monetária	11.246	55.102	66.348
Transferências	52.396	(52.396)	–
Amortizações de principal	(18.541)	–	(18.541)
Pagamentos de juros	(24.965)	–	(24.965)
Custo de captação (a)	–	100	100
Saldo em 31 de dezembro de 2022	47.931	1.095.618	1.143.549

(b) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição. **10.3. Cronograma de amortização da dívida:** Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	**50.559**	**4%**
2025	**49.277**	**4%**
2026	**50.315**	**4%**
2027	**51.408**	**4%**
2028	**52.560**	**5%**
Até 2042	**897.917**	**78%**
Subtotal	**1.101.477**	**96%**
Custo de captação (Não circulante)	**(1.815)**	**0%**
Não circulante	**1.099.662**	**96%**
Total	**1.150.221**	**100%**

10.4. *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras reais. Adicionalmente, a Companhia possui covenants financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual e com base nas demonstrações contábeis regulatórias. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. **11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: 11.1. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:** A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**194.228**	**194.228**	183.969	183.969
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	**48.557**	**17.481**	45.992	16.557
Adições:				
Custo de construção - CPC 47	–	–	4.110	1.480
Remuneração e RAP – Ativo de contrato (a)	**57.891**	**20.841**	52.638	18.950
Provisão para participação nos lucros	**793**	**286**	–	–
Outras provisões permanentes	**192**	**(136)**	–	–
Total de adições [B]	**58.876**	**20.991**	56.748	20.430
Exclusões:				
Exclusão dos ativos de contrato conforme CPC 47	**(77.439)**	**(27.878)**	(78.314)	(28.193)
Outras provisões	**(122)**	–	(123)	(34)
Outras provisões permanentes	**(578)**	**(200)**	–	–
Total de exclusões [C]	**(78.139)**	**(28.078)**	(78.437)	(28.227)
Compensações:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	**(1.488)**	**(3.118)**	(3.807)	(2.629)
Incentivo PAT	**(12)**	–		
Total de compensações [D]	**(1.500)**	**(3.118)**	(3.807)	(2.629)
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental (E) (b)	**(27.794)**	–	(20.496)	–
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	–	**(7.276)**	–	(6.131)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	**(20.243)**	**(9.869)**	(25.373)	(10.392)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	**(20.243)**	**(17.145)**	(25.373)	(16.523)
Alíquota efetiva	**10%**	**9%**	14%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN. 1.700/2017, que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro. (b) Conforme nota explicativa nº 3.4 - Subvenções e assistências governamentais. **11.2. Movimentação do IR e CSLL diferidos passivos:**

	Saldo em 2022	Reconhecimento no resultado	Valor líquido 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	17.571	**(1.488)**	**16.083**	**16.083**	–
Base negativa de CSLL	4.455	**(3.118)**	**1.337**	**1.337**	–
Custo/Receita de construção - CPC 47	(337.765)	**(26.585)**	**(364.350)**	–	**(364.350)**
Provisão para participação nos lucros	–	**1.079**	**1.079**	**1.079**	–
Total	(315.739)	**(30.112)**	**(345.851)**	**18.499**	**(364.350)**

11.3. Movimentação do IRPJ e CSLL a recolher:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.292
IRPJ e CSLL correntes do exercício	6.131
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(169)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.254
IRPJ e CSLL correntes do exercício	**7.276**
Reclassificação de IRPJ e CSLL	**676**
Pagamentos de IRPJ e CSLL	**(7.918)**
Tributos retidos/antecipações IR/CS	**(38)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.250**

11.4. Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2025, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2024	2025	Total
IR e CSLL diferidos a realizar	**11.178**	**7.321**	**18.499**

No exercício de 2023 a Companhia realizou créditos no montante de R$ 4.606 e, em 31 de dezembro de 2022, apresenta créditos a realizar de R$ 17.368. **12. PIS e COFINS diferidos:**

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	–	24.529
Receita de remuneração dos ativos de contrato	**329.955**	319.119
Perda na realização dos ativos de contrato	–	(15.087)
	329.955	328.561
PIS/COFINS sobre as receitas do exercício (9,25%) (i)	**30.521**	30.392
Amortização de PIS/COFINS (ii) (a)	**(10.321)**	(9.078)
Saldo no início do exercício (iii)	**232.850**	211.536
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	**253.050**	232.850
Circulante	**10.923**	9.602
Não circulante	**242.127**	223.248

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da receita (RAP) mensal. **13. Provisão para riscos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. **13.1. Cíveis:** Existem contingências cíveis, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R$ 429 (R$ 389 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão. **14. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**156.840**	142.073
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(27.795)**	(20.496)
(-) Reserva legal	**(6.452)**	(6.079)
Lucro líquido ajustado	**122.593**	115.498
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	**1.226**	1.155
Realização da reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos	**10.313**	8.807
Dividendos intermediários pagos	**12.085**	157.831
Dividendos adicionais propostos	**53.841**	8.524
Total dividendos	**77.465**	176.317

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	16
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	9.663
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	1.155
Dividendos intermediários distribuídos de 2022	157.831
Dividendos da reserva de lucro a realizar	8.807
Pagamento de dividendos no exercício	(167.510)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.962
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	**8.524**
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	**1.226**
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	**12.085**
Dividendos da reserva de lucro a realizar	**10.313**
Pagamento de dividendos no exercício	**(30.571)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11.539**

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia subscrito era de R$ 213.199, e totalmente integralizado era de R$ 209.694. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital está representado por 213.198.792 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 300.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. **15.2. Reserva de lucros:**

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	**53.931**	26.136
Reserva legal	(b)	**40.027**	33.575
Reserva de lucros a realizar	(c)	**400.143**	410.456
Reserva para investimento e expansão	(d)	**80.090**	24.649
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	**53.841**	8.524
Total		**628.032**	503.340

***a.* Reserva de incentivos fiscais:** É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R$ 53.931 (R$ 26.136 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de R$ 27.795 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2023. ***b.* Reserva legal:** É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**156.840**	142.073
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(27.795)**	(20.496)
Lucro ajustado	**129.045**	121.577
Reserva legal (5%)	**6.452**	6.079

***c.* Reserva de lucros a realizar:** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R$ 400.143 (Em 31 de dezembro de 2022, R$ 410.456). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP. **Movimentação da reserva de lucros a realizar**

	2023	2022
Saldo inicial em 1° de janeiro	410.456	419.263
Realização	**(10.313)**	(8.807)
Saldo final em 31 de dezembro	**400.143**	410.456

***d.* Reserva para investimentos e expansão:** Reserva estatuária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva para investimentos e expansão era de R$ 80.090 (R$ 24.649 em 31 de dezembro de 2022). ***e.* Reserva de dividendos adicionais propostos:** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado em nota explicativa nº 21 – Eventos subsequentes, foi aprovada a distribuição na integralidade da reserva no montante de R$ 53.841 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 8.524 em 31 de dezembro de 2022). **15.3. Dividendos intermediários:** Em 27 de junho de 2023, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária, houve aprovação de dividendos intermediários de R$ 5.982, à conta do lucro líquido apurado no primeiro trimestre de 2023, e em 09 de novembro de 2023, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, houve aprovação de dividendos intermediários de R$ 6.103 à conta do lucro líquido apurado no período referente ao segundo trimestre de 2023, totalizando uma distribuição de dividendos intermediários no ano de 2023 de R$ 12.085. **15.4. Planos de opções de compra de ações:** A Companhia instituiu Planos de opção de compra de ações aos colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia, por intermédio de um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **15.4.1. Plano de outorga de "*Phantom Shares*":** Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivo: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025; (ii) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de Performance pela Companhia. **(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** O Preço das "*Phantom Shares*" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das ações da Equatorial Energia na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026. **(b) Forma de cálculo da despesa do programa:** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial Energia, caso as métricas de performance fossem atingidas:

Em ações	Número de ações 2023	Valor justo ponderado do preço 2023
Outorgadas durante o exercício	**32.430**	**33,28**
Existentes ao fim do exercício	**32.430**	**33,28**

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 281 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90% e 110%. O plano de "*Phantom shares*" está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. **16. Receita operacional líquida:**

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	–	24.529
Receita de operação e manutenção (a)	**21.213**	16.302
Outras receitas	**3**	–
	21.216	40.831
Deduções		
PIS/COFINS corrente	**(1.488)**	(1.673)
PIS/COFINS diferidos	–	(2.269)
Encargos do consumidor (b)	**(3.953)**	(3.322)
ICMS	–	(58)
	(5.441)	(7.322)
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	**15.775**	33.509
Receita de remuneração de ativos de contrato (c)		
Remuneração de ativos de contrato	**329.955**	319.119
PIS/COFINS correntes	**(23.144)**	(13.073)
PIS/COFINS diferidos	**(20.200)**	(29.519)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	**286.611**	276.527
Receita operacional líquida	**302.386**	310.036

(a) A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra e início da operação; (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e (c) Remuneração financeira é proveniente da atualização dos ativos de contrato. **16.1. Margens das obrigações de *performance*:**

Implementação e melhoria de infraestrutura	2023	2022
Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos	–	22.260
Ganho/Perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	–	(13.691)
	–	8.569
Custo	–	(1.354)
Margem (R$) (*)	–	7.215
Margem percebida (%)	–	84,20%
Margem orçada no início do contrato (%)	**38,58%**	38,58%
Operação e manutenção		
Receita	**21.213**	16.302
Custo	**(11.921)**	(9.997)
Margem (R$)	**9.292**	6.305
Margem percebida (%) (**)	**43,80%**	38,68%
Margem orçada no início do contrato (%)	**38,58%**	38,58%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria da infraestrutura considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção e compreende apenas o ano de 2022. (**) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na operação) identificados ao longo da fase de operação. **17. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas:**

2023	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	**(3.119)**	**(105)**	**(3.224)**	**(1.672)**
Material	–	**(598)**	–	**(598)**	–
Serviços de terceiros (a)	–	**(7.774)**	**(248)**	**(8.022)**	**(1.676)**
Arrendamento e aluguéis	–	**(20)**	–	**(20)**	**(10)**
Amortização do ativo intangível	–	–	**(55)**	**(55)**	–
Outros	–	–	**(2)**	**(2)**	**(2)**
Total	–	**(11.511)**	**(410)**	**(11.921)**	**(3.360)**

2022	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	(3.936)	(15)	(3.951)	(983)
Material	(215)	(329)	–	(544)	(1)
Serviços de terceiros	(1.088)	(5.516)	50	(6.554)	(1.476)
Arrendamento e aluguéis	–	(68)	(4)	(72)	(8)
Amortização do ativo intangível	–	–	(46)	(46)	–
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	–	–	(13.691)	(13.691)	–
Outros	(51)	–	(133)	(184)	(91)
Total	(1.354)	(9.849)	(13.839)	(25.042)	(2.559)

(a) O aumento na linha de serviço de terceiros ocorreu em função dos serviços de instalação de um Esquema Especial de Proteção (SEP) na subestação (SE) de Igaporã 3. **18. Resultado financeiro:**

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**33.598**	31.930
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(1.563)**	(1.485)
Outras receitas financeiras	**8**	11
Total de receitas financeiras	**32.043**	30.456
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	**(59.507)**	(58.930)
Variação monetária da dívida (a)	**(53.574)**	(66.348)
Juros, multas s/ operação de energia	–	(2)
Outras despesas financeiras (b)	**(11.992)**	(3.589)
Total de despesas financeiras	**(125.073)**	(128.869)
Resultado financeiro	**(93.030)**	(98.413)

(a) A redução da variação monetária da dívida ocorreu em função da variação do IPCA, que acumulou em 2022, a taxa de 5,79%, e acumulou em 2023, a taxa de 4,62%. (b) A variação nos saldos ocorreu em favor da assinatura do Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), em 16 de setembro de 2022, entre a Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos, ocasionando assim, o aumento de outras despesas financeiras em 31 de dezembro de 2023. **19. Instrumentos financeiros: 19.1. Considerações gerais:** A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio. **19.2. Política de utilização de derivativos:** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **19.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	**144.958**	**144.958**	154.681	154.681
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	**166.395**	**166.395**	46.879	46.879
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	**34.061**	**34.061**	25.792	25.792
Total		**345.414**	**345.414**	227.352	227.352

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Fornecedores	Custo amortizado	**12.856**	**12.856**	13.956	13.956
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	**1.150.221**	**1.152.137**	1.143.549	1.145.566
Total		**1.163.077**	**1.164.993**	1.157.505	1.159.522

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo. **Aplicações financeiras -** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; **Contas a receber –** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável; **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado; e **Empréstimos, financiamentos** - têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). **19.4. Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. Para o exercício findo em de 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 144.958 (R$ 154.681 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber:** O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.393/0001-28

capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 10 empréstimos e financiamentos. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2023						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	1.150.221	2.481.431	17.593	91.410	111.499	348.751	1.912.178
Fornecedores	12.856	12.856	12.856	–	–	–	–
Total	1.163.077	2.494.287	30.449	91.410	111.499	348.751	1.912.178

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 – Empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia. **c) Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. A seguir é apresentado, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	302.799	333.200	340.800	348.401	325.600	318.000
Impacto no resultado				7.600	15.201	(7.600)	(15.201)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(1.152.137)	(1.224.952)	(1.243.156)	(1.261.360)	(1.206.748)	(1.188.545)
Total de passivos financeiros		(1.152.137)	(1.224.952)	(1.243.156)	(1.261.360)	(1.206.748)	(1.188.545)
Impacto no resultado				(18.204)	(36.408)	18.204	36.408
Efeito líquido no resultado				(10.604)	(21.207)	10.604	21.207
Referência para ativos e passivos financeiros		**Taxa projetada**	**Taxa em 31/12/2023**	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
CDI (% 12 meses)		10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3.

d) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento: Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. **e) Riscos regulatórios e operacionais:** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia. **f) Riscos ambientais:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **g) Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. A Companhia entende que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo. **20. Demonstração dos fluxos de caixa: 20.1. Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividade de financiamento	
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	8.524
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.226
Constituição de dividendos intermediários	12.085
Dividendos da reserva de lucros a realizar	10.313
Total	32.148

20.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	1.143.549	(46.544)	(59.865)	113.081	1.150.221
Dividendos a pagar	9.962	(30.571)	–	32.148	11.539
	1.153.511	(77.115)	(59.865)	145.229	1.161.760

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos dos dividendos constituídos, das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e dividendos a pagar no final do exercício. **21. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais:** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 53.841, decorrentes do resultado do exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Miranda da Paz Júnior | Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima | José Silva Sobral Neto

DIRETORIA EXECUTIVA

Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado - Diretor | Ailton Costa Ferreira - Diretor | Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor

Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador - CRC PE 012996-O-3 S-DF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.** Brasília - Distrito Federal. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 4 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado.* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

PETROBRAS

Prates ironiza possível demissão

Nome de Aloizio Mercadante passou a circular como uma opção para comandar a estatal

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, ironizou, na tarde de ontem, notícias sobre possível troca no comando da companhia. Ao mesmo tempo, recebeu apoio de sindicatos, que reclamam de "espancamento público" do executivo.

Em publicação na rede social X (ex-Twitter) por volta das 15h30, Prates reproduziu uma suposta troca de mensagens de WhatsApp que dizia que ele sairia, sim, da Petrobras, mas para jantar. E estaria de volta no dia seguinte cedo, com a agenda cheia.

"Jean Paul vai sair da Petrobras?", pergunta uma mensagem. "Acho que após às 20h02. Vai pra casa jantar... E amanhã às 7h09 estará de volta na empresa, porque sempre tem a agenda cheia."

A saída de Prates foi alvo de uma série de rumores nesta quinta, depois de entrevista publicada no jornal *Folha de S.Paulo* em que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, admite conflitos com o presidente da estatal. Em Brasília, o nome do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, passou a circular como uma opção para comandar a estatal.

A fritura de Prates é vista na Petrobras como uma tentativa de Silveira e do ministro da Casa Civil, Rui Costa, forçarem a troca no comando da empresa. Não há entre o círculo mais próximo do executivo, porém, a percepção de que ele teria interesse em deixar o cargo.

Aliada de Prates desde o início da gestão, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), divulgou comunicado ontem criticando "o processo de espancamento público que o presidente da Petrobras" está sofrendo.

MAURO PIMENTEL/AFP

Prates briga com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira

"A FUP reconhece a atuação da gestão Prates em busca do fortalecimento da Petrobras como promotora de investimentos capazes de contribuir para a geração de emprego e renda dos brasileiros", afirma o texto, destacando ainda que o executivo restabeleceu o diálogo com os petroleiros.

Ainda segundo a FUP, ele "promoveu o início da implementação de uma nova e importante política de melhoria das condições de vida do trabalhador brasileiro, como o fim da nociva política de preço de paridade de importação".

No mercado financeiro, a possibilidade de demissão de Prates também não é bem vista. As ações da empresa tiveram um dia de grande volatilidade ontem, com um momento de forte queda, recuperando-se depois com notícias sobre pagamento de dividendos.

Para a Ativa Investimentos, a saída de Prates, "sobretudo por motivos políticos", seria negativa para a empresa. Eles lembram, porém, que Prates vem sendo alvo de rumores de demissão desde o início do mandato (*Da Folhapress*).

Opinião

ARTIGOS

Ir ao espaço para dominar a Terra

E ai, vai ter terceira guerra mundial? O que esperar dos próximos anos pra nossa casinha Terra? Vira e mexe, o presidente Putin declara ser capaz de meter uma bomba atômica em quem ameaçar o território russo. Dá pra acreditar ou não?

A gente mal conhece a gente mesmo, imagina saber o que se passa na cachola dos outros e, mais ainda, na mente de um líder político lá do Oriente, um tanto ousado.

Um termo que tem ganhado fôlego é o de astropolítica. O conceito tenta dar conta da expansão da geopolítica para o espaço. O céu não é mais o limite. Se aqui a gente já é enrolado, cheio de conflitos, consegue complicar coisas simples, imagina agora ter que lidar também com a matéria escura, outros planetas, possíveis ETs etc.

O Elon Musk ou um país pode ser dono, por exemplo, da Lua e cobrar taxas sobre nós pelos efeitos das marés? Ou este satélite natural seria de cunho mais, digamos, comunitário: a todos pertencem? É uma reflexão que ajuda até a pensarmos sobre a posse e o usufruto de recursos naturais aqui na Terra, como a praia, água e até a luz do Sol.

O envio de foguetes e satélites está cada vez mais intenso. A Lua é novamente protagonista da nossa exploração espacial, em parte pela descoberta de água congelada.

O jornal The New York Times noticiou há poucas semanas que a Rússia teria a intenção de enviar para o espaço, ainda este ano, arma nuclear. Aí o caldo engrossa!

Um dos objetivos seria derrubar satélites de empresas privadas ou mesmo de governos que sirvam de apoio e meio de comunicação a forças hostis ao Kremlin. O cenário é bem desafiador, também, para o campo do Direito e, portanto, para a atualização de acordos sobre as novas fronteiras.

O movimento humano de ir para o espaço não é só fruto da nossa ânsia por dominar o Universo, nem só da conquista do saber científico e do nosso sonho de exploração. Tem aí por trás uma disputa ferrenha por poder sobre a própria Terra.

BRUNO LARA, jornalista

Hungria Resort

Cansado de viver num país onde seus delírios ditatoriais são sistematicamente violados por leis obsoletas e regulações inoportunas da sociedade civil organizada? Farto de prestar satisfações das suas maquinações golpistas para agentes do aparato policial, justiceiros do Ministério Público e membros petulantes do Poder Judiciário? Em busca de paz e tranquilidade para articular uma oposição ao governo globalista e esquerdista que chegou ao poder por meio de eleições fraudadas?

Conheça agora mesmo as instalações do Hungria Resort, empreendimento de alto padrão instalado no coração de um dos países mais charmosos e autocráticos do leste europeu. Venha se encantar com as belas paisagens repletas de castelos medievais, catedrais góticas e paisagens deslumbrantes com lagos, cavernas e os célebres banhos termais, famosos por proporcionar higiene, relaxamento e atenuação de odores antidemocráticos. Destaque para atrativos turísticos na lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco, como o bairro do Castelo de Buda e as Grutas de Aggtelek.

Perfeito para a estadia de aprendizes de tirano em período sabático, o Hungria Resort tem vista privilegiada para a vibrante cidade de Budapeste, a "pérola do Danúbio", onde pululam monumentos históricos, casas de ópera, bares, restaurantes, baladas e cidadãos felizes e bem alimentados flanando por ruas e praças movimentadas.

Procure embaixada mais próxima e peça agora mesmo asilo nesses oásis de tranquilidade conservadora em meio ao colapso da civilização ocidental e sua política suicida de fomento à imigração e apologia de práticas homoeróticas.

Desconto especial para os alunos do curso "Como se reeleger para sempre", ministrado pelo multi-reeleito Viktor Orbán, que ensina técnicas infalíveis no que diz respeito a intimidar a oposição, aparelhar a Suprema Corte, cooptar a imprensa e ganhar as eleições. Não perca essa oportunidade! Vagas limitadas!

ANDRÉ CUNHA, escritor

Liderança e motivação

Na jornada em busca da compreensão dos processos mentais e do comportamento humano, somos confrontados com a intrincada teia de relações que permeiam nossa existência. Ao mergulharmos nas dinâmicas de grupo, encontramos não apenas os desejos individuais, mas também os anseios coletivos que moldam o funcionamento do grupo.

Observemos atentamente a metáfora apresentada: "Se você corre, sua equipe anda. Se você anda, sua equipe senta. Se você senta, sua equipe deita e, se você deita, sua equipe morre." Esta sábia analogia revela uma verdade fundamental sobre a dinâmica de equipe: a liderança e a motivação de um único indivíduo têm um impacto direto e profundo no desempenho coletivo.

Por meio de nossa introspecção e compaixão, compreendemos que as motivações individuais estão intrinsecamente ligadas aos desejos mais profundos e às necessidades psicológicas que permeiam nossa existência. O impulso para "se levantar, produzir, cuidar e perseverar" transcende a mera vontade consciente; é uma manifestação dos complexos mecanismos que regem nosso comportamento humano.

A ideia de que "todos andam no mesmo ritmo" é essencial para a harmonia e o florescimento de uma equipe. Quando compartilhamos objetivos comuns e nos alinhamos em nossos esforços, o grupo se transforma em algo maior do que a soma de suas partes individuais. A cooperação e a colaboração tornam-se poderosas forças que impulsionam o grupo em direção ao sucesso coletivo.

No entanto, devemos lembrar que a busca por objetivos compartilhados não anula a singularidade e a individualidade de cada membro da equipe. Cada pessoa traz consigo suas próprias experiências e habilidades únicas, que podem enriquecer e fortalecer o grupo quando devidamente reconhecidas e integradas.

Que nossos esforços conjuntos possam nos guiar rumo a um mundo de paz, harmonia e prosperidade para todos.

GREGÓRIO JOSÉ, jornalista, radialista e filósofo

CHARGE

CARTAS DO LEITOR

Octogenários

Uma considerável parte dos que estão por aqui há mais de oito décadas exibe uma tendência à descrença em relação a governos e regimes que viram se suceder até o atual. Não é pra menos. Sentem-se cansados de ver projetos mal fundamentados e formalizados às pressas, a fim de permitir ao grupo que assume o poder a marcação de território e passar a "fazer o diabo" para nele se perpetuar. Desanimados, constataram também, ao longo de suas já longas vidas, que, na verdade, as mudanças de longo alcance foram pífias, na medida em que a maioria da população continua sem educação de qualidade, sem saneamento, assiste ao aumento da insegurança no simples ir e vir e continua desde sempre a não dispor de serviço de saúde pública digno. Descobriram com tristeza que os políticos de hoje são parecidos com todos os anteriores, egoístas e focados em seus próprios projetos. Estes são alguns dos aspectos, entre muitos outros, que tornam àqueles octogenários, difícil apostar no sucesso dos atuais arcabouços fiscais, por exemplo, e céticos sobre a possibilidade de ver a anunciada picanha na mesa do povo.

PAULO ROBERTO GOTAÇ, Rio de Janeiro

Janela partidária

Termina nesta sexta-feira a corrida dos vereadores de todo o país pela acomodação partidária. O calendário eleitoral relativo às próximas eleições, já em execução, deu um mês de prazo para que os titulares de mandatos nas Câmaras Municipais que não estejam bem nos atuais partidos, possam mudar sem ter sanção ou prejuízo. Por conta dessa abertura – chamada "janela partidária" – tivemos um mês de grandes negociações onde, quem teve interesse, buscou a sua melhor opção para concorrer à reeleição no pleito marcado para 6 de outubro. Por conta dessa movimentação nos municípios, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as Assembleias Legislativas Es taduais tiveram baixa produção. Os parlamentares federais e estaduais passaram boa parte do tempo em suas bases cuidando da situação dos seus aliados.

DIRCEU CARDOSO, São Paulo

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

redacao@grupojbr.com

SIG trecho 1 - Lote 765 - Brasília - DF - CEP 70610-400.
Inclua nome completo, endereço e identidade

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal

PENITENCIÁRIA FEDERAL DE MOSSORÓ

Finalmente recapturados

Após 50 dias da fuga histórica, dupla foi presa em ação da PF com a PRF em Marabá, no Pará

A Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) prenderam, nessa quinta-feira, os criminosos Rogério Mendonça e Deibson Nascimento, que estavam foragidos após escaparem da Penitenciária Federal de Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte.

Marabá, no Sudeste do Pará, fica a mais de 1.600 quilômetros de distância de Mossoró. Um trajeto em "linha reta" entre as duas cidades passa por pelo menos cinco estados: além do Pará e Rio Grande do Norte, também por Ceará, Piauí e Maranhão – e, a depender do trajeto, por Tocantins. Os suspeitos foram presos exatamente na ponte que atravessa o Rio Tocantins e nas imediações.

Os dois fugitivos presos após 50 dias de buscas saíram de barco pesqueiro do Ceará, antes de serem recapturados no Pará, conforme a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado no Ceará (Ficco/CE).

A fuga, a primeira registrada nesse sistema desde sua implantação, em 2006, ocorreu no dia 14 de fevereiro e colocou em teste a gestão de Ricardo Lewandowski no Ministério da Justiça. A administração das penitenciárias federais é de responsabilidade da pasta, que teve a sua primeira crise em 13 dias sob o novo titular – ele substituiu Flávio Dino, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal.

REPRODUÇÃO

Com Rogério Mendonça e Deibson Nascimento foram encontrados celulares, dinheiro e até fuzil. Outras quatro pessoas que ajudavam a dupla também foram presas.

REPRODUÇÃO/PRF

"Comboio do crime"

Na recaptura, a PRF usou quatro viaturas e contou com a participação de 14 policiais, ajudando na localização dos veículos. Os fugitivos estavam com mais quatro pessoas, em três carros– todos foram presos e os veículos apreendidos.

A Polícia Federal monitorou constantemente a dupla depois que soube que eles não estavam mais na região próxima a Mossoró, de acordo com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski.

"Eles, obviamente, foram coadjuvados por criminosos externos. Tiveram auxílios de seus comparsas e das organizações criminosas às quais eles pertenciam", disse o ministro, ao se pronunciar sobre o caso. "Estavam num verdadeiro comboio do crime", completou.

O grupo foi detido na ponte sobre o Rio Tocantins. "Esta ponte foi fechada, de um lado, pela Polícia Rodoviária Federal e, do outro lado, pela Polícia Federal". A abordagem ocorreu neste local para evitar a fuga pelo rio.

Com eles, foram encontrados oito celulares e um fuzil com dois carregadores, que também foram apreendidos na operação.

Fuga trabalhosa

Os trabalhos de buscas duraram 50 dias e resultaram na prisão de 14 pessoas que teriam colaborado com a fuga dos criminosos. A operação, implementada em fevereiro, contou com centenas de agentes federais e estaduais e foi marcada pela dificuldade no terreno da zona rural de Mossoró e Baraúna, cidade vizinha.

Ao longo do período, a dupla chegou a manter uma família refém, esquivou-se por uma área repleta de cavernas no Parque Nacional da Furna Feia e, segundo o governo federal, contou com apoio de integrantes do Comando Vermelho para deixarem o perímetro e chegarem ao Pará.

O inquérito do caso apontou que não houve corrupção por parte dos servidores da Penitenciária Federal, mas falhas nos procedimentos carcerários de segurança que culminaram na fuga dos criminosos (*Da Folhapress com Agência Estado*).

Dupla teve ajuda de organizações criminosas

O ministro explicou que os fugitivos foram localizados após a operação trocar de estratégia. "A mudança da estratégia consistiu em sairmos da busca física, por assim dizer, e trabalhar na parte da inteligência, sobretudo a parte do inquérito aberto pela PF de Mossoró", afirmou.

Os investigadores suspeitam que os dois detentos tenham sido mantidos por membros do Comando Vermelho do Rio de Janeiro em parte desses 50 dias de fuga. Uma dessas suspeitas se baseia em transferências feitas por meio de Pix que beneficiaram os fugitivos e que a Polícia Federal investiga de onde vieram.

Para Lewandowski, a demora de 50 dias para localizar os fugitivos foi um "prazo que segue os paradigmas internacionais" em um "país de dimensões continentais".

"Corredor de exportação"

O Pará, estado em que os dois fugitivos da Penitenciária Federal de Mossoró (RN) foram recapturados, assistiu a um avanço do crime organizado nos últimos anos. A região é vista como um espécie de "corredor de exportação" da cocaína que chega de países como Peru e Colômbia à Amazônia.

O aumento da violência por lá se deve principalmente à atuação do Comando Vermelho, soberano na região metropolitana de Belém, e do Primeiro Comando da Capital (PCC), que tem se aliado a facções menores.

Pesquisadores afirmam que, enquanto o Amazonas é visto como a grande porta de entrada das drogas que vêm de Peru e Colômbia (com destaque para o escoamento pelo Rio Solimões), o Pará é um "corredor de exportação", uma vez que o Estado tem portos, como o de Vila do Conde, em Barcarena, com grande capacidade de envio de carregamentos para África e Europa.

Segundo o ministro, as investigações apontam que os dois iriam justamente fugir para fora do Brasil, mas não há detalhes. "Como é uma investigação que envolve dados de inteligência, não temos ainda todas as informações. Quando tivermos, obviamente, serão colocadas publicamente", afirmou.

Volta para Mossoró

Os criminosos Rogério Mendonça e Deibson Nascimento serão levados de volta para o presídio de Mossoró.

Os dois ficarão separados na cadeia e haverá inspeção diária. "Eles voltarão para a penitenciária de onde fugiram, em Mossoró, totalmente reformulada. Haverá inspeção diária. A direção foi trocada. De lá certamente não se evadirão", afirmou Lewandowski.

SAIBA MAIS

» **O secretário de segurança pública do Rio Grande do Norte, Francisco Araújo, disse que a prisão dos fugitivos do presídio federal é fruto de um trabalho de integração.**

» **Araújo destacou, ainda, que a captura ocorreu após "esforços integrados" entre as forças de segurança. "Esses esforços que lograram êxito para efetivar as prisões e encontrá-los", disse ele ao *UOL*.**

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.283/0001-66

www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 05"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R$ 1,184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Igaporã III – Janaúba 3, segundo circuito, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 257 km, com origem na Subestação Igaporã III e término na Subestação Janaúba 3. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 11 municípios dos Estados da Bahia: Caetité, Guanambi, Candiba, Pindaí, Urandi, Espinosa, Monte Azul, Mato Verde, Catuti, Pai Pedro, Porteirinha. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho/2023, a RAP (Receita Anual de Permitida) é de R$ 119,15 milhões, atualizada anualmente pelo IPCA, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Os serviços de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão e subestação tiveram o benefício fiscal do REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura), que concede a suspensão das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 60 , de 1 de agosto de 2017. A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Andamento do Projeto.** A SPE 05 está com todos os seus ativos em Operação desde o início de 2021, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas em 06 de janeiro de 2021 quando entrou 100% em Operação Comercial. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2023 totalizaram R$ 5,63 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R$ 141,00 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas foi de R$ 11,2 milhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R$ 129,78 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 28,71 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R$ 17,15 milhões. **Benefícios Fiscais.** Em 18 de agosto de 2021, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) emitiu o Laudo Constitutivo nº 105/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 5 SPE S.A o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2022 a 2031. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R$ 83,86 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 416,69 milhões. As dívidas da SPE 05 têm 4,18% de vencimentos no curto prazo.

Relacionamento com auditores externos. A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira, Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Ailton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor. Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**26.659**	24.777
Aplicações financeiras	6	**19.540**	57.408
Contas a receber de clientes		**14.828**	12.052
Impostos e contribuições a recuperar		**361**	361
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**7.822**	10.228
Adiantamento a fornecedores		**36**	4.672
Outras contas a receber		**2.239**	1.338
Ativos de contrato	8	**131.914**	124.463
		203.399	235.299
Total do ativo circulante			
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	**10.648**	9.663
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**20**	433
Intangível		**1.280**	1.335
Ativos de contrato	8	**931.031**	906.274
		942.979	917.705
Total do ativo não circulante			
Total do ativo		**1.146.378**	**1.153.004**

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	9	**7.147**	7.044
Empréstimos e financiamentos	10	**15.923**	15.716
Debêntures	11	**1.477**	1.014
Dividendos a pagar	15	**6.665**	4.412
Impostos e contribuições a recolher		**1.448**	1.378
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	12	**5.859**	8.632
PIS e COFINS diferidos	13	**5.071**	4.469
Encargos setoriais		**1.264**	779
Outras contas a pagar		**3.145**	1.242
Total do passivo circulante		**47.999**	44.686
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	**317.923**	333.014
Debêntures	11	**81.364**	78.277
PIS e COFINS diferidos	13	**112.398**	103.902
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	12	**165.294**	154.020
Outros passivos		**1.651**	1.651
Total do passivo não circulante		**678.630**	670.864
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	**89.257**	89.257
Reserva de lucros	16.2	**330.492**	348.197
Total do patrimônio líquido		**419.749**	437.454
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.146.378**	1.153.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros						
	Notas	Capital social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimentos e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**89.257**	**14.005**	**243.123**	**–**	**14.977**	**6.805**	**–**	**368.167**
Lucro liquido do exercício		–	–	–	–	–	–	80.503	80.503
Destinação do lucro									–
Reserva legal		–	3.289	–	–	–	–	(3.289)	–
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	14.717	–	–	(14.717)	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	(3.787)	–	–	–	–	(3.787)
Constituição de reserva para investimentos e expansão		–	–	–	–	4.209	–	(4.209)	–
Dividendos adicionais distribuídos - 2021		–	–	–	–	–	(6.805)	–	(6.805)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(625)	(625)
Dividendos intermediários pagos		–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	57.663	(57.663)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**89.257**	**17.294**	**239.336**	**14.717**	**19.186**	**57.663**	**–**	**437.453**
Dividendos adicionais distribuídos - 2022		–	–	–	–	–	(57.663)	–	(57.663)
Lucro liquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**83.857**	**83.857**
Destinação do lucro									–
Constituição da reserva de incentivos fiscais	16.2 a	–	–	–	17.083	–	–	(17.083)	–
Constituição de reserva legal	16.2 b	–	550	–	–	–	–	(550)	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	15	–	–	–	–	–	–	(662)	(662)
Dividendos intermediários distribuidos	15	–	–	–	–	(6.900)	–	(30.333)	(37.233)
Realização da reserva de lucros a realizar	16.2 c	–	–	(6.003)	–	–	–	–	(6.003)
Constituição de dividendos adicionais propostos	16.2 e	–	–	–	–	–	30.637	(30.637)	–
Constituição de reserva para investimentos e expansão	16.2 d	–	–	–	–	4.592	–	(4.592)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**89.257**	**17.844**	**233.333**	**31.800**	**16.878**	**30.637**	**–**	**419.749**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	–	14.000
Receita de remuneração de ativos de contrato	**150.321**	156.728
Receita de operação e manutenção	**12.732**	6.186
	163.053	176.914
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	–	(74)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(8.371)**	(2.981)
Ativos de contrato - perda de realização	–	(14.603)
	(8.371)	(17.658)
Valor adicionado bruto	**154.682**	159.256
Amortização	**(55)**	(46)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**154.627**	159.210
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**9.965**	7.281
	9.965	7.281
Valor adicionado total a distribuir	**164.592**	166.491
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	**2.448**	2.250
Benefícios	**83**	–
FGTS	**54**	–
	2.585	2.250
Tributos		
Federais	**39.857**	42.088
	39.857	42.088
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**31.321**	37.648
Aluguéis	**73**	5
Outros	**6.899**	3.997
	38.293	41.650
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	**61.632**	625
Lucro liquido do exercício	**22.225**	79.878
	83.857	80.503
Valor adicionado	**164.592**	166.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**83.857**	80.503
Ajuste para:		
Amortização	**55**	46
Margem da receita de construção	–	677
Remuneração de ativos de contrato	**(150.321)**	(156.728)
Receita de operação e manutenção	**(12.732)**	(6.186)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**32.731**	38.974
Rendimentos de aplicações financeiras	**(9.962)**	(7.269)
PIS e COFINS diferidos	**9.098**	10.220
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	**5.873**	3.715
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	**11.274**	15.330
	(30.127)	(20.718)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	**128.069**	121.480
Impostos e contribuições a recuperar	–	(1)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**295**	(4.670)
Ativos de contrato	–	(74)
Adiantamento a fornecedores	**4.636**	(49)
Outros ativos circulantes	**(901)**	(407)
Fornecedores	**103**	512
Impostos e contribuições a recolher	**70**	7
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	**(19)**	755
Encargos setoriais	**485**	357
Outras contas a pagar	**1.903**	(115)
	134.641	117.795
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	**(29.331)**	(48.270)
Impostos de renda e contribuição social pagos	**(6.103)**	(833)
	(35.434)	(49.103)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**69.080**	47.974
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	**46.845**	2.698
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**46.845**	2.698
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	–	22.897
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(14.312)**	(42.143)
Amortização de debêntures	**(422)**	–
Dividendos pagos	**(99.309)**	(6.808)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(114.043)**	(26.054)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.882**	24.618
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**24.777**	159
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**26.659**	24.777
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.882**	24.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	17	**10.225**	16.499
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	17	**130.778**	136.366
Receita operacional líquida		**141.003**	152.865
Custo dos serviços prestados	18	**(9.919)**	(17.214)
Lucro bruto		**131.084**	135.651
Despesas gerais e administrativas	18	**(1.324)**	(1.349)
Outras despesas operacionais, líquidas		**(37)**	(51)
Total de despesas operacionais		**(1.361)**	(1.400)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**129.723**	134.251
Receitas financeiras	19	**9.501**	6.942
Despesas financeiras	19	**(38.220)**	(41.645)
Resultado financeiro		**(28.719)**	(34.703)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**101.004**	99.548
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	**(5.873)**	(3.715)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	**(11.274)**	(15.330)
Impostos sobre o lucro		**(17.147)**	(19.045)
Lucro líquido do exercício		**83.857**	80.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**83.857**	80.503
Total de outros resultados abrangentes	83.857	80.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional. A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3, em 500 (*) kV, com extensão aproximada de 257 (*) quilômetros. (*) Informação não auditada. **1.1. Contrato de concessão.** O Contrato de Concessão nº 013/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser revogado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1.600/2020, com validade pelo período de dez anos, contados a partir de sua assinatura em 17 de dezembro de 2020, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada ao ativo contratual para precificar o ativo contratual.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5 e 11	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 17	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 20	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2. Mensuração do valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis materiais.** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 - Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. **3.1. Receita operacional.** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura.** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M).** A receita de O&M é cumprir é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(c) Remuneração dos ativos da concessão.** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2. Ativos de contrato.** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 5 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.283/0001-66

em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4. Subvenções e assistências governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1. Benefícios fiscais. • SUDENE.** Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo n° 216/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 6 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031. **3.5. Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.5.1. Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.5.2. Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.6. PIS e COFINS diferidos.** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação. **3.7. Instrumentos financeiros. 3.7.1. Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2. Classificação e mensuração subsequente. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.
(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3. Desreconhecimento.** (a) **Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. (b) **Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4. Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Capital social. 3.8.1. Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.9. Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10. Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.10.1. Novas normas, alterações e interpretações.** O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50				
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20				
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 - Contratos de seguro; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 32 - Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; e CPC 49 - Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21				
Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) - Ativo intangível; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 28 - Propriedade para investimento; CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) -Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 - Receita de contrato com cliente; CPC 48 - Instrumentos financeiros; e CPC 50 - Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia
Alteração no IFRS 16				
O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and laseback	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

3.10.2. Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)				
Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante				
Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação)				
Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	IFRS 7/IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Medida Provisória n° 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento				
O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.

4. Assuntos regulatórios. A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP (Receita Anual de Permitida) é de R$ 119.154, homologada pela REH nº 3.216/2023. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,42% a RAP.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	9	13
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**26.650**	24.764
Total	**26.659**	**24.777**

(a) Referem-se a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 102,91% a.a. do CDI (101,92% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Circulante		
Fundos de investimentos (a)	**19.540**	–
Cotas de fundos de investimento	**–**	57.408
Total circulante	**19.540**	57.408
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	**10.648**	9.663
Total não circulante	**10.648**	9.663
Total	**30.188**	67.071

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas; e (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,46% a.a. do CDI (100,77% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022). **7. Partes relacionadas.** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2023 Ativo (passivo)	2023 Efeito no resultado receita (despesa)	2022 Ativo (passivo)	2022 Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**117**	**–**	114	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**213**	**–**	196	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**87**	**–**	90	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**75**	**–**	76	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	**243**	**–**	201	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	**12**	**–**	12	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**221**	**–**	198	–
Total		**968**	**–**	887	–
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico				–	–
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**7**	**15**	–	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**66**	**20**	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**3**	**6**	–	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**5**	**10**	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**4**	**8**	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	**1**	**1**	–	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	**–**	**1**	–	–
Total		**86**	**61**	–	–
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	**(4)**	**(14)**	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(d)	**(300)**	**(300)**	(300)	(300)
Total		**(304)**	**(314)**	(302)	(312)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(99)**	**(329)**	(86)	(319)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(12)**	**(129)**	(26)	(110)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(11)**	**(61)**	(24)	(47)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(10)**	**(41)**	(10)	(40)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**(10)**	**(46)**	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	**(3)**	**(10)**	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	**(1.211)**	**(281)**	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	**–**	**(1)**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A (INTESA)	(b)	**(1)**	**(2)**	–	(1)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	**(1.208)**	**(3.824)**	(724)	(1.708)
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(e)	**–**	**(416)**	(167)	–
Total		**(2.565)**	**(5.140)**	(1.038)	(2.226)
Mútuos					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(f)	**–**	**–**	–	(925)
Total		**–**	**–**	–	(925)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	**(6.665)**	**–**	(4.412)	–
Total		**(6.665)**	**–**	(4.412)	–

(a) Valores referem-se a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; e) em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial Energia S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (f) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. no montante de R$ 50.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020. O montante foi líquido em 09 de abril de 2022, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.2 - Movimentação dos empréstimos; e (g) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 15 - Dividendos a pagar. **7.1. Remuneração de pessoal-chave da administração.** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhado para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R$ 133 (R$ 221 em 31 de dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. **7.2. Garantias e fianças.** A Equatorial Energia S.A. (1) e Equatorial Transmissão S.A. (2), parte relacionada e controladora da Companhia, respectivamente, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus(*) nos contratos de financiamentos, debêntures e apólices de seguros, conforme abaixo listados:

Garantias	Valor Garantido	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2023 (b)
1ª Emissão Debêntures (1)	66.000	100	23/05/2019	15/04/2039	66.000	**82.841**
Banco do Nordeste (BNB) (2)	355.977	100	22/02/2019	15/01/2039	353.165	**333.846**
Apólices de seguros (1)	170	100	03/02/2021	03/02/2023	N/A	**N/A**
	422.147				419.165	**416.687**
Fianças (a)						
Fiança ABC (2)	30.000	100	22/08/2022	22/08/2024	N/A	**N/A**
Fiança Alfa (2)	61.916	100	14/02/2022	14/02/2024	N/A	**N/A**
Fiança Bradesco (2)	242.144	100	15/07/2022	26/10/2025	N/A	**N/A**
Intesa Sanpaolo (2)	22.897	100	16/05/2022	16/05/2024	N/A	**N/A**
	356.957					

(a) As fianças bancárias garantem o saldo do BNB; e (b) Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação. (*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.
8. Ativos de contrato. Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	1.030.737	**12.732**	**150.321**	**(130.845)**	**1.062.945**
Total	1.030.737	**12.732**	**150.321**	**(130.845)**	**1.062.945**
Circulante	124.463				**131.914**
Não Circulante	906.274				**931.031**

	2021	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	Perda de realização (d)	2022
Ativos de contrato em serviço	990.041	**20.186**	**156.728**	**(121.615)**	**(14.603)**	**1.030.737**
Total	990.041	**20.186**	**156.728**	**(121.615)**	**(14.603)**	**1.030.737**
Circulante	115.258					**124.463**
Não Circulante	115.258					**906.274**

(a) O saldo decorre da contrapartida de Receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 17 - Receita operacional líquida; (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento; e (d) Variações entre a margem orçada versus a margem realizada proveniente principalmente dos efeitos de revisão tarifária periódica, efeitos inflacionários do exercício e variação nos custos operacionais.

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 5 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.283/0001-66

9. Fornecedores. Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Materiais e serviços (a)	**6.833**	6.733
Partes relacionadas- nota explicativa nº 7	**304**	302
Encargos de uso da rede elétrica	**10**	9
Total	**7.147**	7.044

(a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão. **10. Empréstimos e financiamentos. 10.1. Composição dos saldos**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2023 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,57%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	**16.042**	**319.605**	**335.647**
Subtotal			**16.042**	**319.605**	**335.647**
(-) Custo de captação	–	–	**(119)**	**(1.682)**	**(1.801)**
Total empréstimos e financiamentos			**15.923**	**317.923**	**333.846**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2022 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,57%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	15.835	334.815	350.650
Subtotal			15.835	334.815	350.650
(-) Custo de captação	–	–	(119)	(1.801)	(1.920)
Total empréstimos e financiamentos			15.716	333.014	348.730

10.2. Movimentação dos empréstimos

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.716	333.014	348.730
Encargos	**24.636**	–	**24.636**
Transferências	**15.091**	**(15.091)**	–
Amortizações de principal	**(14.312)**	–	**(14.312)**
Pagamento de juros	**(25.327)**	–	**(25.327)**
Custo de captação (a)	**119**	–	**119**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**15.923**	**317.923**	**333.846**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.794	331.031	381.825
Ingressos	–	22.897	22.897
Encargos	34.067	(3.618)	30.449
Transferências	17.296	(17.296)	–
Amortizações de principal	(42.143)	–	(42.143)
Pagamento juros	(44.417)	–	(44.417)
Custo de captação (a)	119	–	119
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.716	333.014	348.730

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição. **10.3. Cronograma de amortização da dívida.** Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	**15.923**	**5%**
2025	**16.054**	**5%**
2026	**16.879**	**5%**
2027	**17.342**	**5%**
2028	**17.418**	**5%**
Até 2039	**251.912**	**76%**
Subtotal	**319.605**	**96%**
Custo de captação (Não circulante)	**(1.682)**	**-1%**
Não circulante	**317.923**	**95%**
Total	**333.846**	**100%**

10.4. *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. **11. Debêntures: 11.1. Movimentação das debêntures:** A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.014	78.277	79.291
Encargos	**4.020**	–	**4.020**
Transferências	**463**	**(463)**	–
Amortizações de principal	**(422)**	–	**(422)**
Pagamento de juros	**(4.004)**	–	**(4.004)**
Variação monetária	**209**	**3.550**	**3.759**
Custo de captação (a)	**197**	–	**197**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.477**	**81.364**	**82.841**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	578	74.160	74.738
Encargos	3.880	–	3.880
Transferência	133	(133)	–
Pagamento de juros	(3.853)	–	(3.853)
Variação monetária	79	4.250	4.329
Custo de captação (a)	197	–	197
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.014	78.277	79.291

Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

11.2. Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2023 Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Única	66.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	**1.477**	**81.364**	**82.841**
						Total	**1.477**	**81.364**	**82.841**

(1) Emissão pública de debêntures simples
(3) Não conversíveis em ações
(4) Espécie quirografária
(5) Debêntures incentivadas
(6) Garantia adicional fidejussória

(a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

11.3. Cronograma de amortização da dívida: As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2023 Valor	%
Circulante	**1.477**	**2%**
2025	**1.709**	**2%**
2026	**2.564**	**3%**
2027	**3.418**	**4%**
2028	**4.273**	**5%**
Até 2039	**72.212**	**87%**
Subtotal	**84.176**	**101%**
Custo de captação (não circulante)	**(2.812)**	**-3%**
Total não circulante	**81.364**	**98%**
Total debêntures	**82.841**	**100%**

11.4. *Covenants:* As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023; (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados entre 31 de dezembro de 2023.

Covenants	**Debêntures**
Dívida líquida/EBITDA Companhia: <=4,5	3,2
Dívida líquida/EBITDA Fiadora: <=5,0	4,7

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. **12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. 12.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023 IRPJ	2023 CSLL	2022 IRPJ	2022 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	**101.004**	**101.004**	99.548	99.548
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	**25.251**	**9.090**	24.887	8.959
Adições:				
Custo de construção – CPC 47			3.669	1.321
Remuneração e RAP - Ativos de contrato (a)	**27.232**	**9.804**	25.301	9.108
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	**6**	**2**	–	–
Outras provisões permanentes	**51**	**18**	–	–
Total de adições [B]	**27.289**	**9.824**	28.970	10.429
Exclusões:				
Receita de ativos de contrato - CPC 47	**(35.306)**	**(12.710)**	(39.072)	(14.065)
Outras exclusões	**(47)**	–	(45)	(16)
Outras exclusões permanentes	**(104)**	**(29)**	(23)	–
Total das exclusões (C)	**(35.457)**	**(12.739)**	(39.140)	(14.081)
Compensações:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	–	**(302)**	–	(1.592)
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental (E) (b)	**(17.083)**	–	(14.717)	–
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	–	**(5.873)**	–	3.715
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	**(8.067)**	**(3.207)**	10.101	5.229
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	**(8.067)**	**(9.080)**	10.101	8.944
Alíquota efetiva	**8%**	**9%**	10%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017, onde discorre a respeito do diferimento da tributação do lucro sobre os ativos financeiros; e (b) Ver nota explicativa nº. 3.4.1 - Benefícios fiscais. **12.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

	2022	2023 Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	5.261	–	**5.261**	**5.261**	–
Base negativa de CSLL	302	**(302)**	–	–	–
Custo/Receita de construção - CPC 47	(159.583)	**(10.980)**	**(170.563)**	–	**(170.563)**
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	–	**8**	**8**	**8**	–
Total	(154.020)	**(11.274)**	**(165.294)**	**5.269**	**(170.563)**

12.3. Movimentação de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.995
IRPJ e CSLL correntes do exercício	3.715
Tributos retidos/antecipações IR/CSLL	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.632
IRPJ e CSLL correntes do exercício	**5.873**
Reclassificação de IRPJ e CSLL	**(2.524)**
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	**(6.103)**
Tributos retidos IRPJ e CSLL	**(19)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.859**

12.4. Expectativa de recuperação - Prejuízo fiscal e base negativa: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2025, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2024	2025	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	**4.167**	**1.102**	**5.269**

13. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	–	14.000
Receita de ativos de contrato no exercício	**150.321**	156.728
Perda na realização dos ativos de contrato	–	(14.603)
	150.321	156.125
PIS / COFINS sobre as receitas no exercício (9,25%) (i) / (a)	**13.906**	14.442
Amortização de PIS/COFINS (ii)	**(4.808)**	(4.222)
Saldo no início do exercício (iii)	**108.371**	98.151
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	**117.469**	108.371
Circulante	**5.071**	4.469
Não circulante	**112.398**	103.902

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da receita (RAP) mensal. **14. Provisão para riscos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade foi classificada como possível é de R$ 1.002 (R$ 927 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue: **14.1. Cível:** A Companhia figura como ré em 3 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (3 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais, referem-se à servidão de passagem e irregularidade registral. Em 31 de dezembro de 2023, dentre os processos com expectativa de perda possível, destaca-se como mais relevante o processo nº 8001074-29.2020.8.05.0036, de servidão de passagem no montante de R$ 932 (R$ 863 em 31 de dezembro 2022). **15. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**83.857**	80.503
(-) Reserva legal	**(550)**	(3.287)
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(17.083)**	(14.762)
Lucro líquido ajustado	**66.224**	62.454
Dividendos mínimos obrigatórios	**663**	625
Realização da Reserva de lucros a realizar - dividendos mínimos	**6.003**	3.787
Dividendos intermediários pagos	**37.233**	–
Dividendos adicionais propostos	**30.636**	57.663
Total dividendos	**74.535**	**62.075**

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	3
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	6.805
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	625
Dividendos da reserva de lucro a realizar	3.787
Pagamento de dividendos no exercício	(6.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.412
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	**57.663**
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	**663**
Dividendos intermediários distribuídos	**37.233**
Dividendos da reserva de lucro a realizar	**6.003**
Pagamento de dividendos no exercício	**(99.309)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.665**

16. Patrimônio líquido. 16.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia totalmente integralizado é de R$ 89.257. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital está representado por 89.256.948 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 100.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.
16.2. Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva legal	(a)	**17.844**	17.294
Reserva de incentivos fiscais	(b)	**31.800**	14.717
Reserva de lucros a realizar	(c)	**233.333**	239.336
Reserva para investimento e expansão	(d)	**16.878**	19.187
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	**30.637**	57.663
Total		**330.492**	348.197

a. Reserva de incentivos fiscais: A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 31.800 (R$ 14.717 em 31 de dezembro de 2022), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real. **b. Reserva legal:** É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal corresponde a R$ 17.844 (R$ 17.294 em 31 de dezembro de 2022). **c. Reserva de lucros a realizar:** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R$ 233.333 (R$ 239.336 em 31 de dezembro de 2022,). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP. **Movimentação da reserva de lucros a realizar**

	2023	2022
Saldo inicial em 1° de janeiro	239.336	243.123
Constituição	–	–
Realização	**(6.003)**	(3.787)
Saldo final em 31 de dezembro	**233.333**	239.336

d. Reserva para investimento e expansão: Reserva estatuária prevista no Art. 33, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva para investimento e expansão é de R$ 16.878 (Em 31 de dezembro de 2022, R$ 19.186). **e. Reserva de dividendos adicionais propostos:** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado na nota explicativa nº 22 - Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R$ 30.637 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 57.663 em 31 de dezembro de 2022). **17. Receita operacional líquida**

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	–	14.000
Receita de operação e manutenção (b)	**12.732**	6.186
	12.732	20.186
Deduções da receita		
PIS/COFINS corrente	**(885)**	(755)
PIS/COFINS diferidos	–	(1.296)
Encargos do consumidor (c)	**(1.622)**	(1.636)
	(2.507)	(3.687)
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	**10.225**	16.499
Receita de remuneração de ativos de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	**150.321**	156.728
PIS/COFINS corrente	**(10.445)**	(5.865)
PIS/COFINS diferidos	**(9.098)**	(14.497)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	**130.778**	136.366
Receita operacional líquida	**141.003**	152.865

(a) A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra e início da operação; (b) O aumento da receita de operação e manutenção é reflexo do crescimento do custo realizado em 2023, somado a variação de margem de operação que está diretamente ligada à eficiência na operação; (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e (d) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 8 - Ativos de contrato. **17.1. Margens das obrigações de performance**

	2023	2022
Implementação e melhoria de infraestrutura		
Receita (líquida de PIS e COFINS diferidos)	–	12.705
Perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	–	(13.252)
	–	(547)
Custo	–	(74)
Margem (R$)	–	(621)
Margem percebida (%) (*)	–	113,53%
Margem orçada no início do contrato	–	43,89%
Operação e manutenção		
Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos	**12.732**	5.614
Custo	**(9.919)**	(3.888)
Margem (R$)	**2.813**	1.726
Margem percebida (%) (**)	**22,09%**	30,74%
Margem orçada no início do contrato	**43,89%**	43,89%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria da infraestrutura considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de construção e compreende apenas o ano de 2022. (**) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de operação.
18. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

2023	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	**(2.134)**	**(21)**	**(2.155)**	**(626)**
Material	–	**(179)**	–	**(179)**	–
Serviços de terceiros (a)	–	**(7.181)**	**(280)**	**(7.461)**	**(556)**
Arrendamento e aluguéis	–	**(69)**	–	**(69)**	**(4)**
Amortização do ativo intangível	–	–	**(55)**	**(55)**	–
Outros	–	–	–	–	**(138)**
Total	–	**(9.563)**	**(356)**	**(9.919)**	**(1.324)**

2022	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	(1.799)	(7)	(1.806)	(450)
Material	(16)	(126)	–	(142)	–
Serviços de terceiros	(23)	(1.494)	(364)	(1.881)	(851)
Arrendamento e aluguéis	–	–	(2)	(2)	(3)
Amortização do ativo intangível	–	–	(46)	(46)	–
Variações das margens dos ativos de contrato	–	–	(13.252)	(13.252)	–
Outros	(35)	–	(50)	(85)	(45)
Total	(74)	(3.419)	(13.721)	(17.214)	(1.349)

(a) O aumento nos custos de serviço de terceiros é referente a custos sobressalentes, ocorridos em dezembro de 2023, decorrentes dos danos e da necessidade de substituição de transformador de potencial, chave seccionadora e para-raio. Como para esse tipo de evento não existe REA, os custos são considerados como OPEX.
19. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	**9.962**	7.269
Variação monetária e cambial da dívida	–	12
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(464)**	(339)
Outras receitas financeiras	**3**	–
Total de receitas financeiras	**9.501**	6.942
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (a)	**(27.562)**	(33.319)
Variação monetária da dívida	**(3.759)**	(4.329)
Despesas financeira com P&D	**(136)**	(59)
Juros, multas s/ operação de energia	**(2)**	(1)
Outras despesas financeiras (b)	**(6.761)**	(3.937)
Total de despesas financeiras	**(38.220)**	**(41.645)**
Resultado financeiro líquido	**(28.719)**	**(34.703)**

(a) A redução nos encargos da dívida ocorreu em função da variação do IPCA, que acumulou em 2022, a taxa de 5,79%, e acumulou em 2023, a taxa de 4,62%; e (b) A variação nos saldos se deu em favor da assinatura do Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), em 16 de setembro de 2022, entre a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial Energia S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos, ocasionando assim, o aumento de outras despesas financeiras em 31 de dezembro de 2023. **20. Instrumentos financeiros. 20.1. Considerações gerais:** A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debênture e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo dívida líquida sobre EBITDA. **20.2 Política de utilização de derivativos:** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **20.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **a) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023 Contábil	2023 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	**26.659**	**26.659**	**24.777**	**24.777**
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**30.188**	**30.188**	**67.071**	**67.071**
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	**14.828**	**14.828**	**12.052**	**7.565**
Total do ativo			**71.675**	**71.675**	**103.900**	**99.413**

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2022 Contábil	2022 Mercado	2022 Contábil	2022 Mercado
Fornecedor	–	Custo amortizado	**7.147**	**7.147**	**7.044**	**7.044**
Empréstimos e financiamentos	–	Custo amortizado	**333.846**	**335.646**	**348.730**	**350.651**
Debêntures	–	Custo amortizado	**82.841**	**104.167**	**79.291**	**59.538**
Total do passivo			**423.834**	**446.960**	**435.065**	**417.233**

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais; **Aplicações financeiras** - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; **Contas a receber** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável; **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado; **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e **Debêntures** - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA e B3. **20.4. Gerenciamento dos riscos financeiros:** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 5 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.283/0001-66

e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 30.567 (R$ 24.777 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de r*ating Fitch Ratings e Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber:** O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão RAP é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência. **a) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 10 - Empréstimos e financiamentos e nº 11 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

	2023						
	Valor Contábil (*)	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	333.846	508.809	6.077	29.312	34.609	101.223	337.588
Títulos de dívida emitidos com garantia	82.841	202.782	–	6.876	7.952	30.362	157.592
Fornecedores	7.147	7.147	7.147	–	–	–	–
Total passivos financeiros derivativos	423.834	718.738	13.224	36.188	42.561	131.585	495.180

(*) os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação. Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. **b) Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros — Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras e Investimentos de prazo	CDI	56.838	62.545	63.971	65.398	61.118	59.691
Impacto no resultado				1.427	2.853	(1.427)	(2.853)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(421.497)	(448.136)	(454.795)	(461.455)	(441.476)	(434.816)
Impacto no resultado				(6.660)	(13.319)	6.660	13.319
Impacto líquido no resultado				(5.233)	(10.466)	5.233	10.466

Referência para ativos e passivos inanceiros	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (% 12 meses)	6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3.

c) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 11 - Debêntures. **d) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. **e) Riscos regulatórios e operacionais:** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 - Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão.

O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das ocorrências comentadas acima. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia. **f) Riscos ambientais:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscientização ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **g) Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **21. Demonstração dos fluxos de caixa. 21.1. Transações não envolvendo caixa:** O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	57.663
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	663
Dividendos intermediários distribuídos	37.233
Realização da reserva de lucros a realizar	6.003
Total	**101.562**

21.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	348.730	(14.312)	(25.327)	24.755	333.846
Debêntures	79.291	(422)	(4.004)	7.976	82.841
Dividendos a pagar	4.412	(99.309)	–	101.562	6.665
Totais	432.433	(114.043)	(29.331)	134.293	423.352

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas. **22. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais:** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 30.637, decorrentes do resultado do exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Augusto Miranda da Paz Júnior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, José Silva Sobral Neto. **DIRETORIA EXECUTIVA:** Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro / Relação com os Investidores; Cristiano de Lima Logrado - Diretor; Ailton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor.
Geovane Ximenes de Lira - Gerente de Contabilidade e Tributos - Contador - CRC PE 012996-O-3 S-DF.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.** Brasília - Distrito Federal. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Mensuração de ativos contratuais de transmissão. Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R$ 1.062.945 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Controles gerais de tecnologia de informação: A Companhia, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** *Demonstração do valor adicionado*. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

PESQUISA

70% não conhecem a gravidade da gripe

Cerca de 70% dos brasileiros não sabem que a gripe, causada pelo vírus influenza, pode agravar doenças pré-existentes, como diabetes tipo 2, e causar complicações cardiovasculares, como acidente vascular cerebral (AVC) e enfarte. Além disso, seis em cada dez brasileiros desconhecem o alto grau de impacto que a gripe pode ter em órgãos vitais, como pulmão, coração e cérebro, principalmente em idosos.

Esses dados fazem parte de um novo levantamento realizado pela farmacêutica Sanofi em parceria com a ALS Perception, em fevereiro de 2024. Com base em uma amostra de 2 mil entrevistas, feitas através de questionários digitais com brasileiros a partir de 40 anos, de todas as regiões e classes sociais do país, a pesquisa analisou o conhecimento da população sobre a vacina e dos perigos da gripe. A pesquisa têm margem de erro de 2,2%.

Apesar de 84% dos participantes afirmarem que sabiam dos riscos potenciais de não tomar a vacina contra a gripe, quando questionados sobre quais seriam esses riscos, a porcentagem despencou.

Em relação aos riscos mais genéricos, como "sintomas debilitantes", a taxa de conhecimento caiu para menos da metade. Em relação aos perigos mais específicos, como os relacionados aos órgãos vitais, ao agravamento de doenças pré-existentes e às complicações cardiovasculares, o cenário foi ainda pior.

A pesquisa evidenciou o desconhecimento em relação à vacinação de forma geral, especialmente quando o público-alvo era o de idosos. De acordo com o levantamento, sete em cada dez brasileiros responsáveis pela imunização de pessoas com mais de 60 anos afirmaram não saber quais vacinas eles deveriam tomar. Além disso, quase 25% dos entrevistados revelaram não conhecer a existência de uma vacina da gripe específica para os indivíduos mais velhos.

Os idosos fazem parte do grupo de risco para a gripe, ou seja, eles têm uma maior probabilidade de desenvolver complicações em decorrência da doença.

LIADINORAH

@liadinorah
liadinorahjornalista@gmail.com

AESTHETIC & ANTI-AGING MEDICINE WORLD CONGRESS

O AMWC é um congresso multidisciplinar sobre a gestão global da idade: Dermatologia estética, cirurgia plástica, medicina estética e preventiva e Spa Médico, que acontece todo ano em várias regiões do mundo. O principal e mais disputado foi realizado em Mônaco, na última semana, reunindo profissionais de todo o planeta, tendo sumidades como palestrantes. A dra. Danielle Dias, da Clínica White, presente no evento, contou em primeira mão para esta coluna que no Grimaldi Forum, em Montecarlo, aconteceram os aguardados lançamentos em rejuvenescimento e foram reveladas as tendências em materiais e tecnologias para estética facial e corporal. A grande novidade apresentada na conferência foi os exossomos, que são vesículas mensageiras que transportam informações genéticas e proteínas para as células. Esses ativos promovem uma renovação celular diferenciada com enorme poder regenerativo, que acelera os processos de cicatrização, formação de novo colágeno e rejuvenescimento geral.

PARABÉNS

Todos os grandes desejos começam no coração. E de coração eu desejo um feliz aniversário para as queridas e amadas Gislene Borges e Wrilene Limongi, que assopram velinhas neste sábado. Que os festejos sejam em grande estilo, cercadas de seus familiares e recebendo os cumprimentos dos inúmeros amigos.

Networking

Convidadas especiais, palestras envolventes, dinâmicas em grupo, entretenimento e gastronomia marcam o evento "Mulheres que Lideram", que será realizado neste sábado, na Asbac. A programação será intercalada por café da manhã, almoço e coquetel assinado por Renata La Porta.

Mundo gamer

Desta sexta a domingo, o Pátio Brasil sedia mais uma edição do IGXP 2024: o evento gamer mais interativo e tecnológico de Brasília.

Sanfona

Imperdível o musical infantil baseado na vida do saudoso Luiz Gonzaga, o eterno rei do baião. Espetáculo para ser visto por toda a família, que traz uma fábula de amor inocente, embalado por grandes sucessos do músico, como "Asa Branca", "Baião", "O Xote das Meninas", "Olha Pro Céu", entre outros. Entra em cartaz hoje e segue até o dia 7, no Teatro Unip.

Vernissage

"Modos de Mergulho: Livre, Autônomo e Profundo" é a exposição individual que a artista brasiliense Marina Saback inaugura, às 19h, no Espaço Cultural Renato Russo. A mostra reúne séries autorais, que combinam arte abstrata com a estética das imagens nas mídias contemporâneas.

RAICE CABRAL

Nossa correspondente na França
instagram: @mytastytravel

O melhor vinho branco do mundo

O finalista do prestigiado concurso internacional "O Mundial de Vinhos Brancos" foi revelado no último dia 18. E quem levou o prêmio foi o Domaine Ruhlmann-Schutz em Dambach-la-Ville (Alsácia), com o seu Gewurztraminer, colheita tardia de 2021. O vinho obteve a pontuação de 96/100 e foi o primeiro colocado dentre os 651 vinhos da prova. 40% dos apresentados no concurso foram da Alsácia e 60% de outros lugares da França e de 20 países ao redor do mundo. O júri foi composto por 70 especialistas (sommeliers, enólogos e jornalistas especializados) originários de 26 países.

Michelin França 2024

No mesmo dia também foram reveladas as estrelas do famoso Guia Michelin da França. Esta edição 2024 tem novos ares com 72 restaurantes premiados, um terço dos quais tem menos de um ano de existência e mais da metade são dirigidos por chefs com menos de 40 anos. Um número recorde de 52 novos restaurantes com sua primeira estrela, a maioria dos agraciados está em Paris e no sul da França. Com 639 restaurantes estrelados, a França continua sendo o destino com mais mesas premiadas do mundo.

Fabien Ferré triplamente estrelado

Aos 35 anos, Fabien Ferré se torna o mais jovem chef francês a conquistar três estrelas do Guia Michelin de uma só vez! Fato raro na história do guia vermelho. Ferré está no comando do restaurante La Table du Castellet, num luxuoso hotel spa de cinco estrelas entre Toulon e Marselha, na Provence. A França conta agora com 30 mesas três estrelas.

Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.173/0001-02

www.equatorialenergia.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 06"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R$ 1,184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Janaúba 3 – Presidente Juscelino C2, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 330 quilômetros. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 16 municípios dos Estados de Minas Gerais: Janaúba, Francisco Sá, Montes Claros, Juramento, Glaucilândia, Guaraciama, Bocaiúva, Olhos d'Água, Engenheiro Navarro, Joaquim Felício, Buenópolis, Augusto de Lima, Santo Hipólito, Monjolos, Gouveia e Presidente Juscelino. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a Receita Anual de Permitida (RAP) da Companhia é de R$ 147,75 milhões, atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Andamento do Projeto.** A SPE 06 está com todos os seus ativos em Operação desde 2021, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras foram concluídas em 05 de março de 2021, mas havia pendências impeditivas de terceiros para energização. A pendência foi sanada no final de novembro de 2021 e a obra entrou em Operação Comercial em 25 de novembro de 2021 confirmando 100% da Receita prevista. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2023 totalizaram R$ 741,9 mil. Os desembolsos foram concentrados na finalização das obras, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R$ 173,91 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos foi de R$ 5,7 milhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R$ 168,49 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 42,68 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R$ 27,42 milhões. **Benefícios Fiscais.** Em 22 de dezembro de 2021, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) emitiu o Laudo Constitutivo nº 105/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 6 SPE S.A o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2022 a 2031. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R$ 98,33 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 564,65 milhões. As dívidas da SPE 06 têm 4,45% de vencimentos no curto prazo.

Relacionamento com auditores externos: A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira, Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva: Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Ailton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor.
Geovane Ximenes de Lira - **Superintendente de Contabilidade e Tributos -** Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**53.586**	48.463
Aplicações financeiras	6	**122.041**	59.018
Contas a receber de clientes		**19.248**	14.979
Serviços pedidos		**774**	371
Impostos e contribuições a recuperar		**403**	403
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**8.420**	10.303
Intangível		**2**	3.159
Outras contas a receber		**3.716**	1.363
Ativos de contrato	8	**173.095**	154.684
Total do ativo circulante		**381.285**	292.743
Não circulante			
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**54**	482
Intangível		**1.280**	1.335
Ativos de contrato	8	**1.152.299**	1.131.298
Total do ativo não circulante		**1.153.633**	1.133.115
Total do ativo		**1.534.918**	1.425.858

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	9	**11.219**	11.706
Empréstimos e financiamentos	10	**25.112**	23.803
Dividendos a pagar	13	**9.024**	7.123
Impostos e contribuições a recolher		**1.450**	1.377
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	11	**4.695**	9.140
PIS e COFINS diferidos	12	**6.274**	5.501
Encargos setoriais		**1.502**	910
Outras contas a pagar		**3.301**	1.402
Total do passivo circulante		**62.577**	60.962
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	**539.542**	537.921
PIS e COFINS diferidos	12	**139.068**	127.891
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	**235.379**	215.436
Outras contas a pagar		**1.651**	1.651
Total do passivo não circulante		**915.640**	882.899
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	**104.770**	104.770
Reserva de lucros	14.2	**451.931**	377.227
Total do patrimônio líquido		**556.701**	481.997
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.534.918**	1.425.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	15	**5.989**	31.105
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	15	**167.917**	159.371
Receita operacional líquida		**173.906**	190.476
Custo dos serviços prestados	16	**(4.472)**	(24.840)
Lucro bruto		**169.434**	165.636
Despesas gerais e administrativas	16	**(1.250)**	(1.180)
Outras (receitas) despesas / operacionais, líquidas		**250**	(42)
Total de receitas (despesas) operacionais		**(1.000)**	(1.222)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**168.434**	164.414
Receitas financeiras	17	**16.661**	15.184
Despesas financeiras	17	**(59.339)**	(60.973)
Resultado financeiro		**(42.678)**	(45.789)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**125.756**	118.625
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	**(7.481)**	(7.870)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	**(19.943)**	(21.751)
Impostos sobre o lucro		**(27.424)**	(29.621)
Lucro líquido do exercício		**98.332**	89.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**98.332**	89.004
Total de outros resultados abrangentes	**98.332**	89.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

			Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimentos e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**104.770**	**19.138**	**330.411**	–	**26.521**	**6.691**	–	**487.531**
Dividendos adicionais propostos 2021		–	–	–	–	–	(6.691)	–	(6.691)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	**89.004**	**89.004**
Destinação do lucro									–
Constituição de reserva legal		–	1.568	–	–	–	–	(1.568)	–
Constituição da reserva de incentivos fiscais		–	–	–	10.612	–	–	(10.612)	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	(6.355)	–	–	–	–	(6.355)
Constituição de reserva para investimentos e expansão		–	–	–	–	15.468	–	(15.468)	–
Dividendos adicionais propostos 2022		–	–	–	–	–	6.385	(6.385)	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(768)	(768)
Dividendos intermediários pagos		–	–	–	–	(26.521)	–	(54.203)	(80.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**104.770**	**20.706**	**324.056**	**10.612**	**15.468**	**6.385**	–	**481.997**
Dividendos adicionais propostos 2022		–	–	–	–	–	**(6.385)**	–	**(6.385)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	**98.332**	**98.332**
Destinação do lucro									
Constituição da reserva de incentivos fiscais	14.2 a	–	–	–	**15.229**	–	–	**(15.229)**	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	13	–	–	–	–	–		**(831)**	**(831)**
Dividendos intermediários pagos	13	–	–	–	–	–	–	**(8.219)**	**(8.219)**
Realização da reserva de lucros a realizar	14.2 c	–	–	**(8.193)**	–	–	–	–	**(8.193)**
Constituição de dividendos adicionais propostos	14.2 e	–	–	–	–	–	**30.684**	**(30.684)**	–
Constituição de reserva para investimentos e expansão	14.2 d	–	–	–	–	**43.369**	–	**(43.369)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**104.770**	**20.706**	**315.863**	**25.841**	**58.837**	**30.684**	–	**556.701**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**98.332**	89.004
Ajuste para:		
Amortização do intangível	**55**	46
Margem da receita de construção	–	(2.006)
Remuneração dos ativos de contrato	**(193.288)**	(183.875)
Receita de operação e manutenção	**(8.936)**	(16.832)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**53.426**	59.084
Rendimentos de aplicações financeiras	**(17.468)**	(15.918)
PIS e COFINS diferidos	**11.950**	12.033
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	**7.481**	7.870
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	**19.943**	21.751
	(28.505)	(28.843)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	**158.543**	153.908
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**1.967**	(1.522)
Ativos de contrato	–	(472)
Adiantamento a fornecedores	**3.157**	(58)
Outros ativos circulante	**(2.756)**	(343)
Fornecedores	**(487)**	(1.373)
Impostos e contribuições a recolher	**73**	(321)
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	**(2.790)**	(1.468)
Encargos setoriais	**592**	415
Outras contas a pagar	**1.899**	(57)
	160.198	148.709
Juros pagos de empréstimos, financiamentos	**(27.251)**	(11.334)
Impostos de renda e contribuição social pagos	**(8.792)**	(6.026)
	(36.043)	(17.360)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**95.650**	102.506
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
(Aplicação) resgate sobre aplicações financeiras	**(45.555)**	37.565
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**(45.555)**	37.565
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	–	4.897
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(23.245)**	(9.234)
Dividendos pagos	**(21.727)**	(87.421)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(44.972)**	(91.758)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**5.123**	48.313
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**48.463**	150
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**53.586**	48.463
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**5.123**	48.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	–	19.206
Receita de remuneração de ativo de contrato	**193.288**	183.875
Receita de operação e manutenção	**8.936**	16.832
Outras receitas	–	127
	202.224	220.040
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	–	(472)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(3.061)**	(7.614)
Ativos de contrato - perda de realização	–	(16.728)
	(3.061)	(24.814)
Valor adicionado bruto	**199.163**	195.226
Amortização	**(55)**	(46)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**199.108**	195.180
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**17.473**	15.924
	17.473	15.924
Valor adicionado total a distribuir	**216.581**	211.104
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	**2.298**	2.706
	2.298	2.706
Tributos		
Federais	**56.607**	58.378
	56.607	58.378
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**53.426**	59.084
Aluguéis	**5**	43
Outros	**5.913**	1.889
	59.344	61.016
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	**39.734**	61.356
Lucro retido	**58.598**	27.648
	98.332	89.004
Valor adicionado	**216.581**	211.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: (a) Linha de Transmissão Janaúba 3 – Presidente Juscelino C2, em 500 kV(*), com extensão aproximada de 330(*) quilômetros. A Companhia tem prazo de duração 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. (*) Informação não auditada. **1.1 Contrato de concessão.** O Contrato de Concessão nº 014/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1605/2021, com validade até 11 de fevereiro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2024. **2.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	nº 3.2 e 8	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	nº 3.5.2 e 10	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	nº 3.1 e 15	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	nº 3.7 e 18	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

2.4.2 Mensuração do valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 18 – Instrumentos Financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 – Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. **3.1 Reconhecimento da receita.** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura.** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(b) Receita de operação e manutenção (O&M).** A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(c) Remuneração dos ativos da concessão.** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2 Ativos de contrato.** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) implementação e melhoria de infraestrutura (I&M); e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 6 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.173/0001-02

anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **3.4 Subvenções e assistências governamentais.** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício, objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.4.1 Benefícios fiscais. • SUDENE.** Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 216/2021, que outorga à Equatorial Transmissora 6 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2022 até o ano de 2031. **3.5 Imposto de renda e contribuição social.** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia. **3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente.** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido.** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.6 PIS e COFINS diferidos.** Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração dos ativos de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP apenas a entrada em operação. **3.7 Instrumentos financeiros. 3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.7.2 Classificação e mensuração subsequente. (a) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.7.3 Desreconhecimento. (a) Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.7.4 Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8 Capital social. 3.8.1 Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.9 Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº 6.404/76. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "Dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis. 3.10.1 Novas normas, alterações e interpretações.** O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) –Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto nas políticas contábeis da Companhia
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de *sale and laseback*	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

3.10.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
(a) CPC 06 – Arrendamentos - Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações nos CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) Esclarece as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	IFRS 7/IAS 7	26/12/2023	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.
Medida Provisória n° 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	N/A	31/08/2023	N/A	A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para o exercício.

4. Assuntos regulatórios: A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o novo ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP (Receita Anual de Permitida) é de R$ 147.749, homologada pela REH nº 3.216/2023. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,44% a RAP. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	**4.282**	4.096
Equivalentes de caixa (a)		
Avaliação Direta		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**49.304**	44.367
Total	**53.586**	48.463

(a) Referem-se a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 103,64% a.a. (103,54% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	**105.361**	42.499
Recursos vinculados (b)	**16.680**	16.519
Total	**122.041**	59.018

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3); e (b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,46% a.a. (101,26% a.a em 31 de dezembro de 2022). **7. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2023 Ativo (Passivo)	2023 Efeito no resultado receita (Despesa)	2022 Ativo (Passivo)	2022 Efeito no resultado receita (Despesa)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(a)	**145**	–	**141**	–
Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(a)	**264**	–	**243**	–
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(a)	**108**	–	**111**	–
Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(a)	**93**	–	**94**	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	**302**	–	**250**	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	**15**	–	**15**	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**275**	–	**245**	–
Total		**1.202**	–	**1.099**	–
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(b)	**3**	**5**	–	–
Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(b)	**66**	**7**	–	–
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(b)	**1**	**2**	–	–
Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(b)	**2**	**3**	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**1**	**3**	–	–
Total		**73**	**20**	–	–
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	**(4)**	**(14)**	**(2)**	**(12)**
Instituto Equatorial	(d)	**(400)**	**(400)**	**(371)**	**(371)**
Total		**(404)**	**(414)**	**(373)**	**(383)**
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Distribuidora de Energia do Maranhão S.A.	(b)	**(111)**	**(371)**	**(97)**	**(367)**
Equatorial Distribuidora de Energia do Pará S.A.	(b)	**(13)**	**(145)**	**(29)**	**(127)**
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(b)	**(12)**	**(69)**	**(27)**	**(53)**
Equatorial Distribuidora de Energia do Piauí S.A.	(b)	**(11)**	**(46)**	**(11)**	**(46)**
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	**(11)**	**(52)**	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	**(4)**	**(11)**	**(2)**	**(2)**
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	**(1.361)**	**(315)**	–	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.		–	**(1)**	–	–
Integração Transmissora de Energia S.A (INTESA)	(b)	**(1)**	**(2)**	–	–
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	–	–	–	**(2.117)**
Controladora indireta					
Equatorial Energia S.A.	(e)	**(1.616)**	**(5.676)**	**(1.156)**	**(1.156)**
Total		**(3.140)**	**(6.688)**	**(1.322)**	**(3.868)**
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	**(9.024)**	–	**(7.123)**	–
Total		**(9.024)**	–	**(7.123)**	–

(a) Valores se referem a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021; (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e (f) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº. 13 - Dividendos a pagar. **7.1 Remuneração das pessoas chave da administração.** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o pessoal-chave da Administração conta com três membros no Conselho de Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, remunerados pela sua controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhado para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R$ 149 (R$ 271 em 31 de dezembro de 2022). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. **8. Ativos de contrato:** Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	1.285.982	**8.936**	**193.288**	**(162.812)**	**1.325.394**
Total	1.285.982	**8.936**	**193.288**	**(162.812)**	**1.325.394**
Circulante	154.684				**173.095**
Não Circulante	1.131.298				**1.152.299**

	2021	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	Perda de realização (d)	2022
Ativos de contrato em serviço	1.234.463	**36.038**	**183.875**	**(151.666)**	**(16.728)**	**1.285.982**
Total	1.234.463	**36.038**	**183.875**	**(151.666)**	**(16.728)**	**1.285.982**
Circulante	163.763					154.684
Não Circulante	1.070.700					1.131.298

(a) O saldo decorre da contrapartida de Receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 15 - Receita operacional líquida; (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento; e (d) Variações entre a margem orçada *versus* a margem realizada proveniente principalmente dos efeitos de revisão tarifária periódica, efeitos inflacionários do exercício e variação nos custos operacionais. **9. Fornecedores:** Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Materiais e serviços (a)	**10.815**	11.333
Partes relacionadas – nota explicativa nº 7	**404**	373
Total	**11.219**	11.706

(a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão. **10. Empréstimos e financiamentos: 10.1 Composição do saldo**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2023 Principal e encargos Circulante	2023 Principal e encargos Não circulante	2023 Total
BNDES					
Saldo de principal	IPCA + 4,93%	Recebíveis + Conta reserva+ Penhor de Ações	**25.172**	**540.625**	**565.797**
(-) Custo de captação			**(60)**	**(1.083)**	**(1.143)**
Total			**25.112**	**539.542**	**564.654**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2022 Principal e encargos Circulante	2022 Principal e encargos Não circulante	2022 Total
BNDES					
Saldo de principal	IPCA + 4,93%	Aval/Fiança + Recebíveis + Conta reserva+ Penhor de Ações	**23.863**	**539.064**	**562.927**
(-) Custo de captação			**(60)**	**(1.143)**	**(1.203)**
Total			**23.803**	**537.921**	**561.724**

(a) Em 21 dezembro de 2023, foram consideradas cumpridas as condições contratuais necessárias, sendo autorizada pela BNDES a exoneração da fiança corporativa prestada pela Equatorial Energia S.A, no âmbito do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 19.2.0126.1. **10.2 Movimentação dos empréstimos**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.803	537.921	561.724
Encargos	**27.042**	–	**27.042**
Variação monetária	**4.601**	**21.723**	**26.324**
Transferências	**20.102**	**(20.102)**	–
Amortizações de principal	**(23.245)**	–	**(23.245)**
Pagamentos de juros	**(27.251)**	–	**(27.251)**
Custo de captação (a)	**60**	–	**60**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**25.112**	**539.542**	**564.654**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	–	518.311	518.311
Ingressos	–	4.897	4.897
Encargos	12.622	14.029	26.651
Variação monetária	5.310	27.063	32.373
Transferências	26.439	(26.439)	–
Amortizações de principal	(9.234)	–	(9.234)
Pagamentos de juros	(11.334)	–	(11.334)
Custo de captação (a)	–	60	60
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.803	537.921	561.724

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

continuação

EQUATORIAL TRANSMISSORA 6 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.173/0001-02

10.3. Cronograma de amortização da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	2023	
Vencimento	**Valor**	**%**
Circulante	**25.112**	**4%**
2025	**24.559**	**4%**
2026	**25.048**	**4%**
2027	**25.560**	**5%**
2028	**26.098**	**5%**
Até 2042	**439.360**	**78%**
Subtotal	**540.625**	**96%**
Custo de captação (Não circulante)	**(1.083)**	**-**
Não circulante	**539.542**	**96%**
Total	**564.654**	**100%**

10.4. *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias financeiras reais. Adicionalmente, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual e com base nas demonstrações contábeis regulatórias. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro do limite estipulado no contrato. **11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: 11.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social.** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023		2022	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**125.756**	**125.756**	118.625	118.625
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	**31.439**	**11.318**	29.656	10.676
Adições:				
Custo de construção – CPC 47	–	–	4.300	1.548
Remuneração e RAP – Ativos de Contrato (a)	**34.428**	**12.394**	31.999	11.520
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	**9**	**3**	–	–
Outras provisões permanentes	**56**	**20**	2	–
Total de adições [B]	**34.493**	**12.417**	36.301	13.068
Exclusões:				
Receita de ativos de contrato - CPC 47	**(45.334)**	**(16.320)**	(46.461)	(16.726)
Outras provisões	**(62)**	–	(56)	(20)
Outras provisões Permanentes	**(95)**	**(24)**	(25)	–
Total de exclusões [C]	**(45.491)**	**(16.344)**	(46.542)	(16.746)
Compensações				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados	**(3.766)**	**(1.356)**	(5.832)	(2.099)
Incentivo PAT	**(1)**	–	–	–
Total de compensações [D]	**(3.767)**	**(1.356)**	(5.832)	(2.099)
Deduções (b)				
IRPJ Subvenção Governamental	**(14.365)**	–	(10.612)	–
IRPJ Subvenção Governamental Reinvestimento	**(863)**	–	–	–
Total de Deduções [E]	**(15.228)**	–	(10.612)	–
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	**(1.446)**	**(6.035)**	(2.971)	(4.899)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	**(14.664)**	**(5.279)**	(15.994)	(5.757)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	**(16.110)**	**(11.314)**	(18.965)	(10.656)
Alíquota Efetiva	**13%**	**9%**	16%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017 que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e (b) Ver nota explicativa nº. 3.4.1 – Benefícios fiscais.

11.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 2022	Reconhecimento no resultado	Valor líquido em 2023	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	3.767	**(3.767)**	–	–
Base negativa de CSLL	1.356	**(1.356)**	–	–
Custo/Receita de construção – CPC 47	(220.559)	**(14.820)**	**(235.379)**	**(235.379)**
Total	(215.436)	**(19.943)**	**(235.379)**	**(235.379)**

11.3. Movimentação do imposto de renda e contribuição social a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.738
IRPJ e CSLL correntes do exercício	7.870
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(1.468)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.140
IRPJ e CSLL correntes do exercício	**7.481**
Reclassificação de IRPJ e CSLL	**(344)**
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	**(8.792)**
Tributos retidos IRPJ e CSLL	**(2.790)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**4.695**

12. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	–	19.206
Receita de remuneração de ativos de contrato	**193.288**	183.875
Ativos de contrato - perda de realização	–	(16.728)
	193.288	186.353
PIS / COFINS sobre as receitas no exercício (9,25%) (i) / (a)	**17.879**	17.238
Amortização de PIS/COFINS (ii)	**(5.929)**	(5.205)
Saldo no início do exercício (iii)	**133.392**	121.359
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	**145.342**	133.392
Circulante	**6.274**	5.501
Não circulante	**139.068**	127.891

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme recebimento da RAP mensal. **13. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**98.332**	89.004
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(15.229)**	(10.612)
(-) Reserva legal	–	(1.568)
Lucro líquido ajustado	**83.103**	76.824
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	**831**	768
Realização da Reserva de Lucros a realizar – Dividendos mínimos	**8.193**	6.355
Dividendos intermediários distribuídos	**8.219**	80.724
Dividendos adicionais propostos	**30.684**	6.385
Total dividendos	**47.927**	94.232

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	6
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	6.691
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	768
Dividendos intermediários distribuídos de 2022	80.724
Dividendos da reserva de lucro a realizar	6.355
Pagamento de dividendos no exercício	(87.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.123
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	**6.385**
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	**831**
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	**8.219**
Dividendos da reserva de lucro a realizar	**8.193**
Pagamento de dividendos no exercício	**(21.727)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.024**

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal", e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). **14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social.** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito é de R$ 106.165 e totalmente integralizado é de R$ 104.770. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital está representado por 106.165.001 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 150.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. **14.2. Reserva de lucros**

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	**25.841**	10.612
Reserva legal	(b)	**20.706**	20.706
Reserva de lucros a realizar	(c)	**315.863**	324.056
Reserva para investimento e expansão	(d)	**58.837**	15.468
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	**30.684**	6.385
Total		**451.931**	377.227

a. Reserva de incentivos fiscais. É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R$25.841 (R$10.612 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de R$15.229 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2023. **b. Reserva legal.** É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal. Considerando o limite estabelecido em lei, não houve necessidade de constituição de reserva legal adicional, cujo valor é R$ 20.706 em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **c. Reserva de lucros a realizar.** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R$ 315.863 (Em 31 de dezembro de 2022, R$ 324.056). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP. **Movimentação da reserva de lucros a realizar**

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	324.056	330.411
Constituição	–	–
Realização	**(8.193)**	(6.355)
Saldo final em 31 de dezembro	**315.863**	324.056

d. Reserva para investimentos e expansão. Reserva estatuária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros é de R$ 58.837 (Em 31 de dezembro de 2022, R$15.468). **e. Reserva de dividendos adicionais propostos.** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado na nota explicativa nº 20 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R$ 30.684 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 6.385 em 31 de dezembro de 2022). **14.3. Lucro por ação.** Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2023		2022	
	Ações ordinárias	Total	Ações ordinárias	Total
Numerador:				
Lucro líquido do exercício	**98.332**	**98.332**	89.004	89.004
Denominador:				
Média ponderada por classe de ações	**106.165**	**106.165**	106.165	106.165
Lucro básico e diluído por ação	**0,9262**	**0,9262**	0,8384	0,8384

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis. **15. Receita operacional líquida**

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	–	19.206
Receita de operação e manutenção (b)	**8.936**	16.832
Outras receitas	–	127
	8.936	36.165
Deduções		
PIS/COFINS corrente	**(620)**	(1.469)
PIS/COFINS diferidos	–	(1.777)
Encargos do consumidor (c)	**(2.327)**	(1.814)
	(2.947)	(5.060)
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	**5.989**	31.105
Receita de remuneração de ativos de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	**193.288**	183.875
PIS/COFINS corrente	**(13.421)**	(7.496)
PIS/COFINS diferidos	**(11.950)**	(17.008)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	**167.917**	159.371
Receita operacional líquida	**173.906**	190.476

(a) A redução da receita de implementação e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra e início da operação; (b) A variação é decorrente da redução nos custos (OPEX) em 47,58%; (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e (d) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 8 – Ativos de contrato.

15.1. Margens das obrigações de *performance*

Implementação e melhoria de infraestrutura	2023	2022
Receita (líquida de PIS e COFINS diferidos)	–	17.429
Perda de margem pela realização (liquida de PIS e COFINS diferidos)	–	(15.181)
	–	2.248
Custo	–	(472)
Margem (R$)	–	1.776
Margem percebida (%) (*)	–	79,00%
Margem orçada no início do contrato (%)	–	47,00%
Operação e manutenção		
Receita	**8.936**	16.832
Custo	**(4.472)**	(9.187)
Margem (R$)	**4.464**	7.645
Margem percebida (%) (**)	**49,96%**	45,42%
Margem orçada no início do contrato (%)	**47,00%**	47,00%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria da infraestrutura considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de construção e compreende apenas o ano de 2022. (**) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, identificados ao longo da fase de operação.

16. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

2023	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	**(1.628)**	**(7)**	**(1.635)**	**(715)**
Material	–	**(195)**	–	**(195)**	–
Serviços de terceiros	–	**(2.372)**	**(215)**	**(2.587)**	**(464)**
Arrendamento e aluguéis	–	–	–	–	**(5)**
Amortização do ativo intangível	–	–	**(55)**	**(55)**	–
Outros	–	–	–	–	**(66)**
Total	–	**(4.195)**	**(277)**	**(4.472)**	**(1.250)**

2022	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	–	(2.143)	(8)	(2.151)	(555)
Material	(392)	(99)	–	(491)	–
Serviços de terceiros	–	(6.535)	(272)	(6.807)	(582)
Arrendamento e aluguéis	–	(38)	(2)	(40)	(3)
Amortização do ativo intangível	–	–	(46)	(46)	–
Variação das margens dos ativos de contrato, líquido de PIS e COFINS	–	–	(15.181)	(15.181)	–
Outros	(80)	–	(44)	(124)	(40)
Total	(472)	(8.815)	(15.553)	(24.840)	(1.180)

17. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	**17.468**	15.918
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(812)**	(740)
Outras receitas financeiras	**5**	6
Total de receitas financeiras	**16.661**	15.184
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	**(27.102)**	(26.711)
Variação monetária da dívida (a)	**(26.324)**	(32.373)
Juros, multas s/ operação de energia	**(1)**	(1)
Outras despesas financeiras (b)	**(5.912)**	(1.888)
Total de despesas financeiras	**(59.339)**	(60.973)
Resultado financeiro	**(42.678)**	(45.789)

(a) A redução da variação monetária da dívida ocorreu em função da variação do IPCA, que acumulou em 2022, a taxa de 5,79%, e acumulou em 2023, a taxa de 4,62%; e (b) A variação nos saldos se deu em favor da assinatura do Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), em 16 de setembro de 2022, entre a Equatorial Transmissora 6 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Energia S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos, ocasionando assim, o aumento de outras despesas financeiras em 31 de dezembro de 2023. **18. Instrumentos financeiros: 18.1. Considerações gerais.** A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA. **18.2. Política de utilização de derivativos.** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **18.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **a) Mensuração do valor justo.** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

		2023		2022	
Ativo	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	**53.586**	**53.586**	48.463	48.463
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	**122.041**	**122.041**	59.018	59.018
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	**19.248**	**19.248**	14.979	14.979
Total do ativo		**194.875**	**194.875**	122.460	122.460

		2023		2022	
Passivo	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	Contábil	Mercado
Fornecedores	Custo amortizado	**11.219**	**11.219**	11.706	11.706
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	**564.654**	**565.797**	561.724	562.928
Total do passivo		**575.873**	**577.016**	573.430	574.634

Caixa e equivalente de caixa – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais; **Aplicações financeiras** – são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; **Contas a receber** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável; **Fornecedores** – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado; e **Empréstimos e financiamentos** – têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo, são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). **18.4. Gerenciamento dos riscos financeiros.** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. **a) Risco de crédito.** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. **(i) Caixa e equivalentes de caixa.** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 74.658 (R$ 48.463 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors.* A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber.** O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência. **b) Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 10 - Empréstimos e financiamentos. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(i) Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação. A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis:

	Valor contábil (*)	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	**564.654**	**1.183.891**	**8.299**	**43.524**	**52.917**	**165.002**	**914.149**
Fornecedores	**11.219**	**11.219**	**11.219**	–	–	–	–
Total	**575.873**	**1.195.110**	**19.518**	**43.524**	**52.917**	**165.002**	**914.149**

(*) Os valores apresentados nesta coluna estão sem os custos de captação. Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. **c) Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

			Impacto no resultado				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III +50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	**171.345**	**188.548**	**192.849**	**197.150**	**184.247**	**179.946**
Impacto no resultado				**4.301**	**8.602**	**(4.301)**	**(8.602)**
Passivos financeiros							
Empréstimos, e financiamentos	IPCA	**(565.797)**	**(601.555)**	**(610.495)**	**(619.435)**	**(592.616)**	**(583.676)**
Impacto no resultado				**(8.940)**	**(17.879)**	**8.940**	**17.879**
Efeito líquido no resultado				**(4.639)**	**(9.277)**	**4.639**	**9.277**

Referência para ativos e passivos financeiros	**Taxa projetada**	**Taxa projetada 31/12/2023**	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
CDI (% 12 meses)	10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)	6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3. **d) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento.** Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. **e) Riscos regulatórios e operacionais.** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável (PV), prevista na REN nº 905/2020, que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia. **f) Riscos ambientais.** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **g) Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **19. Demonstrações dos fluxos de caixa: 19.1 Transações que não afetam caixa.** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela a seguir:

Atividades de financiamento	**Efeito não caixa**
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	**6.385**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	**831**
Dividendos intermediários distribuídos	**8.219**
Realização da reserva de lucros a realizar	**8.193**
Total	**23.628**

19.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	**561.724**	**(23.245)**	**(27.251)**	**53.426**	**564.654**
Dividendos a pagar	**7.123**	**(21.727)**	–	**23.628**	**9.024**
Total	**568.847**	**(44.972)**	**(27.251)**	**77.054**	**573.678**

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, e reconhecimento de dividendos a pagar no fim do exercício. **20. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 30.684, decorrentes do resultado do exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Miranda da Paz Júnior | Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima | José Silva Sobral Neto

DIRETORIA EXECUTIVA

Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado - Diretor | Ailton Costa Ferreira - Diretor | Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor

Geovane Ximenes de Lira - Superintendente - Contador CRC-PE 012996-O-3-S-DF

PRIMEIRA INFÂNCIA

Cai o número de sub-registro de nascimentos no país

Índice recuou de 2,06% em 2021 para 1,31% em 2022, aponta o IBGE

MARIANA RAPHAEL/SAÚDE-DF

Conforme o IBGE, a redução do sub-registro pode ser associada a fatores como melhoria da coleta dos dados e mudanças da legislação

O sub-registro de nascimentos no Brasil recuou de 2,06% em 2021 para 1,31% em 2022, apontam dados divulgados nessa quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A proporção mais recente é a menor de uma série histórica iniciada em 2015. Na prática, significa que, de um total de 2,57 milhões de nascidos vivos em 2022, 33,7 mil não foram registrados em cartórios no período legal estipulado (até março do ano seguinte).

Conforme o IBGE, a redução do sub-registro pode ser associada a fatores como melhoria da coleta dos dados e mudanças da legislação.

"No marco legal da primeira infância, foi estabelecido que o registro civil deve ser feito em unidades interligadas da maternidade. Então a criança já sai de lá com o registro feito. Ações como essas vêm impactando essa melhora gradativa", diz o estatístico José Eduardo Trindade, em nota do IBGE.

Diferenças regionais

O país ainda apresenta diferenças regionais significativas. O maior percentual de sub-registro de nascimentos foi verificado no Norte (5,14%), seguido pelo Nordeste (1,66%). O Sul teve o menor (0,21%).

"Em locais mais remotos, mais distantes, registrar uma criança pode demandar muito tempo, e muitas vezes isso não é feito", aponta o estatístico Luiz Fernando Costa, da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

Outra diferença abrange a análise dos grupos etários das mães. O maior percentual de sub-registro de nascimentos está entre as mães menores de 15 anos (8,06%).

> **País apresenta diferenças regionais significativas: o maior percentual de sub-registro de nascimentos foi verificado no Norte (5,14%), seguido pelo Nordeste (1,66%). O Sul teve o menor (0,21%).**

"Normalmente essa mãe mais jovem passa pela unidade de saúde, mas não está indo para o cartório. Isso tem algumas explicações, como a falta de rede de apoio para orientá-la da maneira mais adequada para registrar o seu filho, para o exercício da cidadania dele", afirma Trindade. "Outro fator é a espera pela participação do pai, para a inclusão do nome dele no registro, o que pode atrasar mais", completa o estatístico do IBGE.

O estudo também traz números de nascimentos conforme os locais das ocorrências. Estima-se que 2,55 milhões tenham sido em hospitais e outros estabelecimentos de saúde em 2022, o que representa 98,93% do total.

Sub-registros de mortes aumenta

Enquanto o sub-registro de nascimentos caiu, o de mortes aumentou no Brasil, segundo o IBGE. Em 2022, a proporção foi de 3,65%, acima do percentual de 3,49% em 2021.

O dado mais recente (3,65%) corresponde ao sub-registro de quase 57 mil óbitos de um total estimado de 1,56 milhão. No início da série histórica, em 2015, a proporção era de 4,89%.

De acordo com o IBGE, o período analisado para definir o sub-registro de mortes é o mesmo dos nascimentos. Assim, se o óbito acontecer em um ano e não for registrado até março do ano seguinte, será enquadrado como sub-registro.

Em 2022, essa situação foi maior entre os bebês de até 27 dias de vida (12,87%). Os números integram o Estudo Complementar à Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura 2022. Os dados são obtidos pelo pareamento das Estatísticas do Registro Civil, do IBGE, e das bases de dados do Ministério da Saúde.

"Há duas bases de dados e sabemos que ambas são incompletas e podem se sobrepor. Então temos registros e notificações que aparecem tanto no Ministério da Saúde quanto no IBGE e se referem ao mesmo evento vital", diz Costa.

"Sabendo dessas características, podemos parear essas duas listas e aplicar a técnica da captura-recaptura, que é usar uma modelagem estatística para estimar qual é a probabilidade de um indivíduo ser capturado por uma das fontes", completa (*Da Folhapress*).

EPIDEMIA

Mais de mil mortes por dengue

O Brasil ultrapassou a marca dos mil óbitos por dengue nessa quarta-feira. No total, foram confirmadas 1.020 mortes devido à doença em 2024, sendo que outras 1.531 estão em investigação, de acordo com o Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde.

Isso quer dizer que, só nas 13 primeiras semanas de 2024, o Brasil já se aproxima do maior número de óbitos confirmados por dengue em um ano desde o início do monitoramento dos casos pela pasta, em 2000. Atualmente, o ano com o maior número de óbitos confirmados é 2023, com 1.179 mortes.

Em relação ao número de casos, contudo, 2024 já havia superado os anos anteriores ao final da 11ª semana. No momento, mais de 2,6 milhões casos prováveis da doença foram registrados pelo Ministério da Saúde, sendo que o recorde anterior era de 1,6 milhão, em 2015.

Ainda segundo o Ministério da Saúde, o coeficiente de incidência da doença no País é de mais de mil casos por 100 mil habitantes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a partir de 300 casos por 100 mil habitantes a situação já se trata de uma epidemia.

Apesar disso, nas últimas semanas, o cenário da dengue tem arrefecido na maior parte do País. Segundo comunicado emitido pelo Ministério da Saúde nesta terça-feira, 20 unidades federativas brasileiras apresentam tendência de estabilidade ou queda no número de casos da doença. Em contrapartida, sete ainda mostram chances de aumento.

IMPOSTO DE RENDA

Novo golpe, o da malha fina

Criminosos usam e-mail falso para atrair vítimas e roubar dados dos contribuintes desavisados

Se você recebeu um e-mail da Receita Federal informando que caiu na malha fina e deve prestar esclarecimentos, você está sendo alvo de uma tentativa de golpe. Nesta quarta-feira, a Receita divulgou que é falso um e-mail que pede para o destinatário corrigir erros e regularizar a situação até o dia 5 de abril.

A declaração do Imposto de Renda é um dos assuntos usados pelos golpistas, já que o prazo para envio dos dados ao fisco está aberto até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido. Há três semanas, a Receita havia informado sobre um falso aplicativo que estava sendo usado por cibercriminosos.

Um dos e-mails usados pelos golpistas vem com o nome da Receita Federal no cabeçalho, mas com o endereço errado (receitafederal@gov.br). Outras vezes, eles podem usar emails gratuitos ou então com uma série de números ou letras. Os e-mails da Receita tem o final @rfb.gov.br.

Na tentativa de dar maior veracidade, os criminosos usam o logotipo da Receita Federal, a sigla IRPF (alusivo à Imposto de Renda da Pessoa Física), chamam o destinatário de "contribuinte", termo comumente usado pela instituição em suas comunicações, e citam a legislação federal e o Código Civil para enganar quem recebe o e-mail.

No título é comum a utilização de frases com "urgente", "corrija agora" ou "malha fina" para despertar a atenção da vítima. Em seguida, o e-mail solicita que a pessoa clique em um link, instale algum programa ou baixe um documento para a suposta correção do problema.

Porém, o recurso é usado justamente para permitir a ação do cibercriminoso. A partir desse ato chamado de "phishing", a pessoa pode instalar um malware (software malicioso que é projetado para danificar sistemas, roubar dados e até causar lentidão no computador ou celular), usar o dispositivo invadido em um DoS (ataque de negação de serviço, que é uma ofensiva para sobrecarregar o alvo e forçar uma parada de operação) ou até "sequestrar" o dispositivo e só liberar o uso após o pagamento de resgate, que é chamado de ransomware.

A partir do momento em que é atacado, o usuário pode estar exposto a qualquer tipo de situação, como lentidão no dispositivo, uso da máquina para responder a comandos do invasor, utilização dos dados pessoais para criar contas digitais falsas para pedir empréstimos ou até invasão da conta bancária e retirada de toda a quantia.

"Se a pessoa cai no phishing, ela pode permitir qualquer um desses ataques, vai depender da finalidade de que o agente malicioso queira fazer", afirma o gerente de inteligência de ameaças cibernéticas da ISH Tecnologia, Paulo Trindade.

A Receita informa que não envia comunicações por e-mail ou mensagens de texto para solicitar a correção de erros em declarações. O órgão também não manda links ou pede a instalação de programas.

Para checar se há pendências com o fisco, o contribuinte deve acessar o portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita. Normalmente, a instituição informa no dia seguinte ao envio da declaração se ela caiu ou não na malha fina.

No JBr as notícias chegam de
bike
Acesse o site Jornal de Brasília e conheça Afonso Ventania, o Bikerrepórter que pedala pelo DF trazendo conteúdos especiais aos brasilienses.
JBr
Jornal de Brasília

VENEZUELA

Maduro anexa parte da Guiana

A chamada Lei Orgânica para a Defesa de Essequibo foi assinada pelo presidente na quarta-feira

O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, promulgou na noite de quarta-feira a lei que cria o estado de "Guiana Essequiba" na região do Essequibo, porção do território da Guiana que é reivindicada por Caracas.

A lei havia sido aprovada por unanimidade pelo Legislativo venezuelano, alinhado ao regime, no último dia 22, e contemplava o plebiscito promovido pela ditadura em dezembro passado com o intuito de reconhecer e reforçar a reivindicação sobre a região, que representa cerca de dois terços da Guiana e faz fronteira com o estado brasileiro de Roraima.

Na ocasião da promulgação da lei, Maduro afirmou, sem apresentar provas, que a região abriga bases secretas dos Estados Unidos, tradicional alvo de ataques e desconfianças por parte do chavismo.

"Temos informação comprovada de que, no território de Guiana Essequiba, administrado temporariamente pela Guiana, instalaram bases militares secretas do Comando Sul [do Exército americano], núcleos do Comando Sul e núcleos da CIA [agência de inteligência americana]", disse o venezuelano.

De acordo com o ditador, as bases teriam sido criadas "para preparar agressões à população de Tumeremo e às populações do sul e do leste da Venezuela, e para se preparar em uma escalada contra a Venezuela".

> **A lei havia sido aprovada por unanimidade pelo Legislativo venezuelano, alinhado ao regime, no último dia 22.**

Tumeremo é a cidade no estado de Bolívar, vizinho do Essequibo, a partir da qual o novo estado será administrado. Ela fica a cerca de 100 km da área reivindicada.

"O presidente Irfaan [Ali] não governa a Guiana; a Guiana é governada pelo Comando Sul, pela CIA e pela ExxonMobil. E não estou exagerando: controlam o Congresso, dois partidos que fazem maioria, governo e oposição, controlam totalmente as forças de defesa guianesas, as forças policiais", disse Maduro, sem apresentar evidências.

O Ministério de Relações Exteriores da Guiana reagiu nesta quinta. "Essa tentativa da Venezuela de anexar mais de dois terços do território soberano da Guiana e torná-lo parte da Venezuela constitui uma flagrante violação dos princípios mais fundamentais do direito internacional."

A disputa centenária pela região, que remonta aos tempos da colonização sul-americana, é vez ou outra revivida por forças políticas na Venezuela para galvanizar apoio popular — a reivindicação encontra respaldo popular (*Da Folhapress*).

MAR CAMPOS / VENEZUELAN PRESIDENCY / AFP

Maduro disse, sem apresentar provas, que a região abriga bases dos EUA

MUDANÇA DE POSIÇÃO

Biden condiciona relação EUA-Israel

O presidente Joe Biden alertou o primeiro-ministro israelense Binyamin Netanyahu que a continuidade do apoio dos EUA depende de Tel Aviv tomar ações "específicas, concretas e mensuráveis" para lidar com ataques a civis, sofrimento humanitário e a segurança de trabalhadores humanitários em Gaza.

Biden afirmou ainda a necessidade de um cessar-fogo imediato para estabilizar a região, proteger civis inocentes e combater a crise humanitária na Faixa de Gaza.

Questionado sobre o que isso significa, o secretário de Estado, Antony Blinken, afirmou a jornalistas em Bruxelas que "se não virmos as mudanças que precisamos ver [por Israel], haverá mudanças na nossa política".

A conversa entre os líderes ocorre após Israel atacar um comboio de ajuda humanitária da ONG World Central Kitchen (WCK), matando sete pessoas, na última segunda. A Casa Branca se disse "indignada" com a operação, que também gerou protestos dentro e fora de Israel.

"O presidente Biden enfatizou que os ataques contra trabalhadores humanitários e a situação humanitária em geral são inaceitáveis. Ele deixou claro a necessidade de Israel anunciar e implementar uma série de medidas específicas, concretas e mensuráveis para abordar o dano aos civis, o sofrimento humanitário e a segurança dos trabalhadores humanitários", afirmou a Casa Branca em nota sobre o telefonema.

OLIVIER DOULIERY / AFP

Biden afirmou a necessidade de um cessar-fogo imediato

Torcida

Fala, Torcida

Thiago Henrique de Morais
thiago.morais@grupojbr.com

HORA DE ACUMULAR "GORDURA"

A CBF divulgou na madrugada de ontem o desmembramento das nove primeiras rodadas do Campeonato Brasileiro. E tais jogos serão de suma importância para as equipes que devem perder jogadores para as seleções sul-americanas durante a Copa América - uma vez que o Brasileirão não irá parar durante o período da competição entre seleções.

Assim, equipes como Flamengo, Palmeiras, Athletico-PR, São Paulo, Grêmio, Atlético-MG, dentre tantos outros clubes que contam com jogadores estrangeiros em seus clubes e selecionáveis pela própria seleção brasileira, que certamente serão convocados para as suas respectivas seleções, precisarão fazer a famosa "gordura" nesses nove jogos iniciais do Brasileirão. Tudo em função da sempre incompetente CBF, que não consegue fazer um calendário descente, que prioriza os estaduais ao invés de suas próprias competições nacionais. Até porque quem elege o presidente da entidade são justamente os presidentes das federações estaduais.

Durante a Copa América, entre os dias 20 de junho a 14 de julho (o Brasil estreia no dia 24, contra a Costa Rica), estão marcadas oito rodadas do Campeonato Brasileiro. Contudo, como a apresentação dos jogadores deve acontecer com uma semana de antecedência, como é costumeiro, é provável que os clubes que possuam jogadores selecionáveis percam os seus atletas por mais três rodadas. Logo, um total de 11 jogos do Campeonato Brasileiro sem boa parte de seus principais jogadores. Isso representa mais de um quarto dos jogos de todo o campeonato nacional. E esse número poderia ser pior. Mas como a seleção brasileira não conseguiu se classificar para as Olímpiadas, os times brasileiros estão livres de perder os seus jogadores durante tal competição.

Por isso, esses jogos iniciais do Brasileirão serão tidos como essenciais para esses clubes. O Flamengo, por exemplo, deve perder, ao menos, cinco jogadores (Viña, Varela, Arrascaeta e De La Cruz devem estar na lista do Uruguai, assim como Pulgar na lista chilena). Isso sem contar a possibilidade de ter que ceder outros jogadores brasileiros, como o atacante Pedro, por exemplo. O Palmeiras também deve perder Weverton, Gustavo Gómez e Piquerez. Além de Endrick, que irá completar 18 anos no dia 21 de julho, uma semana depois do fim da Copa América e já estará apto a ir para o Real Madrid. Desta forma, é bem provável que o jogador do Palmeiras se despeça do time já em junho, na nona rodada do Brasileiro, a depender do desempenho da seleção brasileira na competição continental.

Outro ponto importante do erro da não paralisação do Campeonato Brasileiro será o fato de vários torcedores menosprezarem a seleção nacional com o intuito de ver de volta os seus jogadores em seus clubes. É bem verdade que no caso do Brasil serão poucos os atletas que atuam no país a serem relacionados para o torneio nos Estados Unidos, mas, ainda assim, abre um sério precedente para que muitos deixem de torcer para a seleção brasileira em função disso. Dorival Júnior, em sua primeira coletiva, disse que gostaria de resgatar a paixão do brasileiro para com a seleção canarinho. Contudo, a CBF não ajudará, ao menos nessa competição, que isso aconteça. Poucos torcedores se importam com a Copa América. O clube está muito acima da seleção. Ainda mais quando essa tira os jogadores do seu clube em meio a uma competição importante, como o Brasileirão.

Já perdi as contas de quantas vezes já escrevi nesse espaço sobre como o calendário do futebol brasileiro é horrível e não valoriza os seus campeonatos nacionais. Bato nessa tecla, pois não há outra alternativa se não criticar. Enquanto não houver uma mudança, seja vinda da CBF ou através de uma liga formada pelos clubes - que também não conseguem se unir em um só bloco -, as críticas precisam continuar. Há quem diga que os estaduais são importantes em função da sua tradição, mas as tradições também mudam. É necessário uma reengenharia, partindo do zero, para que o campeonato brasileiro possa ser valorizado como deveria.

Uma coisa é certa: ao menos durante essas nove primeiras rodadas iremos ver os clubes que serão prejudicados durante a Copa América darem o melhor de si. E isso em meio a fases da Copa do Brasil e a disputa da primeira fase da Libertadores. Até por que, o que seria do futebol brasileiro se não fosse um calendário tão inchado.

MUITO IMPORTANTE

Trabalho psicológico

Escolinha de futebol prepara crianças para as pressões que o esporte dará

LUIS NOVA
redacao@grupojbr.com

Uma escolinha de futebol inova e começa a trabalhar o psicológico dos atletas desde os primeiros chutes (ou passos). Esse diferencial tende a contribuir para a formação do esportista e afeta diretamente o desempenho em campo.

É o que garante a psicóloga do Chute Inicial Be Brave, Luciana Borelli. "É preciso abrir mão de muita coisa para estar treinando todos os dias. Geralmente, esses jovens recebem uma sobrecarga, seja por conta dos estudos ou até pressão da própria família", explica a especialista.

Os atletas profissionais e os amadores lidam frequentemente com diversas pressões psicológicas, seja em campo, seja na vida e também no treinamento. Por isso é importante trabalhar a parte mental do atleta, que tanto treina para chegar em uma competição e esse excesso de expectativas e cobranças pode fazer o esportista entrar em pane, e com isso, atrapalhar toda a preparação do vestiário até o grande dia, que é o jogo.

"Uma pessoa sob muita pressão fica muito ansiosa e vai ter um desempenho pior por conta disso. Cai a concentração e diminui o autocontrole", pontua a psicóloga. Além do atendimento aos atletas, a especialista também atende os familiares. Pois eles precisam compreender o que passa na mente do jogador.

Quando se trata de futebol, o tema ainda é um tabu. Um levantamento realizado pelo site *Trivela* revela que apenas 50% dos times de série A têm acompanhamento psicológico para os atletas.

Recentemente, a Seleção Brasileira anunciou, após 10 anos, a contratação de um profissional para a área. O que pode fazer a diferença, no entanto, é que o atendimento psicológico aconteça de forma preventiva, e não somente para atuar em problemas já existentes.

DIVULGAÇÃO/ BE BRAVE

Pressões psicológicas são constantes no futebol. Por isso, escola do DF promove trabalho psicológico para preparar os futuros atletas.

Com esse espírito de mente sã, corpo são, a Escola de Futebol Be Brave chega ao Distrito Federal com uma estrutura voltada para dentro e fora do campo. O treinamento de futebol atende crianças e adolescentes, de sete a 17 anos, e acontece no Clube Ascade.

A escola Be Brave além de fazer este serviço inovador é apoiada pelo time paulista Corinthians. Os interessados podem entrar em contato pelas redes sociais @chuteinicial.bebrave

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico:
*https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

VOZ E ALMA

Sarau-Vá celebra seus 10 anos com muita arte

Comemoração terá shows gratuitos com artistas consagrados, na Praça da Bíblia, neste fim de semana

LEO MACENA

O Sarau-Vá foi fundado por Sidnei Bairrista, Guilherme Azevedo e Rafinha Bravoz, reunindo poesia e cultura popular

Neste final de semana, nos dias 6 e 7, a Praça da Bíblia, território icônico de Ceilândia, será palco da celebração dos 10 anos de Sarau-Vá, tradicional movimento cultural que reúne a poesia marginal com o hip hop e a cultura popular. Para celebrar uma década de encontros históricos, o Festival Sarau-Vá, promove, a partir das 16h, uma programação potente e plural, além de inteiramente gratuita. São dezenas de apresentações e artistas em mais de 15 horas de celebrações.

Organizado pela Arsenal do Gueto Produções, com realização da Associação Encanteria Cultural, o Festival é realizado com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC/DF).

"Lá no início, há 10 anos, a gente só queria um motivo para encontrar os amigos e ouvir poesia, não tínhamos noção da proporção que esse movimento iria tomar. Nos juntávamos num bar, muitas vezes sem som nem microfone, mas a necessidade de ter um espaço para ver, ouvir e falar para os nossos, fez com que mais pessoas se identificassem e fizessem o Sarau Voz e Alma ganhar essa força que tem hoje", relembra Guilherme Azevedo, idealizador do Sarau-Vá.

"De lá para cá, foram mais de 500 edições que inspiraram e seguem incentivando outros movimentos. A expectativa é que este Festival se torne um marco para Ceilândia, justamente por isso, pensamos e criamos uma programação que trouxesse a pluralidade cultural que esta cidade representa", destaca.

Do rap ao samba

No primeiro dia de Festival, neste sábado, representantes da cultura e cena musical candanga, como DJ Pops, cortejo brincante de encantarias Onça Yayá e grupo Coco de Quebrada abrem os caminhos para os shows da noite.

A partir das 20h, as pernambucanas Jéssica Caitano e Alessandra Leão – cantora indicada ao Grammy Latino em 2019 com o álbum Macumbas e Catimbós –, compartilham o palco. Às 23h, após apresentação da Roda de Poesia e da mixagem do DJ Umiranda, o coletivo que reúne alguns dos principais guardiões da nossa cultura tradicional e premiado como melhor grupo regional no Prêmio da Música Brasileira, o Ponto Br (PE/MA/SP), promete um show encantador.

No domingo, o ritmo continua com o repertório dançante da DJ Jake. Às 17h, Glória Bonfim (RJ) e Filhos de Dona Maria se juntam no palco. Domingo, logo depois da Roda de Poesia, às 20h30, o duo Surra de Rima (PE) divide a cena com o rapper Rapadura Xique-Chico (CE).

"Para mim, é um grande prazer fazer parte desse movimento que acompanho e estou junto desde o início. Sempre estive lá, apoiando meus amigos, e é incrível ver esse movimento crescer e se tornar gigante como ele é, abraçar tanta gente e tanta gente o abraçar, como a poesia que é, de fato, a poesia da quebrada, essa diversidade linda que começou ali bem tímida e se tornou a voz de tanta gente, um espaço onde as pessoas podem ser o que elas são e podem libertar tudo aquilo que os aprisionam. Esse é o Sarau-Vá", comenta Rapadura.

A partir das 21h30, a DJ Odara prepara o público para receber os baianos do Ministereo Público Sound System que encerram o Festival ao lado das cantoras Laady B e Negra Eve.

Esquenta Sarau-Vá

Hoje, a partir das 19h, a Casa Akotirene será palco de uma edição de esquenta. Sob o comando da MC Ayoola, o Sarau da Quarta trará as poesias e rimas de Paz, Zahir, Luiza Mil Fitas, Sarah Benedita, Dora Revolusie e Bia Blackman. Nas pick-ups, a DJ Janna garante o ritmo, enquanto o coletivo Cypher, composto por Dark, Ayoola, Negra Eve e Cristyle, encerram a noite.

SERVIÇO

FESTIVAL SARAU-VÁ NA PRAÇA DA BÍBLIA:
- **Data:** 6 e 7 de abril
- **Local:** Praça da Bíblia, Ceilândia, Distrito Federal

SÁBADO - 6 DE ABRIL:
- **16h:** DJ Pops
- **17h:** Cortejo da Onça Yayá (Casa Moringa)
- **18h:** Coco de Quebrada
- **19h:** DJ Pops
- **20h:** Alessandra Leão + Jéssica Caitano
- **21h:** Roda de Poesia
- **22h:** DJ Umiranda
- **23h:** Ponto BR
- **00h:** DJ Umiranda

DOMINGO - 7 DE ABRIL:
- **16h:** DJ Jake
- **17h:** Glória Bonfim (RJ) + Filhos de Dona Maria
- **18h30:** DJ Ketlen
- **19h30:** Roda de Poesia + Cypher
- **20h30:** Surra de Rima (PE) + Rapadura
- **21h30:** DJ Odara Kadiegi
- **22h30:** Ministereo Público Sound System (SSA) + Laady B + Negra Eve
- **Detalhes da programação:** https://www.instagram.com/sarauvozealma/

CELSO JUNIOR

Amanhã, às 19h, em noite dedicada à poesia brasiliense, Nicolas Behr, Claudine Duarte e José Carlos Peliano declamam seus poemas

CASA E INSPIRAÇÃO

Poesia que celebra Brasília

De cidade monumento a berço do rock, Brasília é conhecida também por suas manifestações culturais. Para celebrar os 64 anos da capital, o *Programa Educativo do CCBB* reúne poetas consagrados da capital federal no Sarau Versos Candangos. E ainda promove conversa sobre memória no espaço urbano, no minicurso Patrimônio Contemporâneo: Memória, Narrativa e Arte. Essas e outras atividades da programação são gratuitas.

No sábado, em uma noite dedicada à poesia brasiliense, às 19h, Nicolas Behr, Claudine Duarte e José Carlos Peliano recitarão alguns de seus poemas ao público. Apesar de terem nascido em outras cidades, os artistas escolheram Brasília como casa e inspiração para criarem seus versos.

Com mais de 20 títulos publicados, Nicolas, ao lado de Chico Alvim e Chacal, criou o movimento *Poesia Marginal*, na década de 70. Arquiteta de formação, Claudine é escritora e dramaturga. Adaptou e dirigiu obras de Dostoiévski e Sándor Márai para o teatro. José escreve poesias e tem publicações para o público adulto e infantil.

O minicurso ocorrerá aos sábados, durante o mês de abril, e busca provocar debates acerca da memória no espaço urbano, suas vinculações com a arte e o patrimônio.

CANAL1

Flávio Ricco
com José Carlos Nery
tvcanal1@terra.com.br

PARA VOLTAR AO SUCESSO DE ANTES, NOVELAS PRECISAM RESGATAR SEUS PRINCIPAIS VALORES

GLOBO/DIVULGAÇÃO

Por ser um brinquedo tão caro, vários aspectos precisam ser levados em conta sobre produzir ou não uma determinada novela.

Antes, é necessário fazer um levantamento de tudo e ter bem definidos os limites ou possibilidades de cada trabalho e, principalmente, as suas condições de poder agradar e segurar o telespectador por mais de 150 capítulos.

Não é uma tarefa fácil. Ao contrário. Além de expertise e uma boa dose de conhecimento, também tem que enxergar pela ótica do público.

E o telespectador, diante das tantas possibilidades que vieram a existir, passou a se dar ao luxo de escolher aquilo que mais lhe agrada. Simples assim.

Evidente que ainda estamos longe de uma crise, mas que o interesse pelas novelas, na forma e jeito que viemos conhecer, já não é o mesmo de antes, está provado que não é. Assim como as falhas cometidas na escolha desses muitos trabalhos têm muita responsabilidade nisso.

Por exemplo: o que levou a Globo a prescindir dos serviços de Edna Palatnik, em 2021, ela que foi a sua chefe de conteúdo por 23 anos? Não por acaso, os erros e os tantos remakes após sua saída.

As novelas devem, se quiserem ser atrativas, resgatar o seu modus operandi de antes. Voltar a observar os cuidados que são essenciais, não só na sua realização ou definição de elencos, mas principalmente naquilo que será colocado no ar.

Lendas

INSTAGRAM@OPRAH

O Golden Hall do WTC, em São Paulo, recebe no próximo dia 10, a primeira edição do "Legends in Town", plataforma de eventos com grandes estrelas de diferentes segmentos, que tem parceria da Band.

Às 9h35, Rodolfo Schneider irá mediar um painel com Elie Horn, Luana Ozemela, Ana Luiza McLaren e Ana Paula Padrão. Às 11h, Oprah Winfrey será entrevistada por Taís Araújo.

Campo esportivo

A informação é que a Liga Forte está tentando, de todas as maneiras, se acertar com uma televisão, para ter a transmissão dos seus clubes a partir de 2025.

O apetite dela parece não ser o mesmo das TVs. Por enquanto nada – nem sequer com divisão de pacotes.

Vale ressaltar

Internacional, Cruzeiro, Fluminense, Vasco, Athletico-PR, Botafogo, Coritiba, Goiás, Fortaleza, América-MG, Cuiabá, Sport, Ceará, Avaí, Chapecoense, Juventude, Atlético-GO, Criciúma, CRB, Vila Nova, Londrina, Tombense, Figueirense, CSA e Operário-PR são os clubes da Liga Forte.

Pessoal do mercado entende que, no fim, o caminho deve ser mesmo a Cazé TV.

Por outro lado

A Libra, por sua vez, já tem fechado um acordo com a Globo, acertado em fevereiro.

Dela fazem parte, ABC, Atlético MG, Bahia, Brusque, Flamengo, Grêmio, Guarani, Ituano, Mirassol, Novorizontino, Palmeiras, Paysandu, Ponte Preta, Red Bull Bragantino, Sampaio Corrêa, Santos, São Paulo e Vitória.

Lobinho independente

Por enquanto, entre todos os principais, o Corinthians é o único que ainda não tem nada fechado para as transmissões dos seus jogos no Brasileirão a partir do ano que vem.

Dizem, no entanto, que a qualquer momento deve ser anunciado um acerto com a Brax, fazendo o meio-campo até chegar à Globo.

Organização

Está confirmada a volta da plateia na próxima temporada do "Conversa com Bial" na Globo.

Definido também o seu período de apresentações em 2024: vai de 22 de abril a 13 de dezembro.

Das antigas

Angelo Máximo, cantor, e esse é dos tempos do quadro "Galãs Cantam e Dançam", do Silvio Santos, será um dos jurados da nova temporada do "Canta Comigo" na Record.

Estreia no próximo dia 14.

Prêmio

O jornalismo da Record, com a reportagem do Ari Peixoto, que mostrou o problema do roubo de cabos elétricos e suas consequências, ganhou o prêmio Abracopel.

É uma entidade que atua na conscientização para os perigos da eletricidade. Globo e Gazeta também concorreram.

O primeiro

Considerado uma das principais apostas do novo comando do SBT, o "Sabadou com Virginia" estreia neste sábado.

A apresentadora, nesse começo de jornada na televisão, vai apostar em um ambiente familiar. O marido Zé Felipe e o sogro Leonardo estarão no programa.

Volta ao passado

O "Pânico", que ainda mantinha a antiga linha editorial da Jovem Pan, agora está se readequando também.

As participações diárias de comentaristas já foram canceladas e os assuntos políticos passaram a ser evitados. O programa está sendo levado de novo para o entretenimento.

C´est fini

- Conforme o previsto, as gravações de "Elas Por Elas" chegaram ao fim até com certa antecedência. No ar, segue até o final da semana que vem.

A próxima do horário, "No Rancho Fundo", estreia dia 15.

BATE REBATE

- Reprise de "A Terra Prometida", exibida nas tardes da Record, praticamente "alugou" a vice-liderança de audiência, tanto no Rio quanto em São Paulo.
- Em 20 de junho chegará aos cinemas "Tô de Graça – O Filme", estrelado por Rodrigo Sant'Anna e dirigido por César Rodrigues...
- ... Também no elenco, Gracyanne Barbosa, Evelyn Castro, Roberta Rodrigues, Eliezer Motta, Estevam Nabote, entre outros.
- Mas nem só de comédias vive o nosso cinema. "Vitória", protagonizado por Fernanda Montenegro, entrará em cartaz no dia 15 de agosto.
- Thiago Fragoso, depois de muitos anos contratado da Globo, tem se dedicado ao cinema e analisado propostas do streaming.
- A propósito do streaming, parece que ficou só no ameaço o desejo da Amazon em deslanchar seus trabalhos na dramaturgia...
- ... Aqui, por enquanto, nada à vista.
- O músico Xamã está em cartaz no remake de z"Renascer" fazendo o Damião...
- ... E, como se observa, com mais destaque que muitos atores renomados do elenco...
- ... Alguns, na verdade, estão até meio que escanteados.
- No Rio, quarta-feira, o "Encontro com Patrícia Poeta" alcançou recorde de audiência do ano: 13 pontos e 42% de participação...
- ... A maior do programa desde 27 de julho de 2023.

CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

É lançado nos rios ou mares sem tratamento
Gradação; hierarquia
Típico piscicultor japonês
Falência de estado geral (Med.)
Crime julgado pelo TRE, pode resultar na cassação do candidato
Tribo indígena tupi
Forma da chave inglesa
Investigar minuciosamente
Precede a nona
Sufixo de "lipase"
Bumba (?) boi, dança folclórica
Aplaina; nivela
O indivíduo que pode doar sangue
(?) Todor, atriz
Implora; roga
Extinta banda de rock liderada por Sting
Alcançá-lo é a meta do alpinista
Terminação nervosa do neurônio
Firmou a primeira aliança com Deus
Final da sinfonia
Erva de sopas (pl.)
Brado irônico da torcida vitoriosa
Antigo navio
Relativo à alma
Observação minuciosa do médico
Basta; chega (interj.)
Antena (abrev.)
Veículo como o ônibus espacial
Golpe; pancada (onom.)
O "homem superior", para Hitler
Unidade de medida de terrenos
Antônio Vieira, padre português
Relativa ou própria da região de Portugal
Local da faixa de pedestres
(?) Gardner, atriz de Cinema
Diz-se da pessoa sociável

BANCO 3/ava. 4/coda — zape. 7/anímico. 9/the police. 10/perscrutar.

21

Solução

		G			C				F
P	E	R	S	C	R	U	T	A	R
	S	A		O	I	T	A	V	A
I	G	U	A	L	A		M	E	U
	O		S	A	D	I	O		D
	T	H	E	P	O	L	I	C	E
N	O	E		S	R		O	L	E
	I		C	O	D	A		A	L
	N	A	U		E	X	A	M	E
A	N	I	M	I	C	O		A	I
Z	A	P	E		A	N	T		T
	T	O		A	R	I	A	N	O
L	U	S	A		P	O		A	R
	R		R	U	A		A	V	A
	A	C	E	S	S	I	V	E	L

SUDOKU

				4		8		9
	2		6			4		
				8			1	2
	3		2					
9		4				5		1
					5		7	
5	1			2				
		3		9			4	
8		6		3				

SOLUÇÃO

6	5	1	7	4	2	8	3	9
3	2	8	6	9	1	4	5	7
4	9	7	5	8	3	6	1	2
7	3	5	2	1	4	9	6	8
9	6	4	3	7	8	5	2	1
1	8	2	9	6	5	3	7	4
5	1	9	4	2	6	7	8	3
2	7	3	8	5	9	1	4	6
8	4	6	1	3	7	2	9	5

Instruções do Sudoku

Preencha cada quadrinho com um número de 1 a 9. Cada conjunto de nove quadrinhos deve conter todos os nove dígitos, sem que nenhum algarismo se repita.

SETE ERROS

CLASSIFICADOS&EDITAIS

classificados@grupojbr.com (61) 99637-6993

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

NEGÓCIOS
Comunicados & Oportunidades

PUBLICIDADE LEGAL

ABANDONO DE EMPREGO

ABANDONO DE EMPREGO

DIRECIONAL ENGENHARIA E COLIGADAS

Solicitamos o comparecimento dos colaboradores citados abaixo no prazo de 72 horas, à DIRECIONAL ENGENHARIA E COLIGADA, Endereço: SCN Quadra 4 Bloco B, loja 52 Asa Norte 70714-020 Brasília/DF no intuito de justificar suas faltas sob pena de caracterização de abandono de emprego, ensejando a justa causa do rompimento de seus contratos de trabalho, conforme disposto no artigo 482, "I" da CLT.

01 – Sr. ANTONIO DA PAIXAO TEIXEIRA SILVA - CTPS: 60348 SÉRIE: 0029/PI

02 – Sr. DIEGO DE OLIVEIRA ALVES – CTPS: 6217055 - SÉRIE: 0050/DF

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO DO DF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TRABALHADORES DAS ATACADISTAS MATERIAS DE CONSTRUÇÃO DO DF

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Atacadista e Varejista de Materiais de Construção do Distrito Federal SINTRAMACON/DF, Sr. Jadiel de Araújo Santos, no gozo de suas atribuições legais e estatutárias, convoca toda a categoria profissional a participar da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 10 de abril de 2024 às 09h30min em primeira convocação e às 10h em segunda convocação a ser realizada no Depósito da Damasco Material Elétrico e Hidráulico localizado no seguinte endereço SIA Trecho 17, lote 495 a 535, Brasília -DF, CEP 71.200-228, para decidirem sobre a seguinte pauta: Reajuste Salarial 2024/2025, propostas de Acordo e Convenção Coletiva, bem como deliberação sobre a contribuição assistencial e negocial dos trabalhadores conforme tema 935 do STF. Brasília/DF, 04 de abril de 2024.

CLUBE DA IMPRENSA DE BRASÍLIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Clube da Imprensa de Brasília no uso de suas atribuições estatutárias, convoca Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 15 de abril de 2024, com a primeira chamada às 19h30 e a segunda às 20h, na Sede do Sindicato dos Jornalistas (SIG Quadra 02, Lotes 420/430/440, 3º andar) para apreciação da seguinte pauta:
1) Discussão sobre o Clube da Imprensa;
2) Assuntos Gerais.

Brasília, 04 de abril de 2024

Marcos Francisco Urupá Moraes de Lima
Diretor Geral

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A coordenação-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede da entidade (SIG, quadra dois, Edifício City Offices, 3º andar) no dia 15 de abril de 2024. A primeira chamada ocorrerá às 19h30, em segunda chamada às 20h.
1) Revisão do estatuto do Clube da Imprensa;
2) Outros assuntos

Brasília, 04 de abril de 2024

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal

EDITAL DE LEILÃO POR INICIATIVA PARTICULAR

3ª Vara Cível da Comarca de Ceilândia/DF
Processo nº 0723056-45.2020.8.07.0003

Autor: Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. **Réu:** Comércio Varejista de Produtos Alimentícios Santos Eireli, CNPJ nº 34.486.801/0001-20. **Local de divulgação: www.parquedosleiloes.com.br**. **Data do Leilão: 10/04/2024**. **Bem:** Um veículo marca Volkswagen, modelo Gol Tranck MCV, ano/mod. 2017/2018, cor Branca, Placa PBB-8142, RENAVAM 01130134374, Chassi nº 9BWAG45U6JP049656. **Avaliação do bem:** R$ 50.350,00. Conforme decisão, esta autorizado a venda do bem por iniciativa particular pelo preço mínimo de 50% sobre o valor de avaliação. Os interessados deverão fazer cadastro antecipado para poder participar. Para isto, devem acessar o site **www.parquedosleiloes.com.br** e clicar em **"CADASTRAR"**. **Local para visitação do bem:** Pátio de Taguatinga/DF - QS 5 Rua 310, Lote 07, Taguatinga/DF. Além do pregão eletrônico, os interessados também podem ofertar seus lances presencialmente, no mesmo endereço da visitação a partir do dia **10/04/2024**. As propostas poderão contemplar o pagamento à vista, com sub-rogação no preço dos tributos e eventuais outros débitos administrativos incidentes sobre o bem. Dúvidas e esclarecimentos pelo tel. **(61) 3301-5051** ou por **e-mail: cmaria@parquedosleiloes.com.br**.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Online

zuk

Credora Fiduciária: OPEA SECURITIZADORA S/A • Fiduciantes: CLAUDIO HUGO MIKKELSEN e sua mulher MARIA DE LOURDES LANA MIKKELSEN

LOTE 01 - Apartamento nº 203 e Vagas de Garagem n°s SS 28 e SS 29, Lote 7, Rua 21 Sul, Águas Claras, Distrito Federal. Características: Com a área real privativa de 135,50m^2, área real de uso comum de divisão não proporcional de 24,00m^2, área real de uso comum de divisão proporcional de 71,56m^2, área real total de 231,06m^2 e fração ideal do terreno de 0,011190. **Imóvel objeto da matrícula nº 236.724 do 3° Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: > 1º Leilão: 15/04/2024**, às **10:00** h. Lance mínimo: **R$ 1.031.982,99**. **> 2º Leilão: 29/04/2024**, às **10:00** h. Lance mínimo: **R$ 998.355,11**.

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 90003/2024

OBJETO: O objeto da presente licitação é a aquisição do **líquido água mineral natural**, **sem gás**, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Recebimento das Propostas**: a partir da liberação do Edital até antes das 10h do dia 10 de abril de 2024. **Abertura das Propostas:** às 10h do dia 10 de abril de 2024. **Entrega do Edital:** SPO Área 05 Quadra 01 – Brasília – DF ou nos sítios www.abin.gov.br e/ou https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações: licitar@abin.gov.br ou no telefone: (61) 3445-9916.

ESLÔNY SANTOS
Agente de Contratação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação para Compra de Bens, Serviços e Obras – CPLIC/TERRACAP, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 271/2023 – DIRAF, comunica a realização do seguinte certame.

Processo:	00111-00000237/2024-64
Modalidade/número:	Licitação Presencial nº 01/2024
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Contratação por escopo de empresa especializada na execução de quadras esportivas nas áreas comuns e cercamento limítrofe com muro em alvenaria para as Quadras Residenciais 2 e 4 do Residencial Aldeias do Cerrado, na Região Administrativa de São Sebastião (RA XIV)/DF.
Valor estimado (R$):	O valor total estimado é sigiloso nos termos do Art. 34 da Lei nº 13.303/2016.
Data/hora de abertura/local:	26/04/2024, às 10 horas. SAM – Bloco "F", Edifício-Sede da Terracap, Sala 24, Subsolo. Brasília/DF – CEP 70620-000.
Retirada do Edital e anexos:	Gratuitamente no sítio da Terracap www.terracap.df.gov.br, na seção licitações compras/serviços.

Brasília, 03 de abril de 2024.

SILMAR JOSÉ DE SOUZA
Presidente da CPLIC

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA

Pregão Eletrônico nº 90007/2024

Objeto: Aquisição, sob demanda, de água mineral natural potável e sem gás, acondicionada em galões de 20 litros, com fornecimento de garrafões em regime de comodato, para as dependências e instalações da Advocacia-Geral da União na cidade de Rio Branco/AC e nas cidades de Belém/PA, Marabá/PA e Santarém/PA, conforme o Edital e seus anexos. Data de Abertura: 17/04/2024 às 14h. Local: site https://www.gov.br/compras/pt-br. O edital encontra-se nos sites https://www.gov.br/compras/pt-br e www.agu.gov.br. Esclarecimentos pelo e-mail: cpl.sad.df@agu.gov.br.

RODRIGO JORG PFEILSTICKER
Superintendente Regional de Administração da 1ª Região

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AVISO DE LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 – UASG: 926120

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos e diagramação, de forma contínua, sob demanda, por meio de registro de preços, com vistas à confecção de livros, livretos, manuais, cartilhas, cartazes, folders, banners e demais serviços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Processo SEI nº 00113-00011546/2023-22. Data e horário para recebimento das propostas: até às 09h00min do dia 19 de abril de 2024, com valor estimado de R$ 13.017.936,10. O respectivo Edital poderá ser retirado exclusivamente nos endereços eletrônicos www.der.df.gov.br e www.gov.br/compras. Demais informações no próprio Edital.

Brasília, 4 de abril de 2024.
Ana Hilda do Carmo Silva
Diretora de Materiais e Serviços

BRA/18/023 - EDITAL 05/2024

Termo de Referência SEV-DNOVA Simpacto

Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento contrata na modalidade PRODUTO profissional com o seguinte perfil:

OBJETIVO/VAGA: Contratação de 1 consultor para contribuir com a implementação de ações que visem ao fortalecimento da Estratégia Nacional de Economia de Impacto – ENIMPACTO, em especial nos esforços de articulação interfederativa para a estruturação do Sistema Nacional de Economia de Impacto – SIMPACTO, com a organização e o engajamento de coletivos locais e a participação de Governos Estaduais/Distrital em todo o território nacional. 01(uma) vaga.

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS: diploma de nível superior de especialização reconhecido pelo MEC em Gestão Pública ou áreas correlatas, com diploma ou certificado de conclusão devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação; e experiência profissional de no mínimo 6 (seis) anos em execução, coordenação ou gestão de políticas públicas e/ou em atividades relacionadas a Negócios e Investimentos de Impacto (NIS).

O TERMO DE REFERÊNCIA está disponível no sítio: https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud. Os interessados deverão enviar o currículo, a partir do dia 05/04/2024 até o dia 18/04/2024 para o endereço: editaldnova.simpacto@mdic.gov.br (exclusivamente). O currículo deverá ser enviado em formato PDF, no modelo disponível no sítio (https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud/2024/projeto-bra18-203/pnud-curriculo-padrao/curriculo-padrao-para-candidatos-de-editais-de-pessoa-fisica-projeto-bra-18-023), bem como o número do edital deverá ser informado no campo assunto – e-mails que não atenderem a tais requisitos serão desconsiderados.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Obs.: Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, informamos que estas contratações serão efetuadas mediante processo seletivo simplificado (análise de currículo), sendo exigida dos profissionais a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica ou científica compatível com os trabalhos a serem executados.

Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151, de 22.07.2004, "É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional".

POSTO SIA 3 LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação, a título de renovação da Licença de Operação - Retificação SEI-GDF n.º 23/2021 - IBRAM/PRESI, para atividade de POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEL, Trecho 03, lotes 21401 e 2150 Setor de Indústria e Abastecimento Sul, CEP 71.200-030, Distrito Federal, processo n° 00391-00002691/2024-79. AGLEIBE FERREIRA.

POSTO TOP TAGUATINGA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação, a título de renovação da Licença de Operação - Retificação SEI-GDF n.º 24/2020 - IBRAM/PRESI, para atividade de POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEL, Q QI 23 LOTES 40/41, POSTO DE GASOLINA 1, SETOR INDUSTRIAL, CEP 72.135-230, Taguatinga, Distrito Federal, processo n° 00391-00002692/2024-13. AGLEIBE FERREIRA.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA

Pregão Eletrônico nº 90008/2024

Objeto: Contratação de serviços de clipping de veículos impressos (jornais e revistas), digitais (blogs, portais de notícias etc.), rádio e televisão, compreendendo na seleção de matérias jornalísticas de interesse da Advocacia - Geral da União (AGU), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. Data de Abertura: 19/4/2024 às 10h. Local: site https://www.gov.br/compras/pt-br. O edital encontra-se nos sites https://www.gov.br/compras/pt-br e www.agu.gov.br. Esclarecimentos pelo e-mail: cpl.sad.df@agu.gov.br.

RODRIGO JORG PFEILSTICKER
Superintendente Regional de Administração da 1ª Região

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
CONFEA

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024
UASG 925175

O Confea comunica aos interessados a SUSPENSÃO doo Pregão Eletrônico nº 90001/2024, para contratação de empresa especializada no fornecimento de subscrição de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais da plataforma Microsoft, destinados aos usuários, equipamentos e servidores de rede, incluindo suporte técnico, garantia de atualização das versões pelo período de 12 (doze) meses, com o intuito de atender às necessidades e demandas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, em Brasília-DF, conforme especificações contidas em Edital e seus anexos.

João Paulo dos Santos Mouta Cipriano Guimarães
PREGOEIRO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90036/2024

OBJETO: Aquisição de material de limpeza de uso comum. LOCAL: compras.gov.br ABERTURA: 18/04/2024, às 10h00. EDITAL: disponível a partir de 05.04.24, às 09h00, nos sítios www.compras.gov.br e www.stj.jus.br. Informações – Fone: (61) 3319-9027.

Brasília, 05 de abril de 2024
Anna Carolina Seixas Lopes
Pregoeira

2º OFÍCIO
DO REGISTRO DE IMÓVEIS
DO DISTRITO FEDERAL

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o ECAP ENGENHARIA LTDA, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo requerimento de 01/11/2023, requereu a este Serviço Registral a intimação de MARCELA ALENCAR ARAUJO DE CARVALHO, brasileira, estudante, solteira, inscrita no CPF sob o nº 028.963.011-86; residente e domiciliada nesta cidade, nos seguintes endereços: a) Condomínio Prive Morada Sul, Etapa "C" , Conjunto 02, Casa 28, Jardim Botânico; e, b) Unidade Autônoma nº 13, do Conjunto 02, do Condomínio Le Jardin 01, do Lote nº 01, da Quadra C2, Setor Habitacional Tororó, na qualidade de DEVEDORA FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R$ 33.347,13 (trinta e três mil e trezentos e quarenta e sete reais e treze centavos), atualizada até o dia 09/04/2024, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da cédula de crédito bancário com alienação Fiduciária da Unidade Autônoma nº 13, do Conjunto 02, do Condomínio Le Jardin 01 do Lote nº 01, da Quadra C2. Setor Habitacional Tororó, nesta cidade, registrada sob o nº R.4 e R.5, na matrícula nº 161.984. A Devedora Fiduciante não foi localizada nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica a DEVEDORA FIDUCIANTE, acima qualificada, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADA, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B" nº 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade da Unidade Autônoma nº 13, do Conjunto 02, do Condomínio Le Jardin 01, do Lote nº 01, da Quadra C2, Setor Habitacional Tororó, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2024. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

2º OFÍCIO
DO REGISTRO DE IMÓVEIS
DO DISTRITO FEDERAL

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o ECAP ENGENHARIA LTDA, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo requerimento de 01/11/2023, requereu a este Serviço Registral a intimação de CLÁUDIO ALVES DE AMURIM, e sua mulher VERÔNICA GOMES TIRAPELLI, brasileiros, administradores, inscritos no CPF sob os nºs 356.441.228-08 e 316.761.168-50, respectivamente; residentes e domiciliados nesta cidade nos seguintes endereços: a) Quadra 301, Conjunto 02, Bloco "E" Apartamento nº 602, Samambaia; e, b) Unidade Autônoma nº 25, do Conjunto 03, destinada ao uso Residencial Unifamiliar, do Condomínio "Residencial Le Jardin 01" - Lote nº 01, da Quadra C2 - via de acesso - do Loteamento Urbano Santa Felicidade - Setor Habitacional Tororó, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R$ 64.821,80 (sessenta e quatro mil e oitocentos e vinte e um reais e oitenta centavos), atualizada até o dia 09/04/2024, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da cédula de crédito bancário com alienação Fiduciária da Unidade Autônoma nº 25, do Conjunto 03, destinada ao uso Residencial Unifamiliar, do Condomínio "Residencial Le Jardin 01" - Lote nº 01, da Quadra C2 - via de acesso - do Loteamento Urbano Santa Felicidade - Setor Habitacional Tororó, nesta cidade, registrada sob o nº R.4 e R.5, na matrícula nº 162.021. Os Devedores Fiduciantes não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificados, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B" nº 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade Unidade Autônoma nº 25, do Conjunto 03, destinada ao uso Residencial Unifamiliar, do Condomínio "Residencial Le Jardin 01" - Lote nº 01, da Quadra C2 - via de acesso - do Loteamento Urbano Santa Felicidade - Setor Habitacional Tororó, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de 2024. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

BRA/18/023 - EDITAL 04/2024

Termo de Referência SEV-DEAMA Agroindustrialização de Cooperativas

Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento contrata na modalidade PRODUTO profissional com o seguinte perfil:

OBJETIVO/VAGA: Contratação de 1 consultor para fornecer subsídios para tomada de decisão sobre ações governamentais destinadas à agroindustrialização de cooperativas de extrativistas da Amazônia Legal. 01(uma) vaga.

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS: diploma de nível superior reconhecido pelo MEC nas áreas de Economia, Ciências Sociais, Engenharia, Administração Pública, Políticas Públicas ou áreas relacionadas. Os candidatos devem possuir mestrado em qualquer área; e experiência profissional mínima de 3 (três) anos nas áreas: desenvolvimento ou avaliação de políticas públicas relacionados a associativismo ou cooperativismo e/ou; com pesquisa, docência ou extensão em universidades, institutos educacionais ou congêneres da iniciativa privada ou do terceiro setor no tema do associativismo ou cooperativismo e/ou; em consultoria para políticas públicas sobre associativismo ou cooperativismo. Conhecimento do manuseio e tratamento estatístico de microdados de pesquisas também é requisito obrigatório.

O TERMO DE REFERÊNCIA está disponível no sítio: https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud. Os interessados deverão enviar o currículo, a partir do dia 05/04/2024 até o dia 15/04/2024 para o endereço: cgama@mdic.gov.br (exclusivamente). O currículo deverá ser enviado em formato PDF, no modelo disponível no sítio (https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud/2024/projeto-bra18-203/pnud-curriculo-padrao/curriculo-padrao-para-candidatos-de-editais-de-pessoa-fisica-projeto-bra-18-023), bem como o número do edital deverá ser informado no campo assunto – e-mails que não atenderem a tais requisitos serão desconsiderados.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Obs.: Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, informamos que estas contratações serão efetuadas mediante processo seletivo simplificado (análise de currículo), sendo exigida dos profissionais a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica ou científica compatível com os trabalhos a serem executados.

Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151, de 22.07.2004, "É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional".

TERMO DE REFERÊNCIA SEV-DNOVA ALINHAMENTO ENIMPACTO

Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento contrata na modalidade PRODUTO profissional com o seguinte perfil:

OBJETIVO/VAGA: Contratação de 1 consultor para alinhar o letramento conceitual e estrutural entre os diversos públicos abrangidos pela Estratégia Nacional de Economia de Impacto (ENIMPACTO), bem como propor metodologias para a adequada mobilização de *stakeholders*. 01(uma) vaga.

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS: diploma de nível superior reconhecido pelo MEC nas áreas de Comunicação Social ou correlatas e experiência profissional comprovada de no mínimo 4 (quatro) anos em atividades de comunicação estratégica, planejamento e divulgação de políticas públicas e monitoramento de resultados.

O TERMO DE REFERÊNCIA está disponível no sítio: https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud. Os interessados deverão enviar o currículo, a partir do dia 05/04/2024 até o dia 18/04/2024 para o endereço: editaldnova.alinhamento@mdic.gov.br (exclusivamente). O currículo deverá ser enviado em formato PDF, no modelo disponível no sítio (https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud/2024/projeto-bra18-203/pnud-curriculo-padrao/curriculo-padrao-para-candidatos-de-editais-de-pessoa-fisica-projeto-bra-18-023), bem como o número do edital deverá ser informado no campo assunto – e-mails que não atenderem a tais requisitos serão desconsiderados.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Obs.: Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, informamos que estas contratações serão efetuadas mediante processo seletivo simplificado (análise de currículo), sendo exigida dos profissionais a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica ou científica compatível com os trabalhos a serem executados.

Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151, de 22.07.2004, "É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional".

TERMO DE REFERÊNCIA SDIC-DIAM PROGRAMAS AUTOMOTIVOS

Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento contrata na modalidade PRODUTO profissional com o seguinte perfil:

OBJETIVO/VAGA: Contratação de 1 consultor para analisar a maturidade e os resultados dos Programas Automotivos de Desenvolvimento Regional (PADR) e sua governança, bem como identificar possíveis falhas e lacunas, e assim, propor medidas para o aperfeiçoamento da atuação por parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. 01(uma) vaga.

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS: diploma de nível superior reconhecido pelo MEC nas áreas de Economia ou áreas afins; experiência mínima acadêmica ou profissional de 3 (três) anos em áreas relacionadas à gestão, à indústria, à política industrial e ao desenvolvimento econômico; e habilidade em comunicação, na elaboração de documentos técnicos e experiência/conhecimento sobre a indústria automotiva.

O TERMO DE REFERÊNCIA está disponível no sítio: https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud. Os interessados deverão enviar o currículo, a partir do dia 05/04/2024 até o dia 15/04/2024 para o endereço: diam@mdic.gov.br (exclusivamente). O currículo deverá ser enviado em formato PDF, no modelo disponível no sítio (https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud/2024/projeto-bra18-203/pnud-curriculo-padrao/curriculo-padrao-para-candidatos-de-editais-de-pessoa-fisica-projeto-bra-18-023), bem como o número do edital deverá ser informado no campo assunto – e-mails que não atenderem a tais requisitos serão desconsiderados.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Obs.: Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, informamos que estas contratações serão efetuadas mediante processo seletivo simplificado (análise de currículo), sendo exigida dos profissionais a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica ou científica compatível com os trabalhos a serem executados.

Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151, de 22.07.2004, "É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional".

Defensoria Pública do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024 - (UASG: 926314)

Processo: 00401-00032496/2023-71. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço para limpeza corretiva e preventiva de fachada externa incluindo vidraças, marquises, esquadrias e guarda-corpos no Edifício-Sede da Defensoria Pública do Distrito Federal, sob demanda, de acordo com as especificações e condições descritas no Termo de Referência que integra o anexo I do edital. Valor estimado: R$ 56.911,06 (cinquenta e seis mil, novecentos e onze reais e seis centavos). Quantidade de itens: 02 (dois) em grupo único. Critério de julgamento: menor preço por grupo. Horário e data de abertura do certame: 14h, do dia 19 de abril de 2024. O Edital poderá ser retirado nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras e http://www.defensoria.df.gov.br/.

DIEGO FERNANDEZ GOMES
Pregoeiro

BRA/18/023 - EDITAL 06/2024

Termo de Referência SEV-DNOVA Monitoramento de Negócios de Impacto Socioambiental - NIS

Projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento contrata na modalidade PRODUTO profissional com o seguinte perfil:

OBJETIVO/VAGA: Contratação de 1 consultor para contribuir para a implementação de ações que visem ao fortalecimento da Estratégia Nacional de Economia de Impacto – ENIMPACTO, em especial nos esforços de monitoramento de Negócios de Impacto Socioambiental (NIS) no Brasil. 01(uma) vaga.

REQUISITOS OBRIGATÓRIOS: Formação técnica em nível superior, tendo concluído graduação em Ciências Exatas e da Terra, Engenharia ou áreas correlatas, com diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, ter experiência com ferramentas de visualização de dados e desenvolvimento de painéis (dashboards), como, por exemplo, o Power BI, ter experiência profissional comprovada de no mínimo 5 (cinco) anos em atividades relacionadas com análise de dados, Business Intelligence (BI) ou ciência de dados.

O TERMO DE REFERÊNCIA está disponível no sítio: https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud. Os interessados deverão enviar o currículo, a partir do dia 05/04/2024 até o dia 18/04/2024 para o endereço: editaldnova.monitoramento@mdic.gov.br (exclusivamente). O currículo deverá ser enviado em formato PDF, no modelo disponível no sítio (https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/editais-pnud/2024/projeto-bra18-203/pnud-curriculo-padrao/curriculo-padrao-para-candidatos-de-editais-de-pessoa-fisica-projeto-bra-18-023), bem como o número do edital deverá ser informado no campo assunto – e-mails que não atenderem a tais requisitos serão desconsiderados.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Obs.: Em atenção às disposições do decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, informamos que estas contratações serão efetuadas mediante processo seletivo simplificado (análise de currículo), sendo exigida dos profissionais a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica ou científica compatível com os trabalhos a serem executados.

Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151, de 22.07.2004, "É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional".

LEILÃO DE CASA - BRASÍLIA/DF
Online

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Brasília (Região Administrativa de Gama)/DF. Setor Meireles (Santa Maria - RA-XIII-DF).** Rua 500, s/nº. **Casa n° 96** (Lote 502), Setor Total Ville, Condomínio 02. Áreas totais: priv: 160,23m² e total: 184,21m². Matr. 33.383 do 5° RI do Distrito Federal. **Obs.:** Consta gravada na Av.16, Ação de Execução - Processo n° 0700111-77.2019.8.07.0010. O vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos no edital. Consta gravada na R.13, Arrolamento de bens n° 18.00.01.35.47. A responsabilidade quanto à baixa e/ ou cancelamento das averbações de Arrolamento Pré-Existente assentadas na precitada matrícula, na R.13, não configuram impedimento para venda, igualmente, e serão por conta do(a) comprador(a). O(A) comprador(a), ainda, deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da arrematação, comunicar à unidade da Secretaria da Receita Federal a ocorrência da alienação, transferência ou oneração do bem em tela ou dos direitos relacionados na matrícula imobiliária, encaminhando comprovante (protocolo) à equipe da Leiloeira no mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Regularização e encargos perante aos órgãos competentes das eventuais divergências das áreas lançadas no IPTU, com as apuradas no local e averbadas no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **1º Leilão**: 29/04/2024, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 840.923,48. 2º Leilão**: 03/05/2024, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 594.874,87** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, para a 51ª (quinquagésima primeira) Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na Sede da Empresa, no Setor de Administração Municipal – SAM, Bloco "F", 2º Andar, Sala 204, Brasília – Distrito Federal, no dia 30 de abril de 2024, às 15 horas, a fim de deliberarem a seguinte ORDEM DO DIA: I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2023; II - deliberar sobre a destinação para constituição de fundo de reserva legal, nos termos da alínea "a" do inc. III do art. 88 do Estatuto Social, a ser deduzido do lucro líquido do exercício; III - deliberar sobre a destinação para reserva de lucros a realizar, após a Reserva Legal, fundamentado nos arts. 196 e 197 da Lei 6.404/76, e nos termos da alínea "b" do inc. III do art. 88 do Estatuto Social; IV - deliberar sobre a remuneração dos dirigentes; e V - eleição de membros representantes do Distrito Federal e da União.

ESPEDITO HENRIQUE DE SOUZA JUNIOR
Presidente do Conselho de Administração

GAZETA DA SORTE

(61) 99637-6993
classificados@jornaldebrasilia.com.br

Dicas da GAZETA DA SORTE - Infolot / Ano 23 - Nº 1.197 - 31/03/2024 a 06/04/2024 - www.gazetadasorte.com.br - *Copyright © 2024 Todos os direitos reservados*

A GAZETA DA SORTE — LOTECA / Dicas do ASSIS / Concurso: 1106

www.gazetadasorte.com.br

Dentre as loterias da Caixa a Loteca é a única em que existe a lógica

Data: 06/04/2024 e 07/04/2024

PALMEIRAS/SP - final	1	SANTOS/SP - final
1 x 0 Botafogo/SP - C	DOM	3 x 2 Inter de Limeira - C
5 x 1 Ponte Preta - C	18:00	0 x 0 Portuguesa/SP - C
1 x 0 Novorizontino - C		3 x 1 Bragantino - C
0 x 1 Santos - F		1 x 0 Palmeiras - C

1 - **50%** Lógica X - **30%** Lógica 2 - **20%** Zebra

GRÊMIO/RS - final	2	JUVENTUDE/RS - final
2 x 0 Brasil de Pelotas - C	SAB	4 x 0 Huarany - F
2 x 1 Caxias - F	16:30	0 x 0 Inter - C
3 x 2 Caxias - C		1 x 1 Inter - F
0 x 0 Juventude - F		0 x 0 Grêmio - C

1 - **55%** Lógica X - **25%** Zebrinha 2 - **20%** Zebra

CRICIÚMA/SC - final	3	BRUSQUE/SC -final
2 x 1 Hercílio Luz - C	SAB	0 x 0 Marcílio Dias - F
1 x 2 Barra - F	16:30	2 x 0 Avaí - C
2 x 1 Barra - C		2 x 2 Avaí - F
2 x 1 Brusque - F		1 x 2 Criciúma - C

1 - **45%** Lógica X - **35%** Lógica 2 - **20%** Zebra

SPORT/PE - final	4	NÁUTICO/PE - final
0 x 1 Náutico - F	SAB	2 x 0 Afogados - C
1 x 1 Santa Cruz - F	16:30	1 x 0 Retrô - C
0 x 0 Santa Cruz - C		0 x 1 Retrô - F
2 x 0 Náutico - F		0 x 2 Sport - C

1 - **50%** Lógica X - **30%** Lógica 2 - **20%** Zebra

CEARÁ/CE - final	5	FORTALEZA/CE - final
3 x 3 Fortaleza - F	SAB	3 x 3 Ceara - C
3 x 2 Ferroviário - F	16:40	1 x 1 Maracanã - F
1 x 1 Ferroviário - C		3 x 0 Maracanã - C
0 x 0 Fortaleza - F		0 x 0 Ceará - C

1 - **30%** Lógica X - **40%** Lógica 2 - **30%** Lógica

CRB/AL - final	6	ASA/AL - final
0 x 2 ASA - C	SAB	2 x 0 CRB - F
2 x 1 Murici - F	17:00	1 x 1 CSE - F
3 x 0 Murici - C		2 x 0 CSE - C
1 x 0 ASA - F		0 x 1 CRB - C

1 - **45%** Lógica X - **30%** Lógica 2 - **25%** Zebrinha

ATHLETICO/PR - final	7	MARINGÁ/PR - final
6 x 0 Londrina - C	SAB	3 x 1 Cascavel - C
2 x 1 Operário - F	17:00	2 x 0 Coritiba - C
1 x 0 Operário - C		0 x 0 Coritiba - F
1 x 0 Maringá - F		0 x 1 Athletico/PR - C

1 - **55%** Lógica X - **25%** Zebrinha 2 - **20%** Zebra

ATH. BILBAO/ESP - final	8	MALLORCA/ESP - final
2 x 0 Alavés - C	SAB	1 x 0 Tenerife - F
4 x 2 Barcelona - C	17:00	3 x 2 Girona - C
1 x 0 Atlético Madrid - F		0 x 0 Real Sociedad - C
3 x 0 Atlético Madrid - C		1 x 1 Real Sociedad - F

1 - **50%** Lógica X - **30%** Lógica 2 - **20%** Zebra

MANCH. UNITED/ING - 6º 48	9	LIVERPOOL/ING - 2º 67
1 x 2 Fulham - C	DOM	4 x 1 Brentford - F
1 x 3 Manchester City - F	11:30	4 x 1 Luton Town - C
2 x 0 Everton - C		1 x 0 Nottingham - F
1 x 1 Brentford - F		1 x 1 Manchester City - C

1 - **20%** Zebra X - **30%** Lógica 2 - **50%** Lógica

CRUZEIRO/MG - final	10	ATLÉTICO/MG - final
2 x 0 Uberlândia - C	DOM	3 x 0 Ipatinga - C
0 x 0 Tombense - F	15:30	2 x 0 América/MG - N
3 x 1 Tombense - C		1 x 2 América/MG - N
2 x 2 Atlético/MG - N		2 x 2 Cruzeiro - N

1 - **30%** Lógica X - **40%** Lógica 2 - **30%** Lógica

BAHIA/BA - final	11	VITÓRIA/BA - final
2 x 0 Jacuipense - C	DOM	2 x 0 Itabuna - F
1 x 0 Jequié - F	16:00	2 x 0 Barcelona/BA - F
4 x 1 Jequié - C		4 x 1 Barcelona/BA - C
2 x 3 Vitória - F		3 x 2 Bahia - C

1 - **40%** Lógica X - **30%** Lógica 2 - **30%** Lógica

ATLÉTICO/GO - final	12	VILA NOVA/GO - final
5 x 0 Goaituba - C	DOM	1 x 0 Goianésia - C
3 x 2 Goiânia - F	16:00	0 x 2 Aparecidense - F
3 x 1 Goiânia - C		3 x 0 Aparecidense - C
2 x 0 Vila Nova - F		0 x 2 Atlético/GO - C

1 - **50%** Lógica X - **30%** Lógica 2 - **20%** Zebra

FLAMENGO/RJ - final	13	NOVA IGUAÇU/RJ - final
3 x 0 Madureira - C	DOM	2 x 1 Volta Redonda - F
2 x 0 Fluminense - N	17:00	1 x 1 Vasco - F
0 x 0 Fluminense - N		1 x 0 Vasco - C
3 x 0 Nova Iguaçu - F		0 x 3 Flamengo - C

1 - **70%** Lógica X - **20%** Zebra 2 - **10%** Zebrão

REMO/PA - final	14	PAYSANDÚ/PA - final
3 x 0 Santa Rosa - F	DOM	3 x 0 Bragantino/PA - F
2 x 0 Santa Rosa - C	17:00	3 x 1 Bragantino/PA - C
2 x 1 Tuna Luso - F		1 x 1 Águia - F
2 x 0 Tuna Luso - C		4 x 0 Águia - C

1 - **30%** Lógica X - **40%** Lógica 2 - **30%** Lógica

Ganhadores do Concurso 1.104

Faixa	Ganhadores		Prêmio
14	7	R$	120.099,69
13	167	R$	596,44

Acumulado para o Concurso final 0/5: R$ 309.051,18

Acumulado para o Concurso 1.106: R$ --

Previsão para o Concurso 1.106: R$ 500.000,00

MAIORES FAVORITOS	PROVÁVEIS ZEBRAS
1 - FLAMENGO	1 - SANTOS
2 - GRÊMIO	2 - MANCHESTER UNITED
3 - ATHLETICO/PR	3 - MALLORCA
4 - SPORT	4 - BRUSQUE

Obs: Não estão incluídos todos os resultados do meio da semana.

Lotofácil - 22 dezenas fechando 12 pontos, acertando as 15 sorteadas, 35 apostas, R$ 105,00.
As 22 dezenas escolhidas foram: **01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25.**
Acertando 12 dezenas: 0 a 14 com 11 e 0 a 8 com 12 pontos; 13 dezenas: 0 a 13 com 11, 0 a 13 com 12 e 0 a 5 com 13; 14 dezenas: 0 a 13 com 11, 0 a 13 com 12, 0 a 11 com 13 e 0 a 2 com 14; 15 dezenas: 0 a 20 com 11, 1 a 13 com 12, 0 a 11 com 13, 0 a 5 com 14 e 0 a 1 com 15 pontos.

V. 01) 01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 11, 12, 15, 16, 20, 21, 23, 24
V. 02) 01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 11, 15, 16, 20, 21, 23, 24, 25
V. 03) 01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24
V. 04) 01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 12, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 24
V. 05) 01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25
V. 06) 01, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25
V. 07) 01, 02, 03, 04, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 23, 25
V. 08) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 24
V. 09) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 10, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 24, 25
V. 10) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 23, 24
V. 11) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 10, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 24
V. 12) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 11, 12, 13, 15, 16, 20, 21, 24, 25
V. 13) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 24
V. 14) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 11, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24
V. 15) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 11, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25
V. 16) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 12, 13, 15, 16, 20, 21, 23, 24, 25
V. 17) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 24, 25
V. 18) 01, 02, 03, 05, 06, 09, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24
V. 19) 01, 02, 04, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25
V. 20) 01, 03, 04, 06, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 21, 22, 23, 25
V. 21) 01, 03, 04, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25
V. 22) 01, 04, 05, 06, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 21, 22, 23, 25
V. 23) 01, 04, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 25
V. 24) 01, 04, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 25
V. 25) 01, 04, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25
V. 26) 02, 03, 04, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 22, 23, 25
V. 27) 02, 03, 04, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 25
V. 28) 02, 04, 05, 06, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 22, 23, 24, 25
V. 29) 02, 04, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 22, 23, 24, 25
V. 30) 02, 04, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25
V. 31) 03, 04, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25
V. 32) 03, 04, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25
V. 33) 04, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 22, 23, 25
V. 34) 04, 05, 06, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 25
V. 35) 04, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25

HORÓSCOPO DA SORTE

Como os astros influenciam a natureza, eles também influenciam nós, seres humanos. Tal influência é de acordo com o período de nascimento, com a época de nascimento, tal qual o nascimento das culturas. E a astrologia sabe muito bem como traduzir em números essa influência em nós seres humanos.
Os números da sorte de acordo com o signo é mais uma ferramenta para ajudá-lo a atingir seu objetivo como apostador, que é ganhar na loteria de sua preferência.

LIBRA
Signo das pessoas nascidas no período de 23 de setembro a 22 de outubro

A tranquilidade e a harmonia são as características marcantes das pessoas nascidas neste signo. No amor, os librianos são charmosos, elegantes e dedicados ao parceiro; são pacíficos e detestam brigas. No trabalho, os librianos são rodeados de amigos, pois, além de manter bons relacionamentos com os colegas, têm um alto-astral contagiante. No que tange ao lado financeiro, a pessoa de libra é cautelosa e prudente com suas transações com dinheiro. Ao fazer sua fezinha nos jogos de azar, use sua harmonia e tranqüilidade para atrair a sorte, bem como faça uso de sua cautela quando for associar-se a outras pessoas para jogar.

SIMPATIA
Para ter mais sorte

A) Num domingo pela manhã, pegue 1 mamão bem grande e faça um furo nele. Enrole 1 nota de 1 real e coloque dentro desse furo. Vá a uma cachoeira, faça uma oração, jogue o mamão na água e vá embora sem olhar para trás.

B) Pegue 1 pote pequeno de vidro e pingue dentro dele 13 gotas de essência de mirra ou lótus. Depois, coloque 7 moedas do mesmo valor, 1 pétala de girassol e 1 cristal de quartzo branco. feche e deixe tudo guardado por 7 dias. Feito isso, abra o pote de vidro e coloque papéis com vários números escritos. Novamente tampe o vidro e guarde por mais 7 dias. Passado esse tempo, escolha 6 combinações de números e jogue por 4 semanas consecutivas. Realizado seu sonho jogue tudo em água corrente.

SONHOS: SONHAR COM BORBOLETA

Em muitas crenças, acredita-se que a alma abandona o corpo durante o Sonho, com a aparência de uma borboleta. Em certos cemitérios, ainda hoje encontram-se túmulos com uma borboleta gravada, representando a libertação da alma. A borboleta é também símbolo da transformação, ligando por suas asas a morte e o sono através de um entendimento que escapa aos humanos. Principalmente para mulheres o sonho com borboleta é de muito bom presságio, e sinal que tempos de muito amor e felicidade se aproximam.

Dezena: 14 Centena: 614 Milhar: 5.614

CONHEÇA O ESPETACULAR SISTEMA DA LOTOFÁCIL

MARCELOCHAVES

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado

@colunamarcelochaves
@marcelochavess
marcelochaves@grupojbr.com

FOTOS: CÉSAR REBOUÇAS

TRABALHOS INICIADOS

Com palestra do diretor de Conteúdo e Relacionamento da Casa Cor, Pedro Ariel Santana, sobre o tema da mostra deste ano, *De presente, o agora*, que reforça a importância da valorização da ancestralidade no morar, a 32ª edição 2024 da Casa Cor Brasília foi lançada oficialmente nesta quinta-feira.

A mostra, uma das mais visitadas no Brasil, está programada para ocorrer de 15 de agosto a 16 de outubro deste ano e pela terceira vez consecutiva será na Arena BRB Mané Garrincha, uma imponente obra arquitetônica da capital em forma de estádio com suas duzentas e oitenta e nove colunas de 36 metros de altura.

As empresárias Eliane Martins, Moema Leão e Sheila Podestá receberam 150 convidados que foram apresentados ao novo masterplan da mostra 2024, com acesso e configuração inéditos. O novo projeto abrigará 44 ambientes posicionados em dois andares e que terão como cenário o campo da Arena BRB Mané Garrincha.

Sheila de Podestá, Pedro Ariel, Moema Leão e Eliane Martins no lançamento da mostra que terá as obras de montagem iniciadas em 3 de junho e a reunião operacional no dia 28 de maio

FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO

BOLETIM INFORMATIVO DA FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO . EDIÇÃO Nº 862 . 5 DE ABRIL . BRASÍLIA/DF

Abril na Fundação Athos Bulcão

No mês mais brasiliense do ano, a Fundação oferece uma programação especial, incluindo oficinas, palestras e exposições.

Entre os destaques, no dia 16 de abril, acontece a **oficina Camisetando Athos para o público 60+**, uma oportunidade única de experimentar a técnica de stencil e criar peças únicas inspiradas nos azulejos de Bulcão. Para participar, basta se inscrever gratuitamente pelo WhatsApp (61) 99530-8031. As vagas são limitadas! Já no dia 24, a Fundação inicia seu **ciclo de palestras 2024** com um encontro especial com Rogério Carvalho, diretor curatorial dos Palácios Presidenciais. Mais informações em breve.

A agenda inclui ainda nossas exposições. Na **AB Galeria**, o público pode apreciar uma seleção de **26 obras do acervo da Fundação**, com a **curadoria de Ralph Gehre**, que traz uma nova perspectiva sobre a obra do nosso artista. A **Galeria Trama** recebe a exposição **Brasil. Razilb. Brazil., de Polyanna Morgana**, que propõe um olhar crítico para a história do Brasil e reflete sobre a construção de narrativas históricas. A **curadoria é de Marília Panitz**.

Não perca a chance de celebrar o aniversário de Brasília com arte e cultura na Fundação Athos Bulcão. Para mais informações, entre em contato pelos telefones 61 3322-7801 ou 99530-8031.

Na oficina "Camisetando Athos", participantes experimentam o uso das cores e criam seu próprio esquema de composição

Gabi Gontijo e Jade Ávila

Ana Luiza Veloso, Amanda Saback e Luciana Câmara

Liderança...

A empresária Flávia Taiane promove amanhã o Mulheres que Lideram, na ASBAC. Será um dia inteiro de aprendizado, networking e entretenimento, tudo imerso em um ambiente de valorização com a participação de palestrantes renomadas.

...feminina

A ideia é celebrar a liderança feminina e abordar inspirações para impulsionar mulheres a alcançarem seus objetivos e viverem seus desejos. Permeando a programação, haverá café da manhã, almoço e meditação chinesa.

Happy...

Como estão e o que têm feito as mulheres 50+ na atualidade? Esta é a pergunta que fundamenta o Happy Aging, evento do Brasília Shopping que será realizado nesta sexta-feira, 5 de abril. Sob o tema Saudável e Bonita aos 50+, Marcela Matheus...

...Aging...

...Leninha Camargo e Luciana Cirillo irão abrir o segundo dia do evento, às 13h, falando sobre uma dupla indispensável: autocuidado e autoestima. Já o encerramento, às 18h, se passará em volta de uma afirmação empoderadora...

...no Brasília

...Porque a vida ficou melhor depois dos 50. O papo, que interligará todos os assuntos destacados ao longo dos dois dias, terá a contribuição de Elizabeth Campos, Maria Cláudia Azevedo Araújo e Alexandra Loras, ex-jurada do Shark Tank Brasil.